

**UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA “JÚLIO DE MESQUITA FILHO” FACULDADE
DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS**

ANTONIO MARCOS MARTINS

**ANÁLISE QUANTITATIVO-QUALITATIVA DOS GASTOS PÚBLICOS COM
CULTURA NO MUNICÍPIO DE TAQUARITINGA (SP), ENTRE 2005 E 2016.**

**FRANCA
2018**

ANTONIO MARCOS MARTINS

**ANÁLISE QUANTITATIVO-QUALITATIVA DOS GASTOS PÚBLICOS COM
CULTURA NO MUNICÍPIO DE TAQUARITINGA (SP), ENTRE 2005 E 2016.**

**Dissertação apresentada à Faculdade de Ciências
Humanas e Sociais, Universidade Estadual Paulista
“Júlio de Mesquita Filho”, como pré-requisito para
obtenção do Título de Mestre em Planejamento e Análise
de Políticas Públicas - Área de concentração: Instituições,
governança e desenvolvimento.**

Orientador: Prof. Dr. Luis Alexandre Fuccille

**FRANCA
2018**

Martins, Antonio Marcos.

Análise quantitativo-qualitativa dos gastos públicos com Cultura no município de Taquaritinga (SP), entre 2005 e 2016 / Antonio Marcos Martins. –Franca: [s.n.], 2018.

112 f.

Dissertação (Mestrado Profissional – Políticas Públicas).
Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências Humanas e Sociais
Orientador: Luis Alexandre Fuccille

1. Políticas públicas. 2. Finanças públicas. 3. Cultura.
I. Título.

CDD – 301.2981

ANTONIO MARCOS MARTINS

**ANÁLISE QUANTITATIVO-QUALITATIVA DOS GASTOS PÚBLICOS COM
CULTURA NO MUNICÍPIO DE TAQUARITINGA (SP), ENTRE 2005 E 2016.**

Dissertação apresentada à Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, como pré-requisito para obtenção do título de Mestre em Planejamento e Análise de Políticas Públicas, Área de concentração: Instituições, governança e desenvolvimento. Orientador: Prof. Dr. Luis Alexandre Fuccille

BANCA EXAMINADORA

Presidente: _____

**Prof. Dr. Luis Alexandre Fuccille
UNESP – FCHS/Campus de Franca**

Examinadora: _____

**Prof. Dr. Alexandre Marques Mendes
UNESP – FCHS/Campus de Franca**

Examinador: _____

**Prof. Dr. Gilberto Aparecido Rodrigues
FATEC/Campus de Taquaritinga**

Franca, 22 de março de 2018.

Dedico este trabalho de pesquisa à memória de minha mãe, Neide de Azevedo Martins que nos deixou em 2016, a meu pai Osvaldo Martins e aos meus irmãos de sangue: Célia, Nardelli, Milton e Marcos Roberto e em especial, à minha companheira de todas as horas, Adalgisa Helena Floriano, por todas as incontáveis ações em prol da concretização desse sonho.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus pela vida. Na perspectiva da execução desse Trabalho de Dissertação de Mestrado Profissional para o Programa de Planejamento e Análise de Políticas Públicas da Universidade Estadual “Júlio de Mesquita Filho” UNESP Campus Franca agradeço muito ao Prof. Dr. Luis Alexandre Fuccille pela paciência e dedicação em minha orientação e aos Professores Drs. Alexandre Marques Mendes e Gilberto Aparecido Rodrigues por terem aceitado participar de minha banca com valorosas contribuições para a estruturação deste trabalho de pesquisa e a todos os professores do Programa, indistintamente.

Outros profissionais da educação que são por mim estimados como referência em suas respectivas áreas de atuação são: Profa. Dra. Paula Regina de Jesus Pinsetta Pavarina (Políticas Públicas), Profa. Msa. Liamar Izildinha Tuon (História), Prof. Milve Peria (Memorialista), Profa. Dra. Djenane Sichieri Wagner Cunha (Língua Portuguesa), ao Prof. Ms. Gerson Carlos Eduardo (Língua Portuguesa), ao Prof. Heber Gomes (Inglês), Prof. Ms. Renato Macri (Design Gráfico) e a tantos outros que colaboraram com a minha formação e com este trabalho em sua íntegra e aqui não haveria espaço disponível para enumerar e agradecer a todos.

A meus amigos pela vida: Laércio Dian (Zeno), André Silva, Lisandra, Eric von Ammon, Carla, Fábio Cozin, Edna, Roberto, Caroline, Thairo, Bruno, Márcio “Steve”, Alex Martins, Marcos Cunha, Alexandre Aiello, Katia Aiello, Tiago, Rogéria, Alexandre Galati (Branco), Leandro Oliveira, Flávio Oliveira, Danilo Fischer, Verônica Lugli, Igor Fumagalli, Naiara Bianchi e a todos os meus alunos e alunas que, indistintamente, contribuíram para eu me tornar um professor e um ser humano melhor. Além de tantas outras pessoas que, provavelmente, esqueci de mencionar. Muito obrigado a todos pela inestimável contribuição.

*“A mão-de-obra”
“São bons de porte e finos de feição
E logo sabem o que lhes ensina,
Mas têm um grave defeito de ser livres”*

José Paulo Paes

MARTINS, A. M. **Análise quantitativo-qualitativa dos gastos públicos com Cultura no município de Taquaritinga (SP), entre 2005 e 2016.** 112 f. Dissertação (Mestrado em Planejamento e Análise de Políticas Públicas) - Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Estadual Paulista —Júlio de Mesquita Filho, Franca, 2018.

RESUMO

O objetivo deste estudo encontra-se alicerçado na busca por elementos de matriz quantitativo-qualitativa sobre a natureza dos gastos com Cultura no município de Taquaritinga (SP) entre os anos de 2005 e 2016, a partir da análise documental disponível sobre o tema retratado, ou seja, Leis de matriz orçamentária (Lei de Diretrizes Orçamentárias- LDO; Lei Orçamentária Anual-LOA) enquanto estimativas projetadas pelo Poder Executivo Municipal em contrapartida com a efetivação do montante projetado a partir da análise dos gastos ano a ano no recorte proposto. A ferramenta contábil, por nós utilizada, para fazer esse contraponto entre os gastos estimados nas leis orçamentárias e o que foi efetivado será Balanço de Gastos Anuais entre 2005-2016 para o setor da Cultura, fornecido pela Prefeitura Municipal. Os dados quantitativos aferidos servem como subsídio para a construção de padrões qualitativos de aplicação do montante de verbas públicas aplicadas pela Secretaria da Cultura no setor. A análise qualitativa do montante aplicado nos concede indícios, padrões e especificidades sobre a qualidade do gasto e nos permite questionar em quais setores da Cultura os valores foram aplicados. Outro viés utilizado, para a construção de nosso objeto de pesquisa, encontra-se ancorado na produção bibliográfica relacionada à elaboração, implementação e avaliação das políticas públicas, principalmente no tocante ao âmbito municipal. Como escopo almejado, pretendemos contribuir para os estudos que possuem o espaço subnacional ou municipal como foco de atenção, e a análise das políticas públicas, em particular no campo da Cultura, como meta estruturante.

Palavras-chave: gastos públicos. investimentos públicos. cultura. transparência. Taquaritinga (SP).

MARTINS, A. M. **Quantitative-qualitative analysis of public spending with Culture in the City of Taquaritinga (SP), between 2005 and 2016.** 112 f. Dissertation (Master in Planning and Analysis of Public Policies) - Faculty of Humanities and Social Sciences, Paulista State University "Júlio de Mesquita Filho", Franca, 2018.

ABSTRACT

The objective of this study is based on the search for elements of quantitative-qualitative matrix nature of expenses with Culture in the city of Taquaritinga (SP) between the years of 2005 and 2016, based on the documentary analysis on the subject, in other words, Laws of Budgetary Matters (Law of Budgetary Guidelines- LDO; Annual Budgetary Law- LOA) as estimates projected by the Municipal Executive Power in counterpart with the effectiveness of the projected amount from the analysis of expenses year by year in the proposed cut. The accounting tool used by us to make this counterpoint between the expenditures estimated in the budget laws and what was done will be Annual Expenditure Balance between 2005-2016 for the Culture sector, provided by the City Hall. The quantitative data obtained serve as a subsidy for the construction of qualitative standards of application of the amount of public funds applied by the Secretariat of Culture in the sector, consequently the qualitative analysis of the amount applied grants us indications, standards and specificities on the quality of spending and allows us question in which sectors of the culture the values were applied. Another way used for the construction of our research object is anchored in bibliographical production related to the elaboration, implementation and evaluation of public policies, mainly in the municipal scope. As a desired scope, we intend to contribute to the studies that have the subnational or municipal space as the focus of attention, and the analysis of public policies, particularly in the field of Culture, as a structuring goal.

Keywords: public expenditures. public investments. culture. transparency. Taquaritinga (SP).

LISTA DE TABELAS

TABELA 1: Repasses de Verbas originárias do Governo do Estado de São Paulo para a Prefeitura Municipal de Taquaritinga (SP) entre 2005 e 2016 (Valores expressos em milhões de reais)	53
TABELA 2: Repasses de Verbas originárias do Governo Federal para o Município de Taquaritinga (SP) entre 2005 e 2016. (Valores expressos em milhões de reais)	55
TABELA 3: Total Funcionários lotados na (ETAM) e valores em reais destinados.....	70
TABELA 4: Total de Servidores lotados no Setor da Cultura do Município de Taquaritinga (SP) entre 2005 e 2016	73
TABELA 5: Quadro de Dados Contábeis Consolidados Municipais para o Setor da Cultura (Balanço Orçamentário com valores atualizados)	78
TABELA 6: Dados Primários sem Correção Monetária Relativos a Valores Orçamentários Contidos na LOA, no Balancete de Gastos Consolidados Municipais, Gastos com Cultura e a Porcentagem do Investimento em Cultura entre 2005 e 2016.....	79
TABELA 7: Quadro de Dados Contábeis Obtidos a partir de Análise da LOA e Corrigidos entre 2005 e 2016	81
TABELA 8: Quadro de Dados Contábeis - Balanço de Despesas (2005 e 2016)	82

LISTA DE SIGLAS

ADESCA	Associação de Desenvolvimento Social Cultural e Artística
APL	Arranjo Produtivo Local
CAT	Clube Atlético Taquaritinga
CF 1988	Constituição Federal de 1988
CGU	Controladoria Geral da União
CIC	Consórcio Intermunicipal Culturando
CIP	Contribuição para Custeio do Serviço de Iluminação Pública
DEM	Democratas
EC	Emenda Constitucional
ETAM	Escola Técnica de Arte Municipal
FGV	Fundação Getúlio Vargas
FPM	Fundo de Participação dos Municípios
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IGP-M	Índice Geral de Preços do Mercado
IPC	A Índice de Preços ao Consumidor- Amplo
IPI	Imposto sobre Produtos Industrializados
IPTU	Imposto Predial e Territorial Urbano
IR	Imposto de Renda
ISQM	Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza
ISS	Imposto Sobre Serviços
ITBI	Imposto sobre Transmissão Intervivos
LAI	Lei de Acesso a Informação
LDO	Lei de Diretrizes Orçamentárias
LOA	Lei Orçamentária Anual
LRF	Lei de Responsabilidade Fiscal
MinC	Ministério da Cultura
PAN	Partido dos Aposentados da Nação

PDT	Partido Democrático Trabalhista
PHS	Partido Humanista da Solidariedade
PFL	Partido da Frente Liberal
PL	Partido Liberal
PMDB	Partido do Movimento Democrático Brasileiro
PMN	Partido da Mobilização Nacional
PP	Partido Progressista
PPA	Plano Plurianual
PPS	Partido Popular Socialista
PR	Partido Republicano
PRB	Partido Republicano Brasileiro
PRP	Partido Republicano Progressista
PRTB	Partido Renovador Trabalhista Brasileiro
PSB	Partido Socialista Brasileiro
PSC	Partido Social Cristão
PSD	Partido Social Democrático
PSDB	Partido da Social Democracia Brasileira
PSDC	Partido Social Democrata Cristão
PSL	Partido Social Liberal
PT	Partido dos Trabalhadores
PTB	Partido Trabalhista Brasileiro
SAAET	Serviço Autônomo de Água e Esgoto de Taquaritinga
SNIIC	Sistema Nacional de Informações e Indicadores Culturais
SP	São Paulo
TRE	Tribunal Regional Eleitoral
TSE	Tribunal Superior Eleitoral

LISTA DE FOTOS

FOTO 1: Prédio do Cine São Pedro	88
FOTO 2: Placa da obra do Cine São Pedro	91

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	15
1 O CONCEITO DE POLÍTICA E SUAS IMPLICAÇÕES NA ESTRUTURAÇÃO DA ESFERA PÚBLICA.....	20
1.1 Os Partidos Políticos e seu papel na esfera da democracia.....	25
1.2 Descentralização das Políticas Públicas no Brasil.....	28
1.3 Relações entre os poderes: Executivo e Legislativo e seus desdobramentos em âmbito municipal.....	35
2 ANÁLISE DO MODELO DE GESTÃO PÚBLICA NO BRASIL PÓS-1988.....	41
2.1 Os repasses de verbas originárias da União por meio do Fundo de Participação dos Municípios (FPM).....	42
2.2 Leis que regulamentam os Gastos Públicos no Brasil.....	45
2.2.1 Sucinta análise das leis orçamentárias em Taquaritinga (SP) para o recorte proposto nesse estudo.....	51
3 CULTURA COMO POLÍTICA PÚBLICA: UMA ANÁLISE DO MUNICÍPIO DE TAQUARITINGA (SP).....	58
3.1 Um breve painel da Cultura em Taquaritinga (SP) entre 2005 e 2016.....	66
3.2 Desembolsos com Cultura em Taquaritinga (SP) entre 2005 e 2016.....	76
3.3 Análise dos desembolsos com Cultura, em Taquaritinga (SP) entre 2005 e 2016.....	84
3.4 Revitalização do Cine São Pedro como um elemento para o estudo de caso.....	87
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	93
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	99

ANEXOS

ANEXO A – LEI Nº 2.486, DE 15 DE DEZEMBRO DE 1.992.....108

**ANEXO B – DOCUMENTO FORNECIDO PELA PREFEITURA DE TAQUARITINGA
COM INFORMAÇÕES SOBRE GASTOS PÚBLICOS COM CULTURA DE 2005 A
2016.....109**

**ANEXO C – DOCUMENTO FORNECIDO PELA PREFEITURA DE TAQUARITINGA
COM INFORMAÇÕES SOBRE O NÚMERO DE FUNCIONÁRIOS E VERBAS
DESTINADAS AO ETAM ENTRE 2005 E 2016.....110**

INTRODUÇÃO

A realização deste presente trabalho de Dissertação de Mestrado Profissional é orientada pela busca de respostas para inquietações relativas à aplicação de verbas públicas pelo setor da Cultura, no município de Taquaritinga (SP), localizado a cerca de 340 km da capital do Estado, dentro do recorte histórico de 2005 a 2016, para a área da Cultura, sob um caráter quantitativo-qualitativo.

No entanto, na esfera pessoal, a pesquisa é nutrida pela paixão que o tema desperta no pesquisador, a partir de ações, silêncios e ausências por parte do Poder Público instituído em três gestões: sendo duas delas sob comando do antigo Partido da Frente Liberal (PFL) substituído pela sigla DEMOCRATAS (DEM) e que esteve à frente do Poder Executivo municipal entre os anos de 2005 a 2012 e para o recorte 2013-2016 o município foi governado por um arranjo político partidário, tendo no Partido dos Trabalhadores (PT) a principal sigla.

A ação ou omissão das instâncias decisórias e fiscalizadoras como é caso dos poderes Executivo e Legislativo respectivamente, constituem subsídio essencial para o desenvolvimento do escopo estruturante da pesquisa.

O setor cultural, cujos valores quantitativos durante o recorte de nosso trabalho de pesquisa ficaram, majoritariamente, abaixo de 1% do montante orçamentário estimado tanto na Lei Orçamentária Anual (LOA) entre 2004 e 2015, quanto nos gastos consolidados municipais (cujos valores ano a ano serão apresentados e problematizados nas Tabelas 5 e 6 contidas nesta pesquisa) servem de parâmetro para a análise da estrutura organizacional do Poder Executivo de Taquaritinga (SP) e sua capacidade de investir verbas públicas nas diversas áreas da administração municipal em geral e, especificamente nesse trabalho, voltamos nossa atenção para o comportamento dos gastos públicos no setor da Cultura.

A partir da análise das estimativas projetadas na LOA, enquanto documento aprovado pelo Poder Legislativo sob perspectiva de um balizamento para a ação econômico-financeira do Poder Executivo para o ano fiscal subsequente à sua aprovação e dos Gastos Municipais Consolidados para o Exercício Fiscal de um ano, percebemos que o dado bruto contido nesses documentos, por exemplo, podem ocultar ações fiscais por parte da Secretaria da Fazenda do Município, pois existem termos técnicos tais como Outras Despesas Variáveis, Outros Serviços de Terceiros e na própria Prestação de Contas do Setor da Cultura identificamos nomenclaturas pouco elucidativas tais como: Manutenção das Atividades da Unidade Não Elencadas nos Demais Programas; Vencimentos e Vantagens Fixas, dentre outros termos inespecíficos.

Dificuldades foram identificadas quanto à falta de clareza contida na discriminação de valores utilizados pelo Poder Executivo para os setores da Administração Pública e, principalmente, no viés desse trabalho de pesquisa, onde e como são aplicados os recursos públicos municipais, disponíveis para o setor da Cultura, durante o recorte histórico-temporal proposto.

Os dados quantitativos apresentados pela Prefeitura Municipal, quanto aos gastos do Setor da Cultura encontrados na Tabela 5 possuem lacunas e incongruências de matriz qualitativa, pois quando discriminados por área desta pasta denotam-se vagos e inespecíficos, sendo menos obscuros, apenas em alguns períodos do recorte estudado, quanto ao investimento bruto em eventos culturais como o Carnaval e a Festa de Emancipação Político-Administrativa do Município (“Festa da Cidade”). Porém, outros setores da Cultura, tais como: música, teatro, dança, artesanato e outros, não possuem valores discriminados e específicos por área no campo da Secretaria da Cultura Municipal para o período de estudo.

O objeto de pesquisa deste estudo traz, como proposta principal, uma análise dos gastos com Cultura, não só dentro de uma perspectiva quantitativa, ou seja, o quanto se gasta, mas dentro do aspecto qualitativo, a partir de uma busca do como e onde se gasta, tornam-se essenciais para uma análise que tenha como meta problematizar prioridades ou ausências de investimentos públicos no setor cultural.

Para tornar nosso intento exequível, amparamo-nos em uma bibliografia que nos concedeu elementos teórico-metodológicos para questionamentos e problematizações no campo da análise de políticas públicas e aqui citamos autores como Bresser Pereira (1996), Paes de Paula (2005), Pinho e Sacramento (2009), dentre outros, que nos forneceram subsídios na área de estruturação dos modelos de gestão pública, seja ela de matiz burocrática ou gerencial.

A busca por prerrogativas de transparência quanto ao investimento de verbas públicas por parte da gestão municipal nos aproxima do conceito de *accountability*, estudado por Campos (1990) e Abrucio (1997), cuja diretriz estruturante denota transparência e responsabilidade do gestor público em seus vários níveis de atuação (federal, estadual e local), com relação aos deveres do Estado perante ao bom uso dos recursos, oriundos de impostos e taxas e outras fontes de arrecadação tributária e, ao mesmo tempo, a abertura de canais para a prestação de contas ao cidadão sobre atos de gestão, sob esfera de influência de um serviço público de qualidade que prime pela eficiência e eficácia no uso de recursos de origem pública.

Outro aspecto analítico contido em nossa pesquisa, como suporte para problematizarmos as correlações entre o Estado e o cidadão, tangencia aspectos relativos às relações entre política, partidos e sociedades. Para isso, buscamos suporte teórico-analítico em

autores como Bobbio (2001), Cerroni (1982), Michels (1982), Weber (1980), dentre outros, para nos referenciar em elementos que permitam contrapor aspectos gerais e locais das políticas públicas.

A utilização do suporte bibliográfico apresentado para o campo das leis orçamentárias, intenta, a priori, buscar elementos cuja pertinência fornece subsídios crítico-analíticos para balizarmos considerações sobre a possibilidade de existência ou não de prioridades ou hierarquizações na aplicação de verbas destinadas à Cultura e aqui nos valem de estimativas de ordem orçamentárias contidas no Plano Plurianual (PPA); na Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e na Lei Orçamentária Anual (LOA) e no campo dos gastos consolidados nos amparamos no Balanço de Gastos Consolidados para o período de 2005 a 2016 perfazendo um recorte histórico-temporal de doze anos (ou três gestões).

O estudo de caso, em sua essência, tem a cidade de Taquaritinga (SP), como lócus de pesquisa para problematizarmos o gasto com cultura, ou seja, como e onde são aplicadas verbas destinadas para esse campo da administração pública. A aplicação e o equacionamento de verbas públicas destinadas ao setor cultural são elementos investigados dentro do escopo teórico que permeia essa pesquisa.

Sob perspectiva de análise quantitativo-qualitativa, na qual são analisados valores brutos fornecidos pelo setor de contas da Prefeitura Municipal de Taquaritinga (SP) para o recorte dessa pesquisa, e a coleta de dados relativos às contas públicas municipais, foi realizada no município, a partir de valores estimados e consolidados em documentos fornecidos pelo Poder Executivo (Prefeitura Municipal) e o Poder Legislativo (Câmara de vereadores), a partir do modelo estatístico contido no Quadro de Dados Contábeis Consolidados Municipais Balanço Orçamentário/ Despesas por Função e adquiridos a partir de pedido protocolado e obtido junto ao Setor de Contas da Prefeitura do Município.

Os elementos contábeis por nós levantados e passíveis de problematização ou refutação, por não serem terminantes, nos remete a indícios sobre a conduta do poder público quanto a possíveis priorizações concernentes a investimentos no setor cultural em detrimento de outros, ou seja, existe no escopo da documentação menções sobre gastos com a Festa da Cidade, realizada a 16 de agosto, e aos festejos do Carnaval, mas não existe menção a investimentos de verbas públicas em áreas como: música, teatro, cinema, fotografia, artes plásticas, dentre outras possibilidades de investimentos de verbas públicas, em nível local.

No corpo da pesquisa, detectamos ausências significativas não só quanto à discriminação de dados objetivos relativos à aplicação de verbas por parte da administração pública municipal para o setor da Cultura, mas também uma destoante aplicação de recursos

em setores que concedem (em hipótese) à pasta um papel de “secretaria” ou “departamento de eventos”, em contraposição a esse mecanismo mais tradicional das políticas públicas em âmbito municipal, busca-se, como afirma Nogueira (1998), elementos permeáveis a ação do cidadão sob a perspectiva da geração de renda e cidadania para parcelas significativas da população que são dotadas de conhecimentos materiais e imateriais relativos a esse campo da sociedade.

Lembrando os ensinamentos do professor Pedro Demo (2011) de que não existe ciência totalmente imparcial e, corroborando com essa visão, observamos também em Severino (2015) o conceito de que a ciência e a própria pesquisa são frutos de ações políticas do pesquisador, dialogicamente concebidas e dialeticamente estruturadas, não meramente superando o já produzido, mas nele se apoiando, em busca de elementos materiais que sustentem os resultados obtidos, ou seja, partindo destes pressupostos, acima expostos, alicerçamos nossa busca neste estudo.

Percebemos, no entanto, limites do como e onde investem ou se praticam políticas públicas no âmbito da Cultura no município, visto que os documentos obtidos denotam valores quantitativos e, em muitos casos, do próprio setor da Cultura, de difícil compreensão.

Como objetivos específicos, buscamos problematizar se existem padrões e prioridades quanto ao como e onde se gastou com Cultura no município de Taquaritinga (SP) durante o período que nos propomos a pesquisar.

O alicerce teórico-metodológico estruturante da atual pesquisa intentou traçar hipóteses sobre padrões tangíveis quanto ao investimento de verbas públicas no município tendo como recorte temporal assinalado durante o período que perfaz os anos de 2005 a 2016 dentro de uma perspectiva de análise documental e bibliográfica. Assim sendo, buscamos a priori:

I- Identificar, por meio de Análise Quantitativo-Qualitativa de dados e documentos como e onde se promoveu investimentos no Setor Cultural de Taquaritinga (SP) para o recorte temporal estudado;

II- Problematizar a existência ou não de prioridades quanto ao investimento em Cultura no município, objeto de nossa pesquisa para os doze anos utilizados como recorte histórico-temporal;

III- Realizar um Estudo de Caso que trouxesse elementos problematizadores para reflexão da natureza do gasto público com Cultura no município de Taquaritinga (SP) nos doze anos do recorte a que a pesquisa se detém.

IV- Analisar, de forma quantitativo-qualitativa, tendo como subsídio analítico o comportamento da aplicação de verbas públicas destinadas à Cultura no município de

Taquaritinga (SP), entre 2005-2008, 2009-2012, gestões sob comando do PFL/DEM (Partido da Frente Liberal- Democratas) e 2013 -2016 (Gestão do Partido dos Trabalhadores);

A análise das ações fiscais, tributárias e do poder de investimento da máquina municipal no campo das políticas públicas municipais em diversos setores da gestão, e, principalmente na área da Cultura possibilitou problematizarmos mecanismos de projeção e estimativas orçamentárias, mas que também permite, no entanto, à Prefeitura Municipal, possibilidades de reescalonamento e alocação de verbas suplementares para atitudes consideradas vitais pelo Poder Executivo.

A partir dessas considerações introdutórias, a Dissertação por nós elaborada está dividida em três seções. O Primeiro Capítulo organizado a partir de um breve conceito de política (*stricto sensu*), enquanto elemento estruturante desse campo no município e suas implicações para a realidade das políticas públicas, em nível local.

O Segundo Capítulo traz em seu conteúdo um paralelo entre a análise do processo de gestão pública no Brasil após a Ditadura Civil-Militar (1964-1985), especificamente no período posterior à Constituição de 1988, e a adoção de uma estrutura correlacionada a leis orçamentárias (PPA, LDO e LOA) que servem como diretrizes para o investimento de verbas, oriundas do orçamento público, (no caso específico dessa Dissertação de Mestrado Profissional o município de Taquaritinga (SP) entre 2005 e 2016), que é composto de repasses federais, estaduais e também provenientes, em menor porcentagem, da capacidade de arrecadação municipal.

No Terceiro Capítulo da pesquisa procuramos tecer um panorama da Cultura, como campo da ação humana, em geral, e suas peculiaridades enquanto política pública no município de Taquaritinga (SP), a partir da utilização de suportes tais como: LOA, Quadro de Gastos Consolidados por Setor, Gastos específicos da Secretaria/Departamento de Cultura municipal durante o recorte pesquisado.

A análise quantitativa de valores brutos presentes na massa documental a nós fornecida tanto pelo Poder Executivo quanto pelo Poder Legislativo, concede-nos a possibilidade quanto ao levantamento de hipóteses para o comportamento dos gastos com Cultura que, de certa forma, sem pretendermos tecer inferências ou juízos de valor, mantêm os níveis de aplicação de verbas municipais próximas à realidade encontrada no país, ou seja, a perspectiva de investimento no setor cultural esteve majoritariamente abaixo de 1% do orçamento anual estimado e consolidado tanto na Lei Orçamentária Anual (LOA) aprovada entre os anos de 2004 e 2015 e no corpo do Balancete de Despesas Anuais Consolidadas para o recorte dessa pesquisa.

1 O CONCEITO DE POLÍTICA E SUAS IMPLICAÇÕES NA ESTRUTURAÇÃO DA ESFERA PÚBLICA

A realidade pesquisada nesta Dissertação de Mestrado Profissional, no campo das políticas públicas, tem relação com a perspectiva dos gastos do Poder Executivo do município de Taquaritinga (SP) entre 2005 e 2016, com o setor da Cultura, corresponde ao objetivo central de nossos esforços e está alicerçada sobre uma matriz de análise embasada em documentos oficiais, onde dados de matriz quantitativo-qualitativa nos concederam subsídios para uma compreensão, ainda que pontual, de uma das nuances da aplicação de verbas públicas por parte do órgão gestor e responsável pela Cultura no município durante o recorte de nossa pesquisa.

A Secretaria da Cultura do Município, durante o período pesquisado, como órgão do poder público municipal e objeto de nossa pesquisa, e a instância, a priori, responsável pelo repasse de verbas para políticas públicas no campo da Cultura, passou por momentos de remodelação durante o período citado, mudando diversas vezes a própria terminologia que a define, pois de 2005 a 2008 foi denominada Departamento de Cultura; de 2009 a 2011 esteve atrelada à Secretaria Municipal Educação; entre 2012 e 2015 funcionou com o status de Secretaria de Cultura; e em 2016 esteve acoplada a outras três áreas sendo denominada Secretaria de Cultura, Lazer, Esporte e Turismo.

Essa instabilidade institucional quanto à natureza do setor cultural municipal, os baixos valores quantitativos aferidos anualmente com relação ao orçamento geral da Administração Pública municipal e a falta de clareza com relação ao desmembramento qualitativo da aplicação de verbas públicas por setor da Cultura, ou seja, festas populares, peças teatrais, música, dança, saraus, dentre outras possibilidades, nos levou a questionamentos e problematizações sobre as possibilidades, as ausências, os silêncios e as inquietações relacionadas ao setor no município durante o período por nós estudado.

A política, enquanto espaço de observação das relações entre o Poder Executivo e o Legislativo, serviu-nos como subsídio para pensarmos de forma sucinta como se estruturam a elaboração de projetos, sua implementação, a análise de sua viabilidade, e, a posteriori, avaliação de seus resultados enquanto política pública, principalmente no âmbito municipal ou subnacional como pontuam: Kerbaux (2014) e Arretche (2012).

Partindo desse ponto onde o Estado cumpre o papel de indutor e executor de políticas públicas que atendem as necessidades da sociedade em diversos campos de atuação do poder público em nível municipal, objeto de nossa pesquisa, ponderamos sobre o espaço do cidadão, pois ele é afetado pela ação ou omissão do agente público sobre a sociedade, dentro do campo

das políticas públicas e, em nosso caso específico, na efetividade dos gastos com Cultura para o período proposto.

A partir dessa nota introdutória, faremos uso de conceito clássico de política, sob ótica de Michels (1982); Bobbio, Matteucci, Pasquino (1998) e Nogueira (1998), como uma estrutura para problematizarmos a ação do Estado como propositor e executor de mecanismos que impactam diretamente no desenho das políticas públicas que, em essência, seriam voltadas à melhoria das condições de existência do cidadão, indivíduo e contribuinte e, como um todo, para a harmonia da sociedade que exige do Estado níveis satisfatórios de prestação de serviços a ele delegado através de pleitos eleitorais.

O conceito de política, em geral, é amplo e complexo, mas como elemento pontual do tema proposto, valemo-nos de um fragmento contido no Dicionário de Política organizado por BOBBIO, MATTEUCCI, PASQUINO (1998, p.954), no verbete denominado Política, elaborado por BOBBIO, onde o teórico pontua o recorte a partir do seguinte pressuposto:

1. O SIGNIFICADO CLÁSSICO E MODERNO DE POLÍTICA. – derivado do adjetivo originado de polis (politikós), que significa tudo o que se refere à cidade e, conseqüentemente, o que é urbano, civil, público, e até mesmo sociável e social, o termo política se expandiu graças à influência da grande obra de Aristóteles e intitulada Política, que deve ser considerada como o primeiro tratado sobre a natureza, funções e divisão do Estado, e sobre as várias formas do Governo, isto é, de reflexão, não importa se com intenções meramente descritivas ou também normativas, dois aspectos dificilmente discrimináveis, sobre as coisas da cidade.

Partindo desta observação contida em Bobbio (1998) sobre a natureza do termo política, observa-se a correlação com o universo grego clássico e suas possibilidades de interconexão com o conceito de cidadão e cidadania.

Outro autor que propõe uma síntese para o campo da política sob uma perspectiva sociológica é Johnson (1997, p.178), que na obra Dicionário de Sociologia, analisa o termo política a partir da noção de poder coletivo organizado no campo dos sistemas sociais envolvendo os diversos espaços da vida humana em sociedade.

Tangenciando o processo de construção, na contemporaneidade, de valores entre política e democracia em seu sentido moderno e amplo, Chauí (2008) dentro da ideia de isonomia (igualdade perante a lei) e isegoria (correlacionado ao conceito de igualdade quanto ao direito de expor e discutir em público) a autora constrói caminhos para a conceituação tanto da ideia de política quanto da própria noção de democracia.

Um ponto importante das abordagens no campo político dista sobre como se estruturam e se organizam as máquinas partidárias e nesse pormenor emerge a concepção de partidos de

quadros sob influência de uma estruturação menos verticalizada como define Duverger (1970) e Weber (1980) e outros partidos extremamente verticalizados e hierárquicos, denominados pelo seu intenso modelo de controle por parte da cúpula dirigente, e conhecidos como partidos de massa.

As peculiaridades da estruturação da dicotomia direita-esquerda preconizada por Bobbio (2001) introduzem no cenário de análise diferenças entre tendências mais liberalizantes de um lado do prisma e conceituações tangenciadas por posturas mais voltadas para o desenvolvimento de propostas ancoradas em plataformas mais sensíveis a reivindicações do tecido social e são conceituadas pelo autor italiano como progressistas.

As diferenças conceituais entre a direita e esquerda apreçadas por Bobbio (2001) como categoria política válida que pontue diferenças entre ambas as forças em atuação no cenário político, também é avaliada por Safatle (2012), que traz à tona, em sua crítica, as diferenças de agenda entre as forças em movimento, além conceituar o papel da esquerda com relação aos atuais desafios do mundo contemporâneo. Nas palavras de Safatle (2012, p.15):

A função atual da esquerda é, por isso, mostrar que tal esvaziamento deliberado do campo político é feito para nos resignarmos ao pior, ou seja, para nos resignarmos a um modelo de vida social que há muito deveria ter sido ultrapassado e que evidencia sinais de esgotamento. Cabe à esquerda insistir na existência de questões eminentemente políticas que devem frequentar o debate social.

A noção de que deve haver diferenças do ponto de vista programático entre direita e esquerda, observada em Safatle (2012), também já era observada em Nogueira (1998, p.19) quanto ao papel que intelectuais de esquerda deveriam desempenhar para a estruturação de novas composições entre as forças dispostas no cenário político ou, em outras palavras, a necessidade de criação de novos paradigmas para que a Democracia, na percepção dos autores citados, saísse do impasse na qual se encontra imersa atualmente.

A partir das possibilidades da política propostas por Nogueira (1998) ao revitalizar a ótica de pensar a política, como espaço do possível para a busca do “impossível”; e sob a ótica que permeia a ação de ponderar sobre a natureza de criação e manutenção dos partidos políticos, como estruturas de poder dentro do mecanismo estruturante das ações das agremiações político-partidárias, máquinas de busca de hegemonia conceitos contidos em Gramsci (1999), Gruppi (1978), Coutinho (2007) e sua concomitante manutenção como proposta viável de poder conforme ponderações observadas em Weber (1980), ou seja, controlando parlamentos (eleições proporcionais) ou eleições majoritárias para cargos eletivos em nível do Poder Executivo, pontuamos certas peculiaridades da esfera política neste trabalho.

As possibilidades do campo da política, enunciados nas análises dos autores citados, em seus diversos aspectos nos possibilita introduzir a realidade que estrutura os partidos políticos como um produto do próprio campo da política em sua heterogeneidade e problematizarmos sobre a elaboração de espaços de indeterminação contidos nas entrelinhas do campo da política em toda sua riqueza de possibilidades, ou seja, tendo a democracia enquanto momento de contradições entre grupos de interesse, em luta pelo poder e após seu domínio, para garantir o controle do próprio poder, configurada na luta entre governo e oposição.

Sob outro viés analítico, mas, ainda, tendo como ponto de orientação um olhar sobre como se estrutura o controle do poder e sua manutenção, em regimes democráticos, encontramos análises dentro da ótica de Duverger (1970); de Weber (1980) e a seu tempo, sob o olhar de Michels (1982), guardadas as devidas concepções e recortes político-ideológicos, além de seu caráter temporal e metodológicos divergentes, remetem-nos a elaborações, quanto a estruturas partidárias, mais ou menos cristalizadas com maior ou menor controle hierárquico por parte da elite dirigente.

O olhar analítico sobre os partidos políticos, como estruturas de poder, encontra na teoria de Michels (1982) outro elemento importante de reflexão e estofo teórico essencial, cuja ponderação e olhar se ancoram sobre a formação de verdadeiras elites dirigentes que se formariam no seio da organização partidária, cujo objetivo seria o estrito controle da estrutura político-partidária em seu nível hierárquico superior ou posições de comando sob seu controle.

Weber (1980), por seu turno, traz à tona ponderações relevantes relacionadas ao campo político, em nível macroestrutural, e em particular sobre os partidos políticos como busca de predomínio político-eleitoral, ou como uma “empresa” cuja motivação principal é a chegada ao poder e, a posteriori, sua manutenção enquanto estrutura de poder político, transformação em verdadeiras máquinas predomínio dos partidos e sua estrutura no poder.

No plano nacional, onde podemos observar poder de organização do Estado e sua capilaridade como mecanismo definidor de agendas e políticas públicas em “prol da sociedade”, e ou sob outro viés relacionado à concepção político-partidária podemos conceituar uma aproximação entre a figura do Estado como indutor de uma mecânica ou aparato estruturador no âmbito legal (normas, regras, diretrizes) e o papel das agremiações político-partidárias como estamento de ação da sociedade civil organizada em busca de interesses setorizados ou de cunho mais generalizante.

Outra perspectiva de análise da estruturação do Estado e do modelo político partidário pode ser observada em Cheibub, Figueiredo e Limongi (2009, p.264), para quem os autores

pontuam o papel do Estado, sob a perspectiva de um modelo democrático, como um elemento aglutinador e essencial para a sobrevivência da própria Democracia como sistema político.

A análise sob o Estado e suas especificidades é utilizada em nosso estudo para conceituar a ideia de que o poder local se encontra entrecortado pela vasta gama de elementos que configuram a estruturação do poder em nível Federal e suas subdivisões no eixo Estadual, Regional e local.

A importância da esfera política na configuração das forças atuantes na estruturação do Estado e seus mecanismos de atuação junto à sociedade, encontra em Nogueira (1998, p.19) um crítico quanto às possibilidades da política, como hoje se encontram estruturadas, em busca de mecanismos de aumento dos espaços sociais qualificados (e nesse pormenor nos valem de um qualificador utilizado pelo próprio autor para se referir ao campo vasto de possibilidades da política).

O Estado deveria se estabelecer dentro da ótica do cientista político citado, como um ente passível de controle e ao alcance da sociedade e contendo novos espaços para a política livre do que o autor chamou metaforicamente de partidos-guia, líderes messiânicos e ou igrejas.

A cidadania como causa e consequência da ação do indivíduo consciente de seus interesses, principalmente, na esfera pública e concomitantemente coletiva. Nesse aspecto as ponderações de Nogueira (1998) tangenciam o aparato metodológico explicitado por Campos (1990) ao conclamar uma democracia menos tutelada pelo Estado no que a autora qualificou como *accountability* ou, em outras palavras, a busca por uma cidadania para além do ato de votar e ser votado.

No conceito de política como um espaço de análise das relações entre Poder Público e o cidadão como sujeito que absorve os mecanismos de implementação de políticas públicas e, reage a eles positiva ou negativamente, buscamos por subsídios teórico-metodológicos na literatura, no corpo de leis, como a Constituição Federal de 1988, e em leis municipais, tais como Plano Plurianual, Lei de Diretrizes Orçamentárias e Lei Orçamentária Anual, que subsidiaram a busca por compreensão do escopo normativo organizacional e nos orientaram em busca de elementos tangíveis para a percepção de suas nuances.

A percepção desse universo de possibilidades históricas e organizacionais do campo das políticas públicas, em geral, e dos gastos públicos com Cultura, em particular, no município de Taquaritinga (SP), remete-nos à tentativa de compreensão de como se estruturou historicamente o modelo de descentralização político-administrativa no Brasil após o Período Militar (1964-1985) e especificamente, com a aprovação do texto constitucional no ano de 1988.

Os limites e possibilidades desse período de nossa História recente será contextualizado para, a partir de um olhar panorâmico, nos apropriarmos de elementos que concedam subsídios para problematizarmos suas correlações com a temática abordada nesta pesquisa.

1.1 Os Partidos Políticos e seu papel na esfera da democracia

Os partidos políticos, como construção e representação de anseios, ideias e ideologias expostas, implícitas e explícitas, visando o seu predomínio e construção de hegemonia tanto política quanto ideológica, como estruturas de poder, dentro do moderno conceito dessa forma de ação humana em busca do poder, ou como pontuou Weber (1980) “empresas” cuja finalidade seria a venda de produtos simbólicos tais como: candidatos, ideologias, discursos político-ideológicos, dentre outros elementos pertencentes ao campo da política, visto que vendem ideais ou projetos dentro de visões mais liberais, conservadoras ou à esquerda de acordo com “consumidores” suscetíveis a esses discursos.

Dentro da perspectiva de Michels (1982), pensador alemão do final do século XIX e início do Século XX, em sua obra intitulada *Os Partidos Políticos*, existe o conceito de que uma agremiação partidária tenderia a sair de espaços de indeterminação e de lutas internas entre tendências, naturalmente divergentes, de frações, em combate, pelo poder partidário e tornar-se-ia um espaço privilegiado de poder do que o autor designou como: “potência oligárquica”.

Duverger (1970), guardadas as devidas proporções de tempo, espaço e perspectivas de entendimento sobre esta intrincada conceituação tanto do que significa um partido político moderno quanto das motivações que levam seres humanos a se filiar a essas estruturas de poder, tende a concordar, nesse ponto, com Michels (1982) pontuando que os chefes político-partidários como prova inequívoca de sua predominância, no âmago da agremiação partidária, exerceriam o poder de fato e “de direito”, cuidando, no entanto, diligentemente para que se mantivesse como pano de fundo a perspectiva de uma aparência democrática.

A análise teórico-crítica de Duverger (1970) desvela, como Michels (1982), a seu tempo (como adendo neste quesito, vale lembrar que Michels antecede Duverger, apesar das datas de edição das obras citadas atestarem ao contrário) a conceituação da ideia contida no mote de uma fachada ou aparência democrática se camuflar tendências autocráticas. Assim sendo observa-se em Duverger (1970, p.172) a seguinte asseveração sobre a natureza estrutural dos partidos políticos contemporâneos:

Como todos os grupos humanos, os partidos são conservadores: não modificam facilmente sua estrutura, mesmo se a evolução os impelir, na sua direção. O caráter mais democrático de alguns advém amiúde, do fato de haver surgido antes que processos de organização mais autoritários tenham sido postos em execução.

Michels (1982, p.222) pontua analiticamente as relações perceptíveis entre Estado e partidos políticos esmiuçando a temática dentro da seguinte perspectiva:

O partido, ameaçado continuamente pelo Estado e do qual depende sua existência, se empenha conscienciosamente para evitar tudo o que possa irritar o mesmo. A própria teoria, assim como a ciência do partido, sofre na ocasião atenuações, deformações, se o interesse da organização externa exige. A organização torna-se o nervo vital do partido.

Outro autor que discorre sobre a intrincada natureza partidária é Cerroni (1982, p.33), que pontua, a perspectiva da organização dos partidos políticos contemporâneos, que mesmo representando o olhar sociológico da parte (de onde deriva o conceito de partido) e os complexos meandros da estruturação de grupos que visam o poder; já de acordo com Weber (1980), o objetivo de toda a concepção de partido político moderno é a formação de um aparato político-ideológico que atende pela alcunha de partido político é a constituição de uma “empresa” com fins claramente pontuados pelo domínio e manutenção do poder, seja em modelos republicanos parlamentaristas, como no locus ao qual o modelo weberiano está imerso, ou como na contemporaneidade os sistemas denominados como presidencialistas.

Ao pontuarmos nesse estudo conceitos relativos ao modelo organizativo dos partidos, não pretendemos enveredar por essa senda, visto que o foco principal de nosso estudo encontra-se permeado pela natureza local, ou seja, os meandros dos gastos públicos com Cultura no Município de Taquaritinga (SP) entre 2005 e 2016, mas não podemos negligenciar que os municípios são uma extensão organizativa do Estado em dimensões e escalas reduzidas e, no entanto, trazem em seu escopo de funcionamento organizacional, elementos estruturantes do poder político em nível micro estrutural, ou como denomina Arretche (2012) estruturas subnacionais no espectro do Federalismo adotado no Brasil no pós-Ditadura Civil-Militar, mais precisamente a partir da Constituição de 1988.

Assim sendo, a natureza do modelo político-institucional adotado no Brasil após o Governo de Exceção entre 1964-1985 representado pelo predomínio e controle dos militares no comando do Poder Executivo e principalmente a partir da Carta Constitucional de 1988 que segundo Arretche (2012) teria sido concebida para ser uma antítese à Constituição de 1967 e a Revisão Constitucional de 1969 e toda discricionariedade por ela engendrada fornecendo a União o poder agigantado de legislar por Atos Institucionais, Decretos-Lei ou Atos Adicionais,

dentre outros arbítrios possíveis ao Estado de exceção instalado durante cerca de Vinte e Um anos.

Dentro da perspectiva de análise de Arretche (2012), o Texto Constitucional de 1988 tentando zelar pela descentralização do poder nas instâncias: Nacional, Estadual e Municipal, criou, no entanto, para o Poder Executivo Federal, inúmeras prerrogativas legislativas (distribuição de cargos em escalões inferiores, distribuição do produto da carga tributária pelos entes federativos que compõem o modelo democrático brasileiro, ou seja, União, Estados, Distrito Federal e municípios).

Dentro da perspectiva problematizada por Nogueira (1998) ao se referir ao papel do gestor público, enquanto elemento disseminador e ao mesmo tempo com o árduo papel de centrar a gestão em pessoas e resultados e não no padrão burocrático que se enraizou no *modus operandi* de instituições e pessoas.

O excerto a seguir, contido em Nogueira (1998, p.189), denota a preocupação do referido autor, com uma nova concepção de Estado, mais leve e ágil:

O gestor público de que se necessita hoje, em suma, precisa ser um profissional da articulação, competente para negociar com atores mais desagregados e fragmentados, mais carentes e solicitantes, mais excluídos e mais cientes de seus direitos. E seu trabalho terá tanto mais relevo quanto mais colaborar para que se rompa categoricamente o hiato entre técnica e política, quanto mais ajudar a desmontar a imagem da técnica como coisa neutra, autônoma, fatal e invencível, quanto mais compreender que as soluções por ele buscadas dependem de um devir coletivo complexo.

A aplicação de verbas, nas diversas áreas da administração pública, e aqui citamos: saúde, educação, gastos com pessoal e no escopo de nossa pesquisa o setor da Cultura, em particular, nos remete ao ponto de vista do autor acima compilado ou, sob outro olhar, o Estado deve estar focado na aproximação entre gestão eficiente e eficaz e a contrapartida que o gestor da “Coisa Pública” deve conceder à sociedade.

O dever de efetivamente prestar contas à sociedade, sobre seus atos institucionais, e o bom uso dos recursos públicos e que esses sejam efetivamente transformados em políticas públicas e sob o que Campos (1990) denominou como *accountability*, ou a prestação de contas ao tecido social e também a capilaridade do poder público, em se tornar permeável, no espectro de estar aberto a formas de participação de extratos cada vez maiores da população no processo decisório, ou seja, na criação, aplicação e avaliação da viabilidade de políticas públicas, torna-se um princípio fundamental a ser pesquisado atualmente.

Como contribuição para o campo dos estudos relacionados às políticas públicas, em nível local, esta pesquisa tem como proposta estruturante a busca por subsídios teórico-metodológicos que indiquem e fundamentem caminhos sob perspectiva de análise relacionada ao modelo político-partidário adotado no município de Taquaritinga (SP) para o recorte temporal proposto nesse trabalho de pesquisa, somados às relações entre o Poder Executivo e o Legislativo e seus desdobramentos para estruturação e efetivação dos gastos públicos no campo da Cultura, para período mencionado.

A análise desse recorte específico quanto aos gastos públicos com Cultura no município de Taquaritinga (SP), nos aproxima da temática do modelo de descentralização das políticas públicas no Brasil e de acordo com Arretche (2012) a União seria a grande indutora de projetos cuja abrangência contempla grande parte do território nacional, enquanto Estados e municípios seriam executores de políticas públicas de grande envergadura, nos remetendo ao período posterior à Promulgação da Constituição de 1988, sob influência da noção de descentralização.

1.2 Descentralização das Políticas Públicas no Brasil

Dentro da perspectiva histórica quanto à análise da descentralização do campo das políticas públicas no Brasil, durante o século XX, em um primeiro momento de reflexão encontramos na denominada República Velha (1894-1930) subsídios para problematizarmos esse elemento teórico e para lançar uma luz sobre a estruturação de um modelo de Estado que foi se enveredando para uma concepção de matriz burocrática, apesar de denotar uma forte predominância federativa, durante o período citado, produto da denominada República “Café com Leite”.

Dentro de uma análise de matriz histórica, a Revolução de 1930 que deu início à longa Era Vargas (1930-1945), trouxe em seu bojo sinais de que a velha Política dos Governadores, inaugurada no Governo Prudente de Moraes (1894-1898) e que teve seu ápice com Campos Sales (1898-1902), já demonstrava sinais de estar se exaurindo e a Crise de 1929 expôs suas mazelas precipitando a adoção de um modelo de Estado centralizado, paternalista, corporativista, caracterizado pela presença ostensiva do “Varguismo” como estrutura indutora de política pública centralizadora, por um lado e concebeu as bases de um modelo de desenvolvimento industrial urbano tendo no Poder Executivo seu principal catalisador, por outro.

Sobre o referido período da “República dos Coronéis” 1884-1930, Nunes Leal (1997, p.125) conceitua a inter-relação do modelo paternalista com a predominância regional, por meio

da seguinte afirmação: “É evidente, porém, que a política dos “coronéis” conduziu ao fortalecimento do poder estadual de modo muito mais efetivo do que a “política dos governadores” garantia o reforço do poder federal”.

Neste fragmento, contido em Leal (1997), percebemos os complexos mecanismos das relações de poder no Brasil sob o signo de uma intrincada rede de favores e benefícios, entre senhores em nível microestrutural, principalmente, estados e municípios e a política em nível macroestrutural, o autor pontua elementos do poder e sua complexa teia e ramificações, a partir de uma rede orgânica, tendo a posse na terra uma importante ferramenta de poder político.

Ainda na ótica de Leal (1997), o poder estaria amalgamado entre uma elite de base “coronelista” que monopolizava o controle da máquina político-administrativa devido a sua capilaridade tanto no âmbito das ações práticas do cotidiano da política, quanto das vastas redes de poder subterrâneas que determinavam a agendas dos três poderes, visto que o coronelismo povoou o imaginário político brasileiro com seus tentáculos e a posse de influência na esfera política e social.

O modelo de gestão do Estado no Brasil passou por mudanças históricas profundas desde a adoção do sistema republicano em 1889 (Proclamação da República) e da denominada Primeira República ou “República Velha” (1889-1930), guardadas as devidas relações de tempo e espaço para a adaptação, da máquina burocrática, aos novos anseios por um Estado mais leve, ágil e menos oneroso, mas que, no entanto, atenda ao cidadão, aos moldes do que Campos (1990) denominou de *accountability*, fato também detectado por Abrucio (1997), e que ainda não se configurou ou foi incorporado aos modelos de gestão pública brasileira, ainda marcadamente paternalistas, centralizadores e, segundo os autores, refratários às mudanças mais profundas em sua essência de matriz burocrática.

O município de Taquaritinga (SP), a priori não foge à regra, pois possui ainda poucos mecanismos de aproximação com o conceito de *accountability* preconizados por Campos (1990) e Abrucio (1997), apesar de movimentos tais como: a Câmara Estudantil criada em Taquaritinga (SP) no ano de 1993 e substituída pelo Projeto Parlamento Jovem, criado em 2006; as audiências públicas, sobre temas variados relacionados à construção de uma cidadania mais participativa por parte do munícipe, ou a participação em sessões ordinárias e extraordinárias na Câmara Municipal, para o recebimento de “honorarias” concedidas pelo Legislativo, a posteriori, nota-se que a cidadania ativa ainda é incompleta no município e quiçá no país como um todo.

A partir de concepções alicerçadas pela busca de novos paradigmas de estruturação das ações promovidas pelo Estado para uma maior agilidade da máquina político-administrativa,

partimos para uma breve análise histórica da estruturação do Estado brasileiro no espectro administrativo Bresser Pereira (1998) considera a Era Vargas teria inaugurado um modelo de organização de Estado a partir aspectos burocráticos e intervencionistas que alicerçaram o nacionalismo varguista em oposição ao modelo de predomínio das elites paulista e mineira na denominada “República Velha” (1894-1930), cujo papel da União estava ligado ao predomínio dos interesses agrário-exportadores.

Ainda no bojo da perspectiva de análise e transformação do modelo administrativo brasileiro sob um viés histórico, a crise do populismo varguista dos anos 1950 e do nacional-desenvolvimentismo inaugurado por Juscelino Kubistchek entre 1956 e 1960 culminariam com o conturbado governo do presidente João Goulart entre 1961 e 1964, desencadearia o difícil período da Ditadura Civil-Militar entre 1964 e 1985 permeada pela tentativa de rompimento com o modelo burocrático, herança do populismo estatal dos anos 1930.

A Crise do Petróleo dos anos 1970 desencadearia um rombo nas contas públicas e como resposta Bresser Pereira (1998) problematiza o ajuste estrutural promovido pelo governo militar para tentar conter o profundo processo de deterioração das contas públicas devido a inflação descontrolada durante o referido período citado.

A análise histórica do modelo administrativo brasileiro onde Bresser Pereira (1998) tece ponderações relativas à passagem de uma concepção organizativa burocrática herdeira de um de Estado centralizador, para uma visão menos burocrática e mais gerencial concede elementos estruturais para a percepção da transição implementada a partir dos anos 1990.

No momento histórico que sucedeu a Constituição de 1988, em oposição ao período autoritário, de acordo com Arretche (2012) trouxe em sua essência a tentativa, em teoria, de rompimento com o intervencionismo estatal e uma “maior autonomia” dos entes federativos, ou seja, Estados e municípios. Na prática, no entanto, a União continua sendo a grande articuladora de políticas públicas no Brasil atual, enquanto a estados e municípios, de acordo com a autora, coube o papel de executores de projetos cuja origem deriva da União.

Dentro da perspectiva de rompimento entre o modelo administrativo burocrático para o gerencial na obra de Bresser Pereira (1998), podemos observar a seguinte ponderação: “A reforma do Estado e, particularmente, a Reforma Gerencial é antes uma reforma institucional do que uma reforma de gestão. Está baseada na criação de instituições normativas e instituições organizacionais que viabilizem a gestão”. (BRESSER PEREIRA, 1998, p.23).

A partir da transcrição literal, acima exposta, desse pressuposto teórico contido na obra de Bresser Pereira (1998), nota-se a necessidade de melhoria nos níveis de organização e gestão do Estado brasileiro no que se relaciona a elementos de dinamização do funcionamento do

aparelho de gestão de políticas públicas, para uma melhor resposta aos anseios do cidadão, quanto à atuação do poder público, nas mais variadas modalidades de políticas públicas ofertadas e efetivamente realizadas pelo próprio Estado.

A pesquisa de Arretche (2012) relacionada com o modelo de Federalismo adotado no Brasil, após a Constituição de 1988, concede-nos elementos estruturantes, pois a autora se dedica à complexa análise da conjuntura nacional no pós-Regime Militar e seus desdobramentos modificando os caminhos do modelo republicano, adotado no Brasil pós 1988.

Segundo a autora citada, o projeto de política pública em nível macroestrutural se equilibra entre a presença ostensiva do Estado brasileiro como indutor de políticas públicas, além de ser o grande beneficiário direto da carga tributária que incide tanto direta quanto indiretamente sobre a sociedade e que possui, no Poder Executivo, um elemento central e definidor de agenda, quanto à elaboração, implementação e avaliação de viabilidade da eficiência e eficácia do modelo de políticas públicas implementadas no Brasil, atualmente.

A centralidade do Estado e seu poder estruturador de agenda, sob uma perspectiva burocrático-administrativa e possíveis soluções para esse engessamento da estrutura de forma vertical, encontra em Bresser Pereira (1998) um crítico e proponente de novas percepções no que se refere a conceitos e ações que busquem o enxugamento da máquina burocrático-administrativa em prol da conformação de um Estado mais eficiente e permeável aos reclamos de diminuição do teor burocrático, mas, sem negar a necessidade da existência do Estado como estrutura vital para o equilíbrio de forças entre as várias estruturas de poder em evidência, ou seja, sociedade, mercado e estruturas estatais.

O referido pesquisador buscou equacionar os imperativos de gestão pública de matriz burocrática vigente no Brasil até os anos 1990 por novos paradigmas entre o alicerçado e onipresente Estado Burocrático com raízes profundas no *modus operandi* da visão que se edificou para o Estado no Brasil e, como contraponto, empreendeu a visão e a urgência da estruturação de parâmetros de gestão sob égide do denominado Modelo Gerencial de ação do Estado.

Nossa pesquisa visa, dentro do escopo teórico-metodológico proposto e preliminarmente explicitado, analisar a associação entre Estado como indutor e disseminador de políticas públicas, gastos públicos e sua ação no campo da Cultura em âmbito setorial especificamente no campo das políticas públicas municipais.

A configuração do Estado, em nível macroestrutural, como indutor de políticas públicas, faz parte de nossa pesquisa como elemento estruturante para a busca de conceitos teórico-metodológicos que norteiem nossa análise, dessa forma, autores que pensaram o Estado

em sua totalidade e peculiaridades nos concedem embasamento para a observação da realidade microestrutural no município de Taquaritinga (SP) ou, como ponderam Arretche (2012) e Kerbauy (2014), denominando esse espectro da descentralização político-administrativa como: nível subnacional.

As percepções contidas em Bresser Pereira (1998), Nogueira (1998), Kerbauy (2002 e 2005), Kinzo (2007), Arretche (2012), dentre outros autores, que analisam o tema da construção do modelo de Estado implementado no Brasil contemporâneo, em suas várias instâncias, ou seja, União, estados e municípios nos concede suporte para pensarmos o gasto público em Cultura, como política pública específica, no âmbito municipal.

Para fornecer suporte para o entendimento da realidade vivenciada pelo município de Taquaritinga (SP) e mais precisamente, como o poder público concebeu políticas públicas de investimento em Cultura entre 2005 e 2016, nesse estudo empreendemos a busca por elementos que, a seu tempo, definam a natureza das políticas públicas, sua profundidade e espectro de possibilidades e limitações como estofo teórico para tentar uma compreensão da natureza desse mecanismo de disseminação de possibilidades para o tecido social.

Em suma, o escopo de nossa pesquisa tangencia (em seu cerne) a busca do como e onde recaem os investimentos públicos municipais relacionados aos gastos com Cultura, suas peculiaridades, seus silêncios, em suma, como se comportaram os gastos no setor, durante as três gestões municipais entre 2005 e 2012 (governo do Partido da Frente Liberal - PFL, cuja nomenclatura foi substituída para DEMOCRATAS-DEM), e no quadriênio 2013-2016, sob gestão do Partido dos Trabalhadores (PT).

Ainda sobre o escopo de uma visão mais generalizante para conceder subsídios teórico-metodológicos para nossa pesquisa, percebemos que a temática das políticas públicas no Brasil se encontra permeada pela dicotomia descentralização versus centralização, cujo controle, quanto aos espaços de determinação de agendas sobre os grandes projetos de natureza macroestrutural e como exemplo podemos citar: Educação, Saúde, Habitação, Seguridade Social, dentre outros, possuem na ação da União seu principal ator e o papel representado por Estados e municípios, em geral, se alicerçam na execução de políticas públicas macroestruturais e na resolução de problemas específicos e peculiares de cada uma dessas estruturas em nível subnacional.

Em essência, sem pretendermos esvaziar a complexa temática correlacionada às políticas públicas em nível macroestrutural, valemo-nos de autores como Arretche (2012) que se dedica à tentativa de compreensão do modelo de estrutura administrativa adotada no Brasil após a promulgação da Constituição Federal de 1988.

Os estudos da autora citada contrapõem a ação da União como indutora de políticas públicas em nível nacional ao poder de agenda de origem legislativa (construção de coesão e consensos entre o Poder Executivo e o Poder Legislativo) no pós Ditadura Civil-Militar (1964-1985), suas rupturas e continuidades, no estabelecimento de modelos de Estado que na longa duração permeiam as relações entre sociedade e Estado no Brasil seus desenhos estruturantes permeados por menos ou mais presença do Estado na definição de agendas no campo das políticas públicas, objeto de Estudo e produto de hipóteses tecidas por: Abrucio (1997); Nogueira (1998); Bresser Pereira (1998), dentre outros autores que analisaram o tema.

Mas, em um segundo momento, a análise de Arretche (2012) aborda extratos mais profundos e expõe as entrelinhas da estruturação do texto constitucional, no que tange as atribuições dos poderes relativos ao Estado, especificamente, e suas subdivisões ponderando sobre os mecanismos de agenda do Executivo e sua imensa possibilidade de definição de prioridades e agendas na proposição de projetos de lei, denotando sua primazia sobre a ação legislativa que, por questões diversas, às vezes se omite ante ao poder de agenda do Executivo.

No entanto, em outros instantes, o Poder Legislativo pode também assumir um protagonismo capaz, inclusive de destituição de mandatos presidenciais como nos processos que culminaram com as quedas do então presidente Fernando Collor de Mello em 1992 e da presidenta Dilma Vana Rousseff em 2016, sob circunstâncias ainda passíveis de estudos mais aprofundados.

Como uma das características do modelo de democracia adotado no Brasil, pós-Constituição de 1988 e, sobretudo, especificando a predominância da União como centralizadora do modelo tributário brasileiro, observa-se a dependência de Estados e municípios (dentro da perspectiva de Unidade Federativa) com relação aos repasses de verbas oriundos do Executivo central, como complemento essencial para a execução orçamentária e projetos de grande envergadura como habitação e outros projetos que impactam quantitativa e qualitativamente nas decisões de gestores públicos em nível regional e local.

Como síntese contida na obra de Arretche (2012, p. 36), observa-se o escopo correlacionado ao modelo federativo adotado no Brasil e, amparada na análise do Texto Constitucional de 1988, utiliza como subsídio de elemento argumentativo e de força estrutural teórico-metodológica, esmiúça o conteúdo da referida Carta Constitucional dentro da seguinte proposição:

O argumento central deste trabalho é que os formuladores da Constituição de 1988 criaram um modelo de Estado federativo que combina ampla autoridade jurisdicional à União com limitadas oportunidades institucionais de veto aos governos

subnacionais. Não criaram um ambiente institucional que congelasse a distribuição original de autoridade de 1988, pois estabeleceram regras que exigiriam, no futuro, a mobilização de supermaiorias para alterar aquele contrato original. Além disso, as regras que regem as relações e interações entre as elites do governo federal e dos governos subnacionais favorecem as elites políticas instaladas nos governos subnacionais.

Como contraponto ao observado por Arretche (2014) em suas análises sobre as prioridades existentes entre as atribuições administrativas do Executivo e Legislativo pontuando certo esvaziamento do poder de agenda do Legislativo frente à própria agenda legislativa impetrada pelo Poder Executivo, Cheibub, Figueiredo, Limongi (2009) observam que no pós-1988 a valorização das agendas e projetos relativas a Estados e municípios como atores com certo poder de barganha e obstrução dos interesses da própria União.

Como elemento analítico, extraímos de Cheibub, Figueiredo, Limongi (2009, p.264) o seguinte excerto para contrapor ao explicitado por Arretche (2012) no que se refere ao esvaziamento do poder de agenda relacionado ao Legislativo:

A preocupação com o papel das forças regionais e locais na formação- ou na obstrução- da política nacional intensificou-se com o advento da democracia e com o fortalecimento do federalismo na Constituição de 1988. Por outro lado, a Constituição redistribuiu recursos por diferentes esferas da federação, apoiando significativamente os governos subnacionais. De outro ponto de vista, o ressurgimento do Congresso Nacional como protagonista central do processo de formulação de políticas forneceu uma nova arena renovada para a manifestação de interesses regionais e locais.

Apesar de destoantes, em sua essência teórico-argumentativa e conceitual, os excertos problematizam uma realidade díspar daquela observada durante o período da Ditadura Civil-Militar (1964-1985) e tangenciam uma nova realidade de estruturação político-administrativa onde os agentes políticos tanto da esfera executiva quanto legislativa organizam-se segundo seus interesses corporativos e estruturais.

Análise do modelo de descentralização político-administrativa estudada por Arretche (2012) a partir da Constituição de 1988 serve-nos de subsídio para problematizarmos a realidade vivida em municípios de pequeno porte como Taquaritinga (SP) no que se refere à interface Executivo/Legislativo na análise e aprovação de mecanismos orçamentários como o Plano Plurianual (PPA), Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e a Lei Orçamentária Anual (LOA).

1.3 Relações entre os poderes: Executivo e Legislativo e seus desdobramentos em âmbito municipal

As complexas relações institucionais entre os poderes no Brasil: Executivo e Legislativo, no caso específico desta pesquisa, lastreado pela produção teórico-metodológica contida em obras de autores como Abrucio (1997), Arretche (2012), Cheibub, Figueiredo, Limongi (2009) em nível nacional, se desdobram no que se refere a aspectos mais regionalizados (descentralização político-administrativa), na perspectiva do que Arretche (2012), Kerbauy (2002 e 2005), Fleischer (2002), Kinzo (2007), Praça e Garcia (2011) denominam como estruturas subnacionais (estados e municípios) sob influência da Constituição de 1988 e de toda vasta gama de possibilidades no campo da estruturação de políticas públicas nas três esferas do poder.

A pesquisa nesse instante aborda a estruturação do poder e da política, principalmente, na esfera municipal visto que temos um recorte histórico-temporal de três gestões: duas sob comando do antigo Partido da Frente Liberal (PFL), atualmente Democratas (DEM), perfazendo o período de 2005 a 2008, em um primeiro momento, e 2009 a 2012 seu complemento; e entre 2013 e 2016, um arranjo político fez com que o Partido dos Trabalhadores (PT) assumisse o controle do Executivo municipal, pela primeira vez, sem, no entanto, obter uma votação que lhe garantisse a reeleição.

Foi realizada a análise das relações da estrutura político municipal, ou seja, a mecânica das relações entre o Executivo e o Legislativo para a aprovação de mecanismos que impactem em estimativas de dotação orçamentária para as diversas áreas da administração municipal, tendo como norte a elaboração leis que regem a intenção de investimento do Executivo nos vários nichos das políticas públicas.

As relações entre os poderes, e aqui enfatizamos aquelas ocorridas entre o Poder Executivo, em âmbito municipal, na imagem do prefeito e do Poder Legislativo (ancorado na ação de criação de leis e no concomitante papel de fiscalizador dos atos do Executivo, em teoria, no escopo de ação dos vereadores), servirão de ponto de análise para nossa pesquisa visto que em alguns momentos o Poder Legislativo assumem uma postura de ator secundário perante o poder de agenda do Executivo, principalmente, em municípios de pequeno porte como Taquaritinga (SP).

A análise das estruturas e mecanismos concernentes à proposição de ações, no âmbito das políticas públicas, propostas pelo corpo legislativo, mas também pelo Executivo, como órgão proponente de leis, executante destas, e aquele que avalia sua viabilidade, como aponta

Arretche (2014) e Kerbauy (2002 e 2012), suplantando, em muitos casos, o papel, a priori, do Legislativo, que em muitos casos, prefigura-se quase em um apêndice do poder de agenda do Executivo, como questiona Arretche (2012).

Contudo, o Poder Legislativo, em alguns momentos, demonstra seus mecanismos de criação de consenso e reverte essa situação desfavorável a ele atribuída, vide a aprovação do impedimento da presidenta Dilma Rousseff ocorrido em 2016 caso que ganhou contornos dramáticos e ainda intriga analistas quanto á sua natureza estruturante, se por um lado teria se configurado em um Golpe Legislativo ou um arranjo institucional estruturado a partir da denúncia de crimes de responsabilidade.

Dentro do escopo teórico que tangencia a observação da problemática acima explicitada, Carvalho (2011) e Kerbauy (2014) ponderam sobre a produção científica tendo como referencial momentos de aproximação e ruptura entre os poderes: Executivo e Legislativo.

A partir dessas premissas estruturantes questionadas e problematizadas pelos autores apontados acima, percebemos relações entre produção científica existente sobre as complexas relações institucionais dos poderes, nas três esferas (União, estados e municípios), seus espaços de diálogo ou rompimento.

Para uma análise em nível macroestrutural do Executivo buscamos aporte teórico em Arretche (2012), Cheibub, Figueiredo e Limongi (2009), a priori, e o Legislativo que se equilibra entre não se transformar em “departamento” em nível legislativo, dos interesses do prefeito, mas que pode se transfigura em um ente com uma imensa força de barganha, negociação e veto (Kerbauy, 2002) Rodrigues (2006), Silva (2013), e os vereadores com seus próprios interesses relativos à reeleição, podem ou não, se associar para a construção de maiorias “hegemônicas” em prol do Executivo, em nível local.

Carvalho (2011) reflete que ainda subsistem no Brasil elementos e relações clientelistas, cuja complexidade ainda se mostra como um difícil marco teórico a ser desconstruído, devido ao fato do uso da influência para se criar uma rede complexa de favores, lealdades e dependências de natureza política e social entre os agentes envolvidos no embate político-administrativo e ideológico nas esferas de poder.

O contato com a análise documental concebe um viés de observação sobre como são priorizadas a utilização de verbas públicas e onde são alocados tais montantes na busca por caminhos tangíveis a ser trilhados visando mecanismos de compreensão do comportamento dos gastos públicos em Taquaritinga (SP) e aqui possuímos como problema de pesquisa os gastos públicos efetuados pela Secretaria Cultura entre 2005 e 2016 e como se organizou essa estrutura

administrativa, do poder público municipal, nos três mandatos do Poder Executivo, objeto de nosso recorte temporal.

Partindo desse recorte teórico-analítico relativo à pesquisa por nós executada, buscamos na literatura relativa ao desenvolvimento, implantação e análise de políticas públicas subsídios teóricos que fundamentaram nossa busca por elementos quanto a ação do Poder Executivo como provedor e executor de uma agenda dentro das atribuições a ele imputadas.

Para uma análise em nível macroestrutural do Executivo buscamos aporte teórico em Arretche (2012), Cheibub, Figueiredo e Limongi (2009), a priori, e o Legislativo que se equilibra precariamente entre não se transformar em um mero apêndice do poder de agenda do prefeito que preconiza e se transfigura em um ente com uma imensa força de barganha, negociação e veto (KERBAUY, 2002 e 2005), Rodrigues (2006) e Silva (2013), e os vereadores com seus próprios interesses relativos à reeleição, em um primeiro momento, podem formar maiorias que lhes possibilitem atender suas bases eleitorais, por meio da liberação de verbas oriundas do Poder Executivo.

A partir dessa primeira abordagem situada no limite entre os pleitos eleitorais majoritários (eleição para prefeito) e proporcionais (relativos ao cargo de vereador), ocorre o atendimento de seus nichos eleitorais, no município, especificamente, tentando obter verbas para seus projetos, tentando obter nomeações para cargos de segundo escalão de seus correligionários, dentre outras possibilidades, dentro da perspectiva da democracia de coalizão existente no Brasil pós-1988 (fato este que atrela, e em muitos casos, tutela o Legislativo ao “cabresto” do Executivo), fato esse pontuado por Arretche (2012) dentro das complexas relações entre Executivo-Legislativo, do modelo político adotado no Brasil.

Na perspectiva político-administrativa brasileira e suas ligações com as esferas de poder no Brasil seja ele: municipal, estadual ou federal, levaram Leal (1997, p.64) a tecer a seguinte ponderação:

Muitos chefes municipais, mesmo quando participam da representação política estadual ou federal, costumam ser tributários de outros que já galgaram, pelas relações de parentesco ou amizade, pelos dotes pessoais, pelos conchavos ou pelo simples acaso das circunstâncias, a posição de chefe de grupos ou correntes, no caminho da liderança estadual ou federal.

O tema central da perspectiva explicitada por Leal (1997) está imerso na análise das complexas relações que justificam o predomínio de uma elite de matriz local e regional controlada pela figura do coronel.

As peculiaridades do ambiente político municipal nos remetem a estudos que tangenciam características típicas da esfera desse espectro microestrutural, ou seja, como pondera Caetano (2005, p.108), na esfera municipal o Legislativo da cidade de São Paulo raramente vetaria os projetos originários do Executivo.

Em âmbito local, os pleitos eleitorais, no recorte por nós trabalhado, traz configurações peculiares possibilitando arranjos político-institucionais que promoveriam coligações que fugiriam ao conceito de *díade* proposta por Bobbio (2001), onde as agremiações de esquerda trariam em seu escopo de atuação o setor social como fulcro central e a direita preconizaria um maior distanciamento do Estado da economia.

Os caminhos eleitorais trilhados na luta pelo controle do Poder Executivo em esfera municipal perfazem um amálgama de possibilidades e arranjos político-eleitorais estando assim configurados entre os anos de 2005 e 2008:

Na eleição à Prefeitura do Município de Taquaritinga (SP), realizada no ano de 2004 para o quadriênio 2005-2008, vence a coligação “É Hora de Mudar” que contava com o antigo Partido da Frente Liberal (PFL), o Partido dos Aposentados da Nação (PAN) e o Partido Social Democrata Cristão (PSDC). Em um pleito acirrado, a referida coligação obteve cerca de 49,37% dos votos válidos, ou seja, 14.803 votos, contra 12.746 da coligação “Avança Taquaritinga”, cerca de 42,51% dos votos válidos, que contava com os seguintes partidos: Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), Partido Democrático Trabalhista (PDT), Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB), Partido Liberal (PL), Partido Social Cristão (PSC), Partido Popular Socialista (PPS), Partido Renovador Trabalhista Brasileiro (PRTB), Partido Socialista Brasileiro (PSB).

Analisando o comportamento das coligações acima expostas, percebemos os mais variados tipos de alianças eleitorais heterogêneas no espectro político e certa ausência de clareza programática nas agremiações partidárias locais quanto a concepções político-ideológicas no que se relaciona à mudança dos candidatos a cargos no Executivo (eleições majoritárias sempre definidas em Primeiro Turno), visto que o número de eleitores no município de Taquaritinga (SP) se encontra abaixo de 200 mil eleitores sendo os pleitos eleitorais definidos em primeiro turno.

Continuando a análise dos pleitos eleitorais acima iniciada, a reeleição do prefeito José Paulo Delgado Junior agora sob a sigla do DEM (Democratas) pela coligação: “Para o bem de Taquaritinga” cujos partidos componentes eram: Partido Progressista (PP), Partido Social Democrata Cristão (PSDC); Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), Partido Republicano Progressista (PRP), DEMOCRATAS (DEM); Partido Popular Socialista (PPS) e

Partido Socialista Brasileiro (PSB) a referida Coligação vencedora tendo como principal partido o Democratas (DEM) que obteve, em números absolutos, 21.622 (71,52% dos votos).

Enquanto a Coligação derrotada nessa eleição, “Emprego, Saúde e Dignidade”, cujos partidos componentes eram: o Partido Democrático Trabalhista (PDT); o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB); Partido da República (PR) e o Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB) e que obteve 7676 votos ou aproximadamente (25,39%).

Dentro da perspectiva político-eleitoral no município de Taquaritinga (SP) historicamente o Partido dos Trabalhadores (PT) obteve votações inexpressivas para cargos majoritários, ou seja, para prefeito ao longo dos pleitos eleitorais até 2012.

O capital político-eleitoral, da estrutura do “Lulismo”, e seu posterior esvaziamento, fato estudado por Singer (2012) em nível nacional, não se converteu, a priori, em uma maior projeção no município da sigla até a eleição do prefeito Fúlvio Zuppani no ano de 2012, que também, como elemento problematizador, não possuía qualquer ligação orgânica com o Partido dos Trabalhadores (PT), rompendo com o partido em 2015 e filiando-se ao Partido Popular Socialista em uma tentativa frustrada de reeleição no pleito de 2016.

Siglas tradicionalmente constituídas tanto Nacional quanto Subnacionalmente (Estados) no município de Taquaritinga (SP) comportam-se de forma “peculiar”, sendo que pouco se nota, fora dos períodos de pleito eleitoral em eleições majoritárias (Poder Executivo) e ou proporcionais (para à Câmara Municipal) a presença de diretórios partidários, militância para a formação de lideranças, dentre outras possibilidades de organização de siglas tais como: o Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB), o Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), o Partido dos Trabalhadores (PT), O Democratas (DEM), dentre outros estruturados em esfera nacional (União) e subnacional (Estados), mas, no entanto, se observa mudanças constantes quanto a filiação político-partidária, em âmbito local.

O pleito de 2012 elegeu como prefeito Fúlvio Zuppani da coligação “Queremos Taquaritinga com a Cara do Brasil” buscando atrelar o município ao projeto de desenvolvimento nacional subsidiário do “Lulismo” estudado por Safatle (2012) e Singer (2012) em suas potencialidades e limitações e era composta pelos seguintes partidos: Partido dos Trabalhadores (PT), Partido Democrático Trabalhista (PDT), Partido Social Liberal (PSL), Partido Social Cristão (PSC), Partido Verde (PV) obtendo 49.67% e em números absolutos um total de 14.397 de votos derrotando a Coligação: Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), Partido Republicano Brasileiro (PRB), Partido Progressista (PP), Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB), Partido da República (PR), Partido Popular Socialista (PPS), Partido Humanista da Solidariedade, Partido Republicano Progressista (PRP), Partido Social

Democrático (PSD) que obteve 25.90% dos votos, ou seja, 7.508 votos e a Coligação: “O Ser Humano em Primeiro Lugar” composta pelas seguintes agremiações: Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), DEM (Democratas), Partido Social Democrata Cristão (PSDC), Partido da Mobilização Nacional (PMN) que obteve 24.43% ou em números absolutos 7.080.

No pleito de 2012 ocorreram cerca de 8.030 abstenções o que percentualmente significou cerca de 20.07% dos eleitores aptos ao voto em um total de 40.005 eleitores segundo o TRE, quanto a votos brancos totalizaram 1.558 (4.87%) e votos nulos 1.432 (4.48%). A somatória de abstenções, votos brancos e nulos para o pleito de 2012 atingiu o total de 11.012 eleitores (29.42%), sendo maior que os votos depositados ao segundo e o terceiro colocados no pleito de 2012, separadamente.

2 ANÁLISE DO MODELO DE GESTÃO PÚBLICA NO BRASIL PÓS-1988

O modelo de gastos públicos adotados no Brasil, no período posterior ao texto constitucional de 1988, possui em Arretche (2012) ponderações crítico-argumentativas pontuando o espaço que permeia os entes federativos, ou seja, União, Estados e Municípios em suas atribuições particulares, dentro da estrutura tanto administrativa quanto no aspecto de suas peculiaridades.

A referida autora concebe cada ente federativo como determinante de agendas político-institucionais. A União teria como mecanismo de formação de consenso uma forte capacidade de regular programas de alcance nacional, cabendo a governos locais a função de “laboratórios de inovações” no campo de políticas públicas e a adesão dessas estruturas descentralizadas que Arretche (2012, p.20) denomina como sendo descentralizadas o papel de estruturas subnacionais e aqui especificamente.

De fato, o papel dos governos locais no Brasil é uma peculiaridade no plano internacional, pois na maior parte das federações os municípios são peças que atendem a interesses estratégicos de governos estaduais, segundo a autora citada.

Outros autores também sedimentaram caminho no interior da estrutura político-administrativa em nichos locais e aqui citamos Kerbauy (2002 e 2005), que pontua a figura do Executivo como definidora de agendas do próprio legislativo, especialmente, em municípios de pequeno porte. Essa autora pondera quanto à troca de favores tendo à frente o poder de convencimento impetrado pelo Executivo.

Nogueira (1998) problematiza sobre as complexas relações entre o Estado (enquanto estrutura organizativo-administrativa) e pondera que os caminhos que levariam a uma maior autonomia, no que perpassa o aspecto da descentralização político-administrativa deve tangenciar a ideia na qual o Estado tornar-se-ia mais permeável à ação dos entes públicos em seu núcleo decisório e nas palavras do próprio autor (NOGUEIRA, 1998, p.16) “A questão do Estado deve ser vista como intrinsecamente política vinculada às relações entre estado e sociedade” e ainda (idem, 1998, p.17) “Agregar recursos e pessoas para que o Estado funcione”.

Nesse espectro específico relativo ao Estado e sua configuração, Leal (1997) tem no tradicionalismo e nas ações de chefes políticos regionais um ponto de análise do comportamento do poder político e administrativo em escala microestrutural; Campello e Araújo (2006) apontam alguns limites e possibilidades dos gastos públicos e das próprias políticas públicas sob influência da Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei 101/2000); Campos(1990) questiona, a seu turno, a organização do modelo administrativo adotado no

Brasil, sob a luz do *accountability* ou, ainda, a tentativa de reestruturação do Estado sob uma perspectiva menos burocrática e mais gerencial sob ótica estruturante de Bresser Pereira (1996).

O município e, principalmente, as intrincadas relações entre o Legislativo e o Executivo, em nível local, encontram em Kerbaux (2002 e 2005) conceitos importantes no que se refere à análise sobre as possibilidades desse campo de estudo.

Limitações quanto à quantidade de produção teórica específica sobre a realidade dos gastos públicos municipais encontrados na literatura científica ou que tangenciam esse espaço de pesquisa na esfera sociológica, na ciência política, nas políticas públicas, dentre outros aspectos pertinentes ao universo correlacionado aos estudos da realidade municipal, são apontados por Kerbaux (2002) como necessários para a evolução das abordagens subnacionais e ainda pouco delineados no campo dos estudos sobre características específicas às peculiaridades municipais como um recorte para a construção de uma bibliografia específica sobre esse espaço de pesquisa.

De acordo com Arretche (2012) e Kerbaux (2014), o tema do processo decisório relativo ao Federalismo traz complexas relações institucionais entre a União, Estados e municípios, ou seja, a elaboração de políticas públicas e sua concomitante implementação, em nível macroestrutural, teria na União um importante vetor de disseminação.

A liberação de verbas para a execução orçamentária de projetos de infraestrutura tais como: educação, saúde, desenvolvimento social, habitação, dentre outros exemplos, derivaria do Poder Federal, visto que, para as autoras, o município teria um baixo poder de arrecadação tributária e, por isso, deveria recorrer constantemente à esfera federal para suprir seus déficits orçamentários e garantir a execução de projetos de melhoria da administração pública em nível municipal e o Fundo de Participação dos Municípios um difusor dessa mecânica de repasses.

2.1 Os repasses de verbas originárias da União por meio do Fundo de Participação dos Municípios (FPM)

O Fundo de Participação dos Municípios é um mecanismo de repasse de verbas públicas cuja origem é a União e tem como finalidade essencial atender às necessidades e complementação orçamentárias de estados, Distrito Federal e municípios.

Essa transferência de recursos paga pela União possui caráter redistributivo estando atrelada aos repasses oriundos do Imposto de Renda (IR) e do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) e de acordo com a Controladoria Geral da União (CGU) possui caráter incondicional, obrigatório e sem contrapartida para os municípios, que sobre FPM possuem

direito irrevogável e intransferível para a manutenção do equilíbrio das contas públicas ao longo do ano.

O Fundo de Participação dos Municípios surge no Brasil, com a Constituição de 1946, após a deposição de Getúlio Vargas que governou o Brasil, em um primeiro período entre 1930 e 1945 e em um segundo momento entre 1951 e 1954.

A denominação específica Fundo de Participação dos Municípios, aparece em 1967, durante a Ditadura Civil-Militar (1964-1985) dentro da perspectiva de estruturação do Código Tributário oriundo da Lei N. 5172/1966 e revisado a partir do Decreto Lei nº 1181 de 1981 anexado à referida Constituição. O escopo da Lei traz como elementos fundamentais cerca de 16 faixas quanto à distribuição *per capita* de acordo com número estimado da população de cada município contemplado.

De acordo com Documento expedido pelo Ministério da Fazenda em 2013 municípios cuja população estimada encontra-se entre 50.941 habitantes e 61.128 habitantes e nessa faixa se enquadraria o município de Taquaritinga (SP), de acordo com o censo 2010 essas cidades teriam direito a 2,2 % do Fundo de Participação dos Municípios de acordo com o coeficiente por faixa de habitantes.

O Fundo de Participação dos Municípios também determina que as capitais brasileiras absorvam, em média, 10% do referido Fundo, já os municípios do interior do Brasil teriam à sua disposição, cerca de 86,4% dos repasses do FPM, enquanto haveria uma reserva estimada em 3,6% que seria rateada anualmente, entre os componentes da Federação cuja a população, calculada pelo IBGE, se encontre acima de 156.216. Partindo dessa premissa estruturante, os municípios que se adequem a essa categoria teriam acesso ao referido fundo de reserva.

A Constituição de 1988 manteve o Fundo de Participação dos Municípios por meio do Artigo 154 cuja a base de recursos para a composição de sua estrutura monetária seria composta por cerca de 22,5% proveniente do Imposto de Renda (IR) e valores próximos a 0,60 % tendo como fonte de origem os montantes tributários extraídos do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI).

O poder de arrecadação dos municípios brasileiros prefigura-se limitado e, em um grande número de casos quase inócuo. Assim sendo, o grau de dependência de repasses provenientes da União torna-se substancial para a grande maioria dos 5570 municípios brasileiros no que se refere à busca de equilíbrio fiscal entre receita e despesa.

Os estudos de Arretche (2012) e de Kerbauy (2014) ligam-se a vertentes cujo foco de análise, no primeiro caso, ancora-se em elementos do modelo de descentralização pós- CF de 1988 onde estados e municípios seriam, em teoria, executores de políticas públicas (em nível

macroestrutural) cuja origem derivaria da União, enquanto que no segundo caso, o foco da referida autora seria as complexas relações entre o Poder Legislativo e o Executivo na construção de agendas municipais que reequilibrassem a desproporcional primazia do Executivo sobre os interesses do Legislativo no que se refere ao espaço municipal.

Percebemos, no entanto, a partir desse viés de análise a necessidade de introduzirmos elementos correlacionados aos mecanismos de repasses de verbas da União por meio do Fundo de Participação dos Municípios (FPM) para uma melhor compreensão do processo de estruturação das políticas públicas em nível local.

Observamos, a priori, a partir de análises embasadas em documentação a nós fornecida pela Prefeitura Municipal de Taquaritinga (SP) para o recorte de nossa pesquisa, e também em projeções ou estimativas orçamentárias contidas na Lei Orçamentária Anual (LOA) que serão aprofundadas ao longo do capítulo, que o município pesquisado depende de forma significativa de repasses oriundos do Governo do Estado de São Paulo (situação não inédita na realidade das 645 prefeituras que compõem o Estado) e que o Fundo de Participação dos Municípios (FPM) proveniente da União, também constitui elemento vital para o equilíbrio das contas públicas no recorte pesquisado.

Sob perspectiva de ordem tributária, de acordo com documento relativo ao código tributário do município de Taquaritinga (SP) contido em sítio disponível contido na rede mundial de computadores (<https://leismunicipais.com.br/codigo-tributario-taquaritinga-sp>) os principais tributos municipais seriam: o Imposto sobre Serviços (ISS), o Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU), o Imposto sobre Transmissão “Intervivos” de Qualquer Natureza (ITBI), o Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISSQN) e a Contribuição de Custeio de Iluminação Pública (CIP).

Apesar da existência de uma carga tributária específica do município de Taquaritinga (SP), o nível de dependência dos repasses oriundos da União e do Governo do Estado de São Paulo aproximam a realidade tributária e orçamentária vivida na cidade ao conjunto dos municípios brasileiros.

Como exemplo da realidade de dependência do município de Taquaritinga (SP), quanto a verbas oriundas da União e do Governo do Estado o IPTU arrecadado em 2014, equivaleu a cerca de 8,06 % da arrecadação tributária do município de Taquaritinga (SP), fato que quantitativa e qualitativamente denotam, a priori, dependência de fontes externas de arrecadação junto ao governo estadual e a União.

O fato acima exposto coloca a cidade no rol da maioria dos outros municípios brasileiros cujo grau de dependência ainda é sensível. E dentro dessa perspectiva específica, o

aproxima do modelo federativo analisado por Arretche (2012) no que se refere a “descentralização” promovida pela Constituição de 1988 que trouxe consigo a União como força motriz de indução de políticas públicas de grande penetração no tecido social e de infraestrutura, enquanto a estados e municípios, em muitos casos, restou o papel de executores de projetos definidos pelo Governo Federal.

Municípios como Taquaritinga (SP) apresentam pontos de aproximação com realidade de dependência vivida pela maioria das cidades que compõem a Federação no Brasil, pois, o poder de arrecadação tributária está circunscrito a poucos impostos de origem local, sendo que a busca do excedente tributário para o equilíbrio fiscal ano-a-ano, durante o recorte dessa pesquisa, teve como fonte principal repasses de verbas provenientes da União e do Governo do Estado de São Paulo respectivamente.

Mas, no entanto, com relação ao conjunto de dotações orçamentárias de origem local, previstas e efetivadas no balanço de despesas anuais e quadrienais, nos deteremos nesse momento sobre o arcabouço normativo que rege a estrutura administrativa local. Para a consecução dessa finalidade, abordaremos o conjunto de leis orçamentárias que vigora e concede diretrizes para a política fiscal e de investimentos em políticas públicas em âmbito municipal.

2.2 Leis que regulamentam os Gastos Públicos no Brasil

O escopo representado pelas leis que estruturam as ações do poder público, especificamente, no Município de Taquaritinga (SP), localizado cerca de 350 km da capital do Estado de São Paulo, remete-nos a mecanismos que normatizam a ação tanto do Poder Executivo quanto do Poder Legislativo, no que se refere à limitação de gastos públicos, prestação de contas relativas à aplicação de verbas nos diversos setores da administração pública municipal durante o recorte histórico-temporal abordado nessa pesquisa.

Assim sendo, faz-se necessário uma análise mais aprofundada no conjunto de previsões orçamentárias e no balanço de gastos efetivados para o período de 2005 a 2016, objeto de nossa pesquisa para nos aproximarmos especificamente dos gastos municipais com Cultura enquanto objeto específico dessa pesquisa.

A Constituição Federal de 1988 em seu artigo 165 determina a necessidade quanto à elaboração de instrumentos de planejamento e orçamento no que se refere aos entes da Federação: União, Distrito Federal, estados e municípios no que tange ao médio e curto prazo.

Partindo dessa premissa estruturante, o texto constitucional no âmbito do artigo 165 estipula que, o modelo orçamentário brasileiro deve ser composto por três instrumentos básicos para o cumprimento do dispositivo previsto na Carta Magna, sendo eles: o Plano Plurianual (PPA) que estabelece diretrizes de médio prazo (período de quatro anos); a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) cuja função corresponde ao mecanismo de apresentação das prioridades no tocante as políticas públicas para o ano subsequente, por parte do Poder Executivo e a Lei Orçamentária Anual (LOA) que consiste no instrumento orçamentário que viabiliza a execução do que havia sido projetado na LDO.

Sob perspectiva de análise do modelo que rege as ações do Poder Executivo como executor de políticas públicas no Brasil, em geral, e no município em particular, encontramos no PPA, elemento norteador para investimentos ou previsões orçamentárias para um período de quatro anos, e nos valem de elementos contidos na Lei nº 4041/2013 que, em seu Artigo 3º, traz a seguinte redação:

“O Plano Plurianual poderá ser alterado durante o período de execução, mediante Lei específica de iniciativa do Poder Executivo desde indiquem os recursos necessários para tal.”

Ainda na perspectiva de análise dos elementos estruturantes do corpo da Lei nº 4041/2013, em seu Art. 4º, percebemos certa limitação de ação do Poder Executivo relacionado aos investimentos públicos de verbas, ou seja, em teoria nenhum investimento cuja execução orçamentária ultrapasse o exercício financeiro previamente estipulado pelo PPA vigente poderá ser executado sem prévia aprovação de uma Lei Complementar que autorize a inclusão de verbas suplementares.

No texto do PPA, no entanto, existe a possibilidade de alteração de metas fiscais pré-estabelecidas sob fito de compatibilização entre receitas estimadas previamente e despesas suplementares não previstas que tenham como diretriz assegurar o equilíbrio das contas públicas e a conjuntura econômica vigente que possibilite ou limite investimentos.

No referido Plano são definidos projetos relacionados às políticas públicas que a administração pretende realizar como projeto de políticas públicas para um período de quatro anos sendo passível de revisões e realinhamentos estratégicos durante o quadriênio ao qual se encontra em vigência.

O artigo 165 da Constituição Federal de 1988 determina a obrigatoriedade da elaboração PPA enquanto planejamento orçamentário estimado para um período de quatro anos e é considerado uma referência importante para a elaboração da Lei de Diretrizes Orçamentárias que, por sua vez, serve de ordenamento e elemento que disciplina o planejamento orçamentário.

Neste ponto cabe pontuarmos o orçamento enquanto elemento de um determinado plano financeiro que compreende estimativas futuras de receita e de despesa, enquanto a concepção de orçamentação traria implícita em seu bojo, a ideia de se determinar a viabilidade de um modelo de gasto por parte de entes públicos: União, estados e municípios.

A LDO, enquanto estimativa para gastos públicos projetados, aponta, a partir do Anexo de Metas e Prioridades, para o Poder Legislativo as despesas de capital, os investimentos que o Poder Executivo pretende tornar exequíveis, visto que esse documento se trata de um modelo orçamentário projetado de gastos públicos que a partir de sua aprovação, por parte do Legislativo, dará origem à LOA.

A LOA, por seu turno, se constitui em documento de estimativa orçamentária elaborado com base no PPA e na LDO cuja peculiaridade denota um caráter autorizativo e não impositivo, a previsão orçamentária contida na LOA, por conseguinte, proporciona ao Poder Executivo a possibilidade de se cumprir total ou parcial suas estimativas e diretrizes.

De acordo com o Dicionário de Políticas organizado por Castro, Gontijo e Noronha (2012), no tocante a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) essa faz parte do escopo legal, no que se refere aos instrumentos normativos ao qual o Estado, em suas esferas (União, Distrito Federal, Estados e Municípios) devem estar sujeitos, visto que é por meio da vigência desse mecanismo de planejamento orçamentário que os entes do Poder Executivo apresentam suas metas e suas prioridades dentro da administração pública.

O Anexo de Metas e Prioridades contidos na LDO, de acordo com o referido *Dicionário de Políticas Públicas* (2012) sinalizará para o Poder Legislativo quais as pretensões orçamentárias do Executivo para o período de um ano, a LDO, em seu conjunto, fixa despesas de capital para o exercício financeiro subsequente e apontará um rol de prioridades de investimentos e inversões a ser realizadas pelo chefe do Poder Executivo.

No que tange à análise de instrumentos legais utilizados pelo Poder Executivo, apreciados e sancionados pelo Legislativo, fizemos uso da LDO sob égide da necessidade de se definir metas para o ano subsequente, tendo na apreciação da LDO, cuja origem (proveniente do Executivo) se alicerça em um conjunto de metas, disposições e estimativas de gastos públicos para os diversos setores que compõem a administração pública em suas variadas subáreas: Educação, Saúde, Esporte e Lazer e como objeto de nosso estudo, a Cultura, como política pública, que indique como e onde o poder público investe verbas nessa subárea da administração pública municipal.

É importante especificar que o escopo da LDO se encontra restrito ao ato de conceder um norte provável, ou um teto hipotético para o gasto com políticas públicas em sua totalidade,

ou por áreas e subdivisões. Assim sendo, o cumprimento dessas diretrizes não se configura uma necessidade peremptória, visto que é uma projeção sujeita a alterações e reajustes de percurso.

O complemento da previsão de gastos contidos e projetados pela LDO encontra na LOA (apreciada e aprovada pelo Legislativo para o ano fiscal subsequente) seu complemento.

O ato de estabelecer tetos para as finanças públicas denota que o Executivo possui um balizamento normativo-legal para a definição de sua ação quanto ao investimento de verbas públicas em setores da administração municipal. No entanto, as diretrizes concebidas no escopo das referidas leis orçamentárias, ainda fornecem ao Executivo um rol de possibilidades práticas, de utilização de recursos do erário público, no exercício financeiro anual.

A LOA consiste em um documento expreso, aprovado pelo Poder Legislativo onde, em termos monetários, a administração pública tem receitas e despesas fixadas entre 01 de janeiro e 31 de dezembro.

De acordo com o Dicionário de Políticas Públicas (2012) a LOA, uma vez aprovada pelo Legislativo, consolida o orçamento fiscal e demonstra para a sociedade as previsões de gastos públicos que o gestor (Poder Executivo) intenta efetuar para aquele referido exercício fiscal subsequente à sua aprovação.

No entanto, vale destacar que esse documento orçamentário não contém um caráter impositivo formal, pois, a administração pública pode ou não executar as despesas nela programadas para o referido exercício fiscal.

A observação dos dispositivos legais que compõem o escopo da LOA como uma ferramenta de previsão orçamentária denotam explicitamente o espaço de manobras fiscais disponíveis ao Poder Executivo no que tange a possibilidades de créditos adicionais destinados a suprir insuficiências nas dotações orçamentárias relativas a remanejamento de verbas públicas para o pagamento de pessoal, débitos constantes de precatórios judiciais, dívida pública, dentre outras obrigações da Administração Pública.

A LOA amparada na Lei 4320/64 permite uma grande possibilidade de manobras por parte do Executivo local para remanejamento e suplementação orçamentária incluindo a edição de Decreto Executivo para reforçar dotações consideradas insuficientes, alterando automaticamente valores anexos constantes no PPA e na LDO vigentes no exercício financeiro de cada ano.

Os dispositivos de fiscalização e controle da sociedade possuem um papel fundamental, enquanto mecanismo externo de controle da execução orçamentária prevista na LOA, aproximando essa ação de cobrança e prestação de contas do poder público ao que Campos (1990) e Abrucio (1997) denotaram como *accountability*.

A Lei n. 4.155, de 02 de outubro de 2014, em seu artigo 4º, fornece-nos um importante elemento de análise sobre seu funcionamento in loco: tanto no aspecto formal de sua aplicabilidade, quanto no que se refere ao caráter abrangente das várias unidades que podem ou não, ser contempladas pela elasticidade do orçamento público.

O fragmento abaixo, extraído da Lei de Diretrizes Orçamentárias, relativa ao ano de 2014 denota, dentre outras especificidades, um elemento ou nuance, do espectro de possibilidades pela LDO engendradas, em um nicho específico que trata do orçamento público, seus limites e possibilidades:

Art. 4º. O Orçamento Fiscal discriminará a despesa por unidade orçamentária, detalhada por categoria de programação em seu menor nível, com suas respectivas dotações, especificando a unidade orçamentária, as categorias econômicas, os grupos de natureza de despesa, as modalidades da LDO (2014, p.2)

Observamos uma estreita consonância (no espectro do gerenciamento dos gastos com políticas públicas municipais, seus limites e possibilidades) entre a LDO elaborada pelo Poder Executivo Municipal e analisada pelo Poder Legislativo em seu mecanismo estruturante, e traz previsão de dotação orçamentária para o exercício subsequente ou, em outras palavras, a LDO é uma projeção do que o Executivo pretende arrecadar e dispor, e não necessariamente aquilo que será aplicado em cada área da administração pública municipal durante o exercício subsequente ao seu envio à Câmara Municipal de acordo com Castro, Gontijo e Noronha (2012) no *Dicionário de Políticas Públicas*.

Quanto ao PPA, o Artigo 165 da *Constituição da República Federativa do Brasil*, promulgada em 1988, define seu escopo como elemento norteador para um período de quatro (4) anos sendo que sua apreciação pelo Poder Legislativo deve ocorrer até o dia 30 de setembro do primeiro ano do mandato dos prefeitos, governadores e da Presidência da República.

De acordo com Pinto Júnior (2012), o PPA surgirá após a aprovação dos elementos norteadores contidos na LDO que, em teoria, concede as premissas básicas para a estruturação e hierarquização das estimativas de gastos públicos, mas existe, por parte do Poder Executivo, uma margem de manobras para que sejam cumpridas metas fiscais e orçamentárias estimadas em mecanismos como o PPA.

A LDO possui também, em seu escopo estruturante, a diretriz de selecionar no corpo do PPA quais execuções orçamentárias terão prioridades, em detrimento de outras, visto que o Artigo 165 da Constituição de 1988, em seu parágrafo 2º, determina as atribuições e responsabilidades dos gestores públicos perante o estabelecimento de metas plausíveis e que possam ser cumpridas sob pena de se infligir o disposto no referido Artigo.

De acordo com Guedes (2012, p.82), “Uma das principais funções da LDO é selecionar, dentre os programas e metas incluídos no PPA, aqueles que terão prioridade na execução do orçamento”.

Ainda dentro da perspectiva de análise de Pinto Júnior (2012), observa-se outro viés importante sobre a estruturação do estofo de leis de matiz orçamentária, que constitui uma previsão ou estimativa de receitas e em contrapartida uma autorização de despesas.

Da obra: *Orçamento Público e Cidadania*, de autoria de Pinto Júnior (2012, p.111) extraímos o seguinte conceito:

É importante destacar que os órgãos públicos e a sociedade precisam acompanhar a execução do orçamento, porque entre outros motivos a lei orçamentária, como já vimos, é uma previsão de receitas e uma autorização de despesas. Muitas vezes, a receita pode ser a mais ou a menos da previsão inicial. E em relação às despesas, como elas são autorizadas e não obrigatórias, muitas vezes a dotação aprovada no orçamento é modificada a mais ou a menos durante o exercício.

Devido ao rol de possibilidades constantes em peças orçamentárias como a Lei de Diretrizes Orçamentárias acima analisadas por Pinto Júnior (2012), nota-se que a participação da sociedade se estabelece como elemento de fiscalização e freio para possíveis desvios e ou malversação do erário público.

Os novos modelos gerenciais concebidos por Bresser Pereira (1998), em que esse autor elabora mecanismos para uma nova estruturação da máquina estatal dentro de padrões de concepção gerencial e afastando-se do burocratismo e suas velhas e cristalizadas posturas de ação estatal e apresentação e conceituação de resultados, podem nortear novas perspectivas para a administração pública no Século XXI.

Abrucio (1997) dialoga e ou tangencia, a seu tempo, com a ideia de um maior controle do poder público e dos gastos públicos engendrando as premissas do *accountability* já conceituadas por Campos (1990) onde a referida autora já problematizava os limites deficitários de uma cidadania tutelada, no âmbito dos gastos públicos e a ausência de controle por parte da sociedade que, em muitos casos por ignorância e em outros por omissão, não possuía ou não exercia a ação de controle mais efetivos sobre o poder público municipal, no que se refere a gastos e a contrapartida relativa à prestação de contas ao tecido social sobre a origem e destinação desses montantes.

2.2.1 Sucinta análise das leis orçamentárias em Taquaritinga (SP) para o recorte proposto nesse estudo

O escopo de análise dos mecanismos de adequação, estruturação e fiscalização do *modus operandi* da máquina estatal municipal, nos concebe uma significativa gama de possibilidade de arranjos e de observação da aplicabilidade dos meandros político-institucionais presentes na letra das leis orçamentárias municipais e uma análise prático-teórica de sua efetivação, ao longo da estruturação, alocação e aferição de resultados, visto que o espaço de arranjos e rearranjos por parte do Poder Executivo quanto ao remanejamento ou priorização de verbas públicas para uma determinada área da gestão, dentro da estrutura, é elástica e essa asseveração pode ser constatada no excerto em destaque abaixo contido no Artigo 33 da Lei Orçamentária Anual aprovada em 2014 no Município de Taquaritinga (SP):

Art. 33. A lei orçamentária anual poderá consignar recursos para que a Prefeitura venha a subsidiar parcialmente o custeio de serviços públicos objeto de concessão ou permissão que vierem a se mostrar deficitários. Parágrafo único. A fixação dos valores dos subsídios dependerá de demonstração pela empresa exploradora dos serviços da existência de déficit na forma da lei. (LOA, 2014, p.10)

O referido texto denota no corpo de sua base legal e também nas entrelinhas a vasta teia de possibilidades engendradas pelo Poder Executivo Municipal enquanto indutor, disseminador e quiçá espaço final de sua própria agenda de definições do que é prioridade ou não em termos de políticas públicas e no setor cultural de Taquaritinga (SP).

Do ponto de vista de Kerbauy (1981, 2002 e 2005), apesar de ganhos significativos ao longo do modelo republicano quanto aos espaços de estruturação do modelo democrático a partir do ocaso da estrutura autoritária no pós-regime militar e com a Constituição de 1988, a União ainda se configura em um importante estamento indutor de agendas em políticas públicas, fato este corroborado, a seu turno, por Nogueira (1998) e Arretche (2002 e 2012).

O problema da perda de autonomia em nichos e níveis subnacionais ainda é uma barreira significativa para a autonomia dos municípios e Estados da Federação quanto a uma maior permeabilidade na estruturação de políticas públicas de alcance local e quiçá regional; o que concederia espaços de ação mais efetiva, dentro do desenho institucional intentado pela Carta Constitucional de 1988 e Taquaritinga (SP) cremos não ser um ponto fora desta curva.

Ao partirmos de dados que estão contidos nas cifras levantadas no documento: Quadro de Dados Contábeis Consolidados Municipais Balanço Orçamentário (que se encontra disponível neste estudo no setor de gastos com cultura) denota, a priori, um montante singularmente baixo tendo como ponto de referência outros setores da administração pública

municipal tais como Educação, Saúde, Gastos com Pessoal, Recapeamento asfáltico de vias e espaços públicos, dentre outras possibilidades.

Analisar se existe priorização de gastos correlacionados com setores específicos da área da Cultura (Festa da Cidade ou Carnaval) em detrimento de outros campos do setor cultural tais como: artes cênicas, cinema, música, dança, arte de rua, grafite, dentre outras possibilidades, nos possibilita vislumbrar elementos materiais presentes no Artigo 45 da Lei de Diretrizes Orçamentárias de 2014 quanto ao poder de alteração ou veto que o Executivo Municipal (Prefeitura) possui ao longo da gestão anual ou quadrienal para alterar dispositivos que estejam em dissonância com os objetivos do prefeito e seus vários secretários. O fragmento da LDO de 2014 torna-se sintomático dessa situação:

Art. 45. Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a alterar, independentemente da realização de novas audiências públicas, a Lei de Diretrizes Orçamentárias, caso sejam detectadas distorções ou necessidades de eventuais ajustes. (LDO, 2014, p.14)

Observa-se um contraste entre o que apregoa o conteúdo da Lei e neste caso a LDO (2014) aprovada pela Câmara Municipal de Taquaritinga SP e os espaços de ação utilizados, a priori, pelo Poder Executivo, visto que, um elemento de observação está contido na previsão orçamentária, da qual a Lei faz menção, ou seja, aquilo que se projeta enquanto intenção para a aplicação de verbas públicas para um exercício anual, no entanto, outro pormenor encontra-se relacionado a real margem de aplicação do montante destinado às diversas necessidades da administração pública em honrar seus compromissos com os anseios da comunidade e ao mesmo tempo cuidar do equilíbrio fiscal entre receita e despesa por parte do gestor público municipal.

Consulta aos Repasses do Governo do Estado de São Paulo para a Prefeitura do Município de Taquaritinga-SP a partir do ano de 2005 até o ano de 2016 concede elementos quantitativos observáveis, dentro de uma perspectiva crescente, no que tange ao aumento dos valores observáveis, ainda dentro de um espectro inconclusivo, cujos dados encontram-se sem especificação de setores da administração pública.

A Tabela 1 abaixo apresentada contém valores brutos repassados pelo governo do Estado de São Paulo ao município de Taquaritinga (SP) entre os anos de 2005 e 2016 e denota, a priori, um quadro de aumento nos valores transferidos anualmente para os doze anos referentes ao recorte proposto por essa pesquisa.

É interessante observar, no entanto, que as transferências monetárias foram incrementadas no período de 2013 a 2016 quadriênio em que a Prefeitura Municipal de

Taquaritinga (SP) esteve sob domínio de um grupo político cujo “viés ideológico” aproximava o poder político dirigente municipal ao Governo Federal, que desde 2003 esteve sob controle do Partido dos Trabalhadores (PT), sendo que, o controle do poder político no Estado de São Paulo permanece sob o controle do Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), o que denota, a priori, que o município objeto de nosso estudo manteve sua cota de recebimento de verbas, cuja origem provinha do Governo do Estado, em ascensão.

Os repasses contidos no corpo da Tabela 1 estão assim discriminados:

TABELA 1: Repasses de Verbas originárias do Governo do Estado de São Paulo para a Prefeitura Municipal de Taquaritinga (SP) entre 2005 e 2016 (Valores expressos em milhões de reais)

Ano	Valor Corrente	Valor Corrente corrigido pelo IGP-M (FGV)	Valor Corrente corrigido pelo IPC-A (IBGE)
2005	11.437.228,93	22.769.345,15	23.020.643,95
2006	12.750.049,68	25.081.749,83	24.281.512,09
2007	13.444.337,46	25.467.644,75	24.823.822,52
2008	15.619.097,09	27.460.157,95	27.608.718,99
2009	16.305.454,73	26.106.957,81	27.215.592,65
2010	17.963.254,03	29.262.338,41	28.743.225,52
2011	19.558.469,11	28.620.539,59	29.549.641,19
2012	21.842.375,38	30.412.309,99	30.985.244,24
2013	25.614.530,90	33.080.277,83	34.331.875,53
2014	25.926.791,40	31.730.246,98	32.798.352,62
2015	26.716.807,61	31.538.112,02	31.538.112,02
2016	26.631.871,02	31.437.847,81	31.673.768,90
Total	233.810.267,02	320.198.182,97	346.570.510,22

Fonte: Tribunal de Contas do Estado de São Paulo. Elaboração Própria

A observação da Tabela 1 denota, quantitativamente, um aumento gradativo nos valores de verbas estaduais repassados ao município de Taquaritinga (SP) entre os anos de 2005 e 2016.

No que se refere aos valores repassados ano a ano durante o recorte por nós trabalhado, sua correção monetária foi obtida por meio da ferramenta digital disponibilizada pelo Banco Central do Brasil denominada Calculadora do Cidadão, cujos indicadores utilizados foram tanto o IGP-M da Fundação Getúlio Vargas quanto o IPC-A do IBGE que apontaram por seu turno,

índices de variação percentual, com tendência de aumento nos valores repassados pelo Governo do Estado de São Paulo nos anos que compõem nosso recorte temporal.

Nas fontes de arrecadação municipais diretas incluímos o Imposto Predial e Territorial Urbano, o Imposto sobre Serviços, (ISS), Taxas de Água e Esgoto, no município de Taquaritinga (SP) a cargo do Serviço Autônomo de Água e Esgoto de Taquaritinga (SAAET), Taxa sobre a Coleta de Lixo e Taxa sobre Iluminação Pública, dentre outros, mas o grosso do orçamento municipal deriva de fontes externas.

De acordo com o Portal do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE Cidades), para o ano de 2015 cerca de 69,4 % das fontes de recurso da qual o município disponibilizava tinha origem externa, ou seja, provinha da União e do Governo do Estado de São Paulo o que colocava Taquaritinga (SP) na posição de 496 em um total de 645 municípios que compõem o Estado de São Paulo e, com relação aos 5570 municípios brasileiros (em nível Nacional) a posição que a cidade ocupava, no quesito dependência de repasses do Governo Federal, era de 4536.

Uma análise dessa estimativa orçamentária quantitativa a partir dos índices apresentados pelo IBGE, no tocante ao poder de arrecadação direta do município percebemos (em teoria) que aproximadamente 20 % do montante arrecadado tem como origem e fonte o próprio município o que, por conseguinte, denota uma forte dependência de fontes externas para a obtenção de verbas públicas utilizadas na manutenção dos programas, saneamento das contas públicas e investimentos em setores da administração municipal, da qual o Setor da Cultura constitui parte integrante.

Esse grau de dependência demonstrado quanto ao modelo orçamentário tanto em nível da união quanto aos recursos oriundos do Governo do Estado de São Paulo corroboram, a priori, com a percepção de Arretche (2012), Kerbauy (2014) e Nogueira (1998), quando se retrata o poder de agenda denotado por esferas, principalmente, como a União, enquanto indutora de políticas públicas no setor de infraestrutura e no alinhamento que municípios com Taquaritinga (SP) demonstram perante ao poder de agenda de instâncias superiores da Federação.

Durante o período da pesquisa, o Índice de Desenvolvimento Humano Municipal calculado pelo citado pelo IBGE esteve próximo ao patamar de 0,748 em uma escala que quanto mais próxima de 1,0 significa que Educação, Saúde e Expectativa de Vida denotam uma qualidade de vida espetacular e o reverso quando observado, ou seja, quanto mais próximo de 0 se apresentar esses índices, mais precárias seriam as condições do local.

Fenômeno similar quanto ao aumento de verbas de origem estadual pode ser observado, no montante orçamentário, agora oriundo de repasses provenientes da União para o município

tendo como norte de análise os repasses provenientes do Ministério da Transparência, Fiscalização e Controladoria Geral da União obtidos via Portal da Transparência Governo Federal onde podemos observar, novamente, tendência de aumento dos repasses de origem Federal para o município de Taquaritinga (SP) entre os anos de 2007 e 2015.

Para o período objeto deste estudo, o município de Taquaritinga (SP) obteve aumento quanto aos repasses de verbas de origem estadual. No período de 2005 a 2012 sob gestão do PFL/ DEM (mais próximo dos governos do PSDB) os recursos originários do Governo do Estado de São Paulo obtiveram crescimento no que tange ao valor corrente, apesar de um aumento quantitativo geral, manteve-se estável entre 2013 a 2016 quando o município esteve sob governo do PT.

Quanto a repasses cuja origem está relacionada ao âmbito federal sob governos petistas a Tabela 2 abaixo, cujos valores quantitativos encontram-se no Portal da Transparência do Governo Federal, traz repasses da União para o Município de Taquaritinga (SP) entre os anos de 2007 e 2016, não existindo valores relativos aos anos de 2005 e 2006, no sítio pesquisado. Os valores brutos encontrados no Portal estão dispostos na seguinte ordem de grandezas:

TABELA 2: Repasses de Verbas originárias do Governo Federal para o Município de Taquaritinga (SP) entre 2005 e 2016. (Valores expressos em milhões de reais)

Ano	Valor corrente em R\$	Valor Corrente atualizado pelo IGP-M (FGV)	Valor Corrente atualizado pelo IPC-A (IBGE)
2007	20.208335,20	38.280.703,93	37.312.967,18
2008	23.471.561,67	41.265.688,22	41.488.937,97
2009	24.208.960,80	39.598.782,67	41.280.355,67
2010	27.030.244,97	44.032.566,39	44.032.566,39
2011	34.289.959,64	50.177.605,51	51.806.508,89
2012	34.943.478,97	48.653.678,74	49.570.260,17
2013	40.536.117,89	52.350.989,65	54.331.697,87
2014	47.724.103,04	58.406.671,04	60.396.055,11
2015	51.097.804,89	60.318.894,32	60.771.549,34
2016	44.130.203,78	47.124.927,95	47.124.927,95
TOTAL	348.163.740,85	421.803.927,38	488.115.826,54

Fonte: Portal da Transparência. Elaboração Própria

Percebe-se, a priori, de acordo com a Tabela 2, um gradual aumento quantitativo entre os anos de 2007 e 2010 nos valores repassados pela União para o município de Taquaritinga (SP), mesmo havendo dissonância político-partidária entre o PFL/DEM que estava à frente do Executivo local e o comando da União no Governo Luís Inácio “Lula” da Silva. Mas, no entanto, chama a atenção o aumento substancial dos valores entre 2011 e 2015 no intervalo entre o fim da gestão do DEMOCRATAS representado pelo prefeito José Paulo Delgado Júnior, ou seja, 2011-2012 e os três primeiros anos da gestão do então prefeito Fúlvio Zuppani eleito pelo PT 2013-2015 e o rompimento desse com a sigla no ano de 2015.

Uma observação passível de ser visualizada no corpo da tabela de repasses do Governo Federal para o município de Taquaritinga-SP, entre os anos de 2007 e 2015, denotam uma estrutura crescente nos repasses de verbas oriundas da União e cronologicamente aferidos, no entanto, no ano de 2016 ocorre um decréscimo na ordem de R\$ 6.967.601,11 o que denota uma queda nos repasses federais para o município em torno de 13,64 % podendo ou não estar ligada ao processo de crise político-econômica ao qual o país adentrou, com corte de gastos no repasse de verbas por parte da União para os municípios.

Percebemos, no entanto, uma tendência de crescimento nos valores repassados para o município entre 2007 e 2015, com algumas variações de queda durante o período citado. Chama atenção a discrepância no montante de repasse da União para o ano de 2016, com acentuada queda, provavelmente originária do quadro de agudização do cenário político que culminaria no traumático processo de *impeachment* sofrido pela presidenta Dilma Rousseff.

O modelo de estrutura de arrecadação municipal adotado no Brasil tem em Arretche (2014), Kerbauy (2012), Rodrigues (2002), dentre outros teóricos que ponderam sobre a temática, olhares críticos visto que a Constituição de 1988, sob o fito de descentralizar administrativamente a herança autoritária e centralizadora, representada pelo governo Civil-Militar que vigorou entre 1964 e 1985, a Carta Magna citada, de acordo com os autores pesquisados, teria deixado a cargo de entes federativos subnacionais a execução das políticas públicas, mas concentrando na figura da União, o papel de elaboração, implementação e avaliação de programas de diversos matizes efetuados em nível subnacional (Distrito Federal, Estados e municípios).

No escopo de análise documental correlacionada com mecanismos político-administrativo e legal perpassando a estruturação de mecanismos da sociedade civil organizada para melhor participar direta ou indiretamente da adequação da administração pública, aos reclamos de um maior controle do setor público e suas ações ou indeterminações, no âmbito da

cultura, temos na Lei 4017/2013 subsídios para a instituição do Conselho Municipal de Política Cultural oficializado pela Conferência Municipal de Política Cultural.

A observância do conteúdo explicitado no Artigo 1º do referido documento conclama a participação da sociedade na estruturação e na elaboração de um modelo de política pública para a Cultura. O que se observa, segundo os autores pesquisados, é ainda uma baixa participação do cidadão, em geral, na definição de prioridades para as políticas públicas, na elaboração de projetos e leis que coloquem em execução essas ferramentas de gestão e no acompanhamento e análise de viabilidade prática quanto ao custo benefício das políticas públicas em suas mais variadas nuances.

O município de Taquaritinga (SP) possui ainda poucos mecanismos de aproximação com o conceito de *accountability* preconizados por Campos (1990) e Abrucio (1997), apesar de movimentos tais como: a Câmara Estudantil criada em Taquaritinga (SP) no ano de 1993 e substituída pelo Projeto Parlamento Jovem, criado em 2006 segundo notícia veiculada pelo Jornal Cidades em seu suplemento *on line*, em 03 de julho de 2015.

3 CULTURA COMO POLÍTICA PÚBLICA MUNICIPAL: UMA ANÁLISE DO MUNICÍPIO DE TAQUARITINGA (SP)

O termo Cultura, em sua perspectiva mais ampla de interpretação semântica, ao ser analisado, tangencia diversas possibilidades de conceituação, ou seja, como explicita Segóvia (2005, p.84), a ideia de cultura não pode ser hermeticamente acondicionada na esteira da concepção clássica tradicionalmente aceita, pois, existem diversas formas de entendê-lo.

No sentido amplo, a noção de Cultura toma contornos que aproximam os estudos de Segóvia (2005), Brant (2001), Martins (2007), ou seja, os autores citados denotam um amplo universo de possibilidades para a noção do conceito de cultura que envolveria, a posteriori, diversas manifestações de origem popular, contos, literatura, valores, tradições, crenças, dentre outras infindas possibilidades.

A referida amplitude de possibilidades de conceituação da palavra e da própria ideia de cultura é assim explicitada em Segóvia (2005, p.88):

À cultura e seus representantes, isto é, todos os que vivem dentro da cultura, aqueles que a promovem, a reproduzem, a protegem ou a inovam, devemos dar-lhe uma voz para defender-se, para indicar o rumo que querem e devem tomar, para participar de maneira soberana da oportunidade que pode significar a globalização para a humanidade dar um passo á frente, em vez de retroceder até a era das cavernas e provocar sua autodestruição irreflexiva. A cultura não é mais um vagão deste trem: é a locomotiva, é por essência a que deve guiar as ações humanas.

O objetivo de nosso estudo se concentra sobre as possibilidades do campo da Cultura no Município de Taquaritinga (SP) em que se observa certa falta de mecanismos de controle, fiscalização e maiores possibilidades de ação do munícipe como um elemento para o qual as políticas públicas no campo cultural devem ser estruturadas, implementadas e, a posteriori, avaliadas, mecanismos indutores de uma nova prática por parte do gestor público.

Dentro da perspectiva de observação do campo da cultura, como um espaço de possibilidades de criação humana, socialmente válida, e como vetor de criação de valor que gere dividendos para aqueles que se propõem a trabalhar com essa manifestação das atividades humanas torna-se pertinente pontuar que a Cultura pode ser um indutor de transformação social e também de valor econômico gerador de riquezas materiais e sociais.

Como se observa em Brant (2001, p.39), a cultura pode ser vista como um negócio rentável. O autor utiliza o seguinte argumento para chegar a essa asseveração:

Encarar a manifestação cultural como um produto faz sentido, quando ela é vista sob a ótica de seu potencial econômico, e não somente por seu valor sociocultural. Alguns argumentos a favor do comportamento de mercado em relação à cultura podem ser arriscados. O primeiro deles é a inexorável realidade: vivemos num país capitalista, num mundo globalizado, voltado para as relações da economia de mercado. Entender o funcionamento dessas regras de mercado é questão de sobrevivência hoje, e serve também como instrumento de repertório para os profissionais que, por questões éticas e históricas, têm de oferecer visão crítica da sociedade ao seu público.

A partir dessa consideração sobre o papel que a produção de bens culturais deve exercer no mundo contemporâneo, visto que, para o referido autor, a Cultura e a produção de bens culturais devem ser um fato gerador de riquezas materiais para seus respectivos produtores.

O conceito de Cultura se encontra amalgamado, atualmente, à noção de lazer e por analogia associado à ideia de atividade que permeia o entretenimento.

A partir de uma ideia geral que defina cultura, buscaremos neste ponto, conceituar termos que denotem suportes para a percepção do conceito de lazer e entretenimento se encontram imersos, conceituaremos lazer e entretenimento diferenciando-os minimamente de cultura.

O Lazer foi descrito por Dumazedier (1969, p.46) como um conjunto de ocupações pelas quais o indivíduo busca se descontraír, se divertir, estando liberto das obrigações do universo do trabalho estafante e rotineiro. Essa atividade teria uma finalidade de reparação tanto física quanto mental, como um elemento de compensação e fuga das disciplinas e coerções cotidianas, servindo de estímulo desenvolvimento da personalidade do indivíduo no plano social e cultural.

Outros autores, que a seu turno dialogam com o tema estudado por Dumazedier (1973), sobre o fenômeno do Lazer, são Elias e Dunning (1992) que conceituaram os momentos de lazer como período de fruição de momentos agradáveis, onde estariam ausentes as rotinas da vida cotidiana, enquanto instante de libertação das tensões e frustrações do trabalho repetitivo e como fonte de saúde mental e excitação cujo resultado seria o prazer de fruir tais momentos de lazer agradável.

Com relação ao entretenimento, essa atividade humana possui funções análogas ao lazer, ou seja, estaria ligado à busca pelo prazer momentâneo podendo estar diretamente relacionado à distração, ao passatempo ou a uma atividades de natureza desportiva utilizada pelo ser humano para preenchimento de uma necessidade de fruição momentânea, em oposição aos limites impostos pelo trabalho cotidiano, em muitos casos, atrelado à repetição exaustiva de uma ação física e desprovida de valorização social, fato que desvincularia o esforço laboral repetitivo, do trabalho intelectual e por conseguinte menos estafante e mais valorizado socialmente.

Outro preceito legal sobre a ideia de Cultura no Brasil se encontra embasado na Constituição da República Federativa do Brasil, aprovada em 1988, em seus Artigos 215 (2016, p.126) e 216-A (2016, p.127), onde o texto constitucional concede ao conceito de Cultura, denotando em sua amplitude e riqueza semântica o espaço que a ideia de Cultura encontra na Carta Magna promulgada no referido ano. Dessa maneira, nos fragmentos abaixo existem indícios de como o ente público, em suas diversas instâncias organizativas deveria seguir no tocante à Cultura. Podemos observar no texto a seguinte ponderação:

“O Estado garantirá a todos o pleno exercício dos direitos culturais e o acesso as fontes da cultura nacional e apoiará e incentivará a valorização, a difusão das manifestações culturais”. (Emenda Constitucional nº 48/2005), (2016, p.126).

No trecho acima podemos observar, em teoria, diretrizes norteadoras sobre a concepção de direitos civis ao acesso à Cultura e sua concomitante estruturação, dentro do ideário de cidadania plena concedida por esse viés ao cidadão brasileiro.

Outro fragmento contido na Constituição de 1988 concede indícios dessa presença estruturadora do Estado como indutor de um modelo organizacional para o campo da Cultura no Brasil a partir da outorga da Carta Constitucional:

O Sistema Nacional de Cultura, organizado em regime de colaboração, de forma descentralizada e participativa, institui um processo de gestão e promoção conjunta de políticas públicas de Cultura, democráticas e permanentes, pactuadas entre os entes da Federação e a sociedade, tendo por objetivo promover o desenvolvimento humano, social e econômico com pleno exercício dos direitos culturais. (CONSTITUIÇÃO FEDERAL, 2016, p.127)

O Sistema Nacional de Cultura, em seu conteúdo teórico, prima pela clareza de atribuições de natureza institucional sob responsabilidade do Estado e também pela aproximação e o diálogo entre o ente público (União, Distrito Federal, Estados e municípios) e a sociedade civil para a configuração de uma estrutura minimamente democrática para que o cidadão possa fruir os benefícios da produção da Cultura em seus aspectos: sociais, econômicos e de concepção de uma identidade local, regional e nacional, ante ao conceito homogeneizador do processo de globalização estudado por Giddens (2005).

A orientação por nós utilizada, dentro do conceito de Cultura contido em pesquisas científicas produzidas sobre a temática, como manifestação do gênero humano voltada para a transformação qualitativa por meio de ação e vontade de conceber algo que sintonize e diferencie o ser humano no tecido social a que se encontra imerso.

Dessa forma, um indício importante, como ponto de partida, encontra-se conceituado em Martins (2007, p.33), onde o autor elabora uma construção teórica para podermos situar a cultura como mecanismo de fundamentação da ação humana tanto individual quanto coletivamente. Nas palavras do referido pensador:

O fundamento da cultura está no fato de que o homem precisa agir para poder viver. E a ação humana é, necessariamente, organizada por sentidos e finalidades. Em termos práticos, todo agir humano pressupõe uma interpretação das situações objetivas vividas (no passado- inclusive trazidas pela memória tradicional de outrem- no presente) e uma vontade conformada mediante intenções, metas e objetivos. A História exprime, assim, a cultura dimensionada no tempo.

A partir da afirmação contida em Martins (2007) se observa como elemento de reflexão que o campo de análise, do que pode ser concebido como cultura, pode estar intrinsecamente relacionada com o agir humano no fito de transformar, interpretar e conceber novas abordagens a partir da ação qualitativa do indivíduo em seu meio a partir de um ato voluntário e volitivo, do qual emergirá algo válido, enquanto mediação entre seu idealizador conectando-o com a criação artística e os sucessivos tempos históricos ao qual umbilicalmente encontra atrelado.

Eagleton (2011), por sua vez, condiciona a Cultura como sendo desconstrução, em essência, ou seja, o artista, em geral, possui como ferramenta o talento de transformar matéria-prima em arte e a partir desse ato de criação conceber uma marca, um estilo que o distinguisse de outro ser humano.

No entanto, a ação ou omissão do poder público, como indutor de políticas públicas na área da Cultura, em particular, consiste em um elemento importante de nossa pesquisa, devido ao fato de que a criação artístico-cultural se relaciona a viveres e saberes produzidos pela comunidade e que podem, a posteriori, também se configurar em um importante mecanismo de autonomia econômica para o município, gerando divisas e riquezas e ressignificando a identidade local, frente ao modelo globalizante homogeneizador estudado por: Beck (2003), Giddens (2005), Boaventura de Sousa Santos (2002).

Apesar de seus estudos estarem ancorados em categorias de matriz mais global, Ulrich Beck (2003) em sua obra *Liberdade ou Capitalismo* pontua um conceito importante para a própria análise da ideia de Cultura, contemporaneamente, denominado como “Categorias Zumbis” ou categorias “mortas vivas”, pois, de acordo com o autor citado, não cabe ao indivíduo alterar isoladamente sua realidade visto que essa condição, vivida individual e coletivamente, deriva de modelo enraizados no tecido da sociedade e segundo o autor provavelmente já deteriorado pelo tempo.

A análise da categoria Cultura, segundo Beck (2003), deveria ser submetida a novas abordagens conceituais, empíricas e organizativas por parte daqueles que se debruçam sobre sua conceituação.

Muitos pressupostos conceituais relacionados à Cultura já seriam obsoletos para a compreensão da riqueza dessa categoria no campo teórico e prático. A valorização de elementos da cultura local e regional não estariam contemplados na perspectiva da Cultura espetáculo, nos grandes shows, para Beck (2003) seria necessário reavaliar a própria concepção de Cultura enquanto matriz da produção humana.

É importante ressaltar, no bojo da análise de Beck (2003), como condição quase *outsider*, a sobrevivência das bandas de garagem, a luta da Associação de Artesãos do município, a quase extinta Folia de Reis, as quermesses realizadas em Guariroba e Jurupema (Distritos pertencentes à cidade), Saraus literários realizados em escolas tanto estaduais como municipais, as pequenas fábricas de doces artesanais, dentre outras possibilidades.

Outro autor que pode ser citado quando pensamos a dicotomia entre o global e regional é Giddens (2005) que, em sua obra *Mundo em Descontrole*, retrata as dramáticas alterações sobrevindas do processo de globalização sentidas tanto global quanto localmente, cujos efeitos podem ser sentidos por cada um de nós cotidianamente e fornecem elementos úteis para pensarmos a Cultura na contemporaneidade.

Um conceito importante em Giddens (2005) que o aproxima de Beck (2003) denomina-se “Instituições Casca” cuja manutenção da aparência (por fora) só sobrevive em meio a alterações significativas por dentro, ou seja, em sua essência.

Anthony Giddens conceituou essa desestruturação vivida pela humanidade em formas de ressignificação do papel do Estado ante os imperativos exigidos para sua manutenção. O autor inglês pondera sobre os quatro elementos para se pensar as modificações do Estado na atualidade. São elas: os avanços tecnológicos nos meios de comunicação, a globalização, as transformações ocorridas na cultura e as mudanças no Estado e na democracia contemporâneas.

Esses pilares contidos em Giddens podem ser observados na realidade local, visto que a televisão, os jogos eletrônicos, as redes sociais via Rede Mundial de Computadores (*Internet*), as visitas a centros de compra como *shopping center* no caso de Taquaritinga (SP) em cidades da região como Ribeirão Preto e Araraquara, como formas de lazer, esvaziaram praças e outras formas de sociabilidade.

Outro autor que pondera sobre a análise do mundo contemporâneo é Boaventura de Sousa Santos (2002), contido em sua obra: *Para uma Sociologia das Ausências e uma Sociologia das Emergências* também nos fornece elementos para pensarmos experiências

contra hegemônicas relacionadas à produção humana contemporaneamente, ou seja, não existiriam noções de superior e inferior na ação humana, onde local e global estariam interligados indissociavelmente.

Para o autor português, a sociologia das ausências não teria por premissa conceitual acabar com categorias tais como: inferior, ignorante, residual, improdutivo ou local, mas, sobretudo, que não as observássemos como resultado de uma imposição que justifique a supremacia de uma pequena elite detentora do poder de categorizar o útil e o inútil.

A riqueza semântica das possibilidades de criação e compreensão dos espaços das ações e transformações do ser humano individual e coletivamente nos concede um rico manancial para percebermos os significados e significantes do termo Cultura, os autores acima citados tem visões que tangenciam a ideia de cultura enquanto porção da ação humana na transformação do meio ambiente que o cerca não voltada apenas para a produção de bens materiais supérfluos que se deterioram sendo necessárias novas porções de matéria prima em um moto contínuo, mas, sobretudo, na ressignificação simbólica da produção humana, que confere a seu produtor, individual ou coletivamente, identidade e cidadania.

A ausência da categoria povo, como propositor de projetos, fiscal das ações do Poder Executivo e do Legislativo municipais, a falta de clareza no que se refere a uma política pública de Cultura para o município de Taquaritinga (SP) vide a ausência de clareza quanto discriminação dos gastos públicos no município denotam a perspectiva de Sousa Santos (2002), onde os espaços de tomada de decisões, ainda estão muito circunscritos à elite dirigente e o povo taquaritinguense se apequena ante o processo decisório unilateral na figura do Prefeito e dos vereadores, que em raríssimas oportunidades se insurgem contra as propostas do Executivo.

Dentro do escopo de análise das possibilidades e arranjos da Cultura no Brasil, a partir de uma perspectiva do campo da antropologia, Roberto Da Matta em seu Livro: *Carnavais, Malandros e Heróis. Para uma Sociologia do Dilema Brasileiro*, 5ª edição do ano de 1990, possui ponderações significativas com relação à análise do universo intrincado da estrutura do ser brasileiro e suas implicações na construção do modelo sociocultural e na percepção tanto subjetiva quanto objetiva de nossa personalidade individual e coletiva.

Para Da Matta (1990) existem no Brasil alguns elementos que concedem identidade ao caráter do povo brasileiro, em sua essência, ou seja, o Carnaval (exteriorizado na figura do povo) funciona como elemento de dissolução de hierarquizações socioeconômicas, pois, para o referido autor essa festa de caráter popular traz à tona subversões importantes do caráter de nossa sociedade hierarquizada e marcada por clivagens que denotam as profundas diferenças de classe social ainda existentes no tecido social e na alma do que significa ser brasileiro.

Outros dois elementos aglutinadores para a percepção de nossa brasilidade, de acordo com o autor citado, se encontram ancorados nos desfiles militares que denotam uma clara divisão entre comandantes e comandados, autoridades e o povo que nos desfiles se comporta enquanto expectador passivo distanciado e observador do aparato estatal-militar, já nas procissões de santo (cujo elemento organizador é a Igreja Católica) que apesar de possuir em seu núcleo estruturante autoridades eclesiásticas, civis e militares permite próximo ao núcleo estruturante uma multidão de desvalidos sociais de vários matizes que devotam sua crença a um santo, ou seja, formariam aquilo que Da Matta (1990) denotou como elementos polissêmicos da religiosidade do povo brasileiro.

O Carnaval e todo seu espectro de possibilidades quanto à subversão de normas sociais vigentes trazendo à tona a quebra de hierarquias sociais, ou seja, onde pobres representam ricos, homens se travestem de mulheres e vice-versa, quebrando uma suposta harmonia sócio-política e econômica a observação contida em Da Matta (1990), nos concedem subsídios materiais para pensarmos a estrutura das relações entre cidadãos e o Estado no Brasil, em suas três esferas.

O caráter de subversão social aos imperativos socialmente construídos nas categorias rico-pobre, homem-mulher, sagrado-profano, certo-errado trabalhadas pelo autor pode ser observada nos festejos carnavalescos taquaritinguenses, onde as ruas centrais da cidade são invadidas pelo desregramento, por comportamentos dionisíacos típicos do período tanto em espaços privados das “repúblicas” que proliferam sensivelmente no período quanto nas ruas e vielas da cidade.

Sobre o tema e também podemos observar em um recorte microestrutural as festas cívicas municipais e como elemento principal a Festa do aniversário de Emancipação Político-Administrativa realizada a 16 de Agosto guarda a ritualística proposta por Da Matta (1990), ou seja, no referido cenário haveria certa distinção entre autoridades e povo, pois o palanque é reservado para as autoridades, enquanto o povo se aglomera nas calçadas, fato também observável na Festa do padroeiro do município, São Sebastião, realizada a 20 de janeiro (e outros festejos de matriz católica) unem, em um amálgama bem definido, a multidão e as autoridades civis, militares e eclesiásticas.

Os festejos carnavalescos compõem um elemento importante para a área cultural do município, inclusive com projeção regional. Percebemos que a melhoria na infraestrutura e na logística que cerca o evento tem no poder público municipal um difusor com investimentos não só de verbas públicas, mas também com o fornecimento de pessoal especializado em diversas áreas profissionais para a realização do Carnaval.

Essa ação sistemática do Poder Público, somada à utilização de mídias eletrônicas (redes sociais) e as mídias tradicionais (televisão, rádios e jornais) alavancam ano a ano a importância da festa para o município, no período por nós pesquisado.

A estrutura logística utilizada por parte do Poder Público municipal, visto que a infraestrutura voltada para sua realização tem no Executivo o grande difusor de capital (verbas públicas) para diversas fases da execução dos festejos carnavalescos no município e aqui citamos verbas para locação de som (“Trio Elétrico Batatão”), pagamento de profissionais que atuam para a sustentação da segurança no evento, que é privada, verbas públicas para a realização dos desfiles de escolas de samba e blocos carnavalescos pelas ruas centrais do município, colocação estratégica e manutenção de banheiros químicos, dentre outros gastos diretos e indiretos sob responsabilidade do poder público.

Ao se pensar a ação do poder público no âmbito local, ou seja, em Taquaritinga (SP), valemo-nos de uma pesquisa contida na página virtual do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) em um estudo realizado no ano de 2014 (Cultura em Números) que denota, em linhas gerais, a forma como os municípios brasileiros se comportam em teoria quando se trata de investimento em cultura.

O estudo denominado Pesquisa de Informações Básicas Municipais (Perfil dos Estados e Municípios-Cultura, 2014) pontua uma série de dados contundentes sobre o campo da Cultura nos municípios brasileiros no referido ano. O documento citado acima traz importantes elementos quantitativos correlacionados aos investimentos do Estado em Cultura no recorte proposto e tem como interface de análise o âmbito local, cuja expressão, em nossa pesquisa, é o município.

De acordo com o levantamento do IBGE quanto a indicadores culturais para os municípios brasileiros: 13,1% dos municípios brasileiros possuíam, em 2014, sistema informatizado para gerenciar a política cultural; 6,9% das cidades brasileiras possuíam mecanismos de acompanhamento da execução de projetos cadastrados no Ministério da Cultura (MinC); 5,0% possuía planejamento orçamentário para a política cultural; 4,5% realiza gestão do patrimônio cultural e o mesmo percentual estatístico possui gestão de equipamentos culturais. (A Fonte de obtenção dos dados acima expostos encontra-se em: IBGE, Diretoria de Pesquisa, Coordenação de População e Indicadores Sociais, Pesquisa de Informações Básicas Municipais, 2014).

Da forma que o campo da Cultura se encontra estruturado no Brasil, permite, ainda, que de forma preliminar, mesmo com todas as ressalvas relativas a perigo das generalizações e dentro de uma perspectiva panorâmica, reconhecer a fragilidade do modelo cultural adotado no

país, suas lacunas, seus espaços de indeterminação no que se refere aos gastos públicos com cultura, nos municípios brasileiros e em particular, na cidade de Taquaritinga (SP) entre 2005 e 2016.

3.1 Um breve painel da Cultura em Taquaritinga (SP) entre 2005 e 2016

A disponibilidade de verbas destinadas para os vários setores da gestão pública municipal, inclusive para a Cultura, como política pública voltada para a satisfação do interesse da comunidade consumidora de bens e serviços disponibilizados pelo poder público nos remete a uma outra nuance importante para a compreensão dessa esfera, ou seja, à discussão do conceito de Orçamento em suas várias possibilidades de análise, como subsídio, para se conhecer minimamente como se comporta o Orçamento Fiscal, o Orçamento Programa, a Dotação Orçamentária e o conceito de Orçamentação.

De acordo com o *Novíssimo Dicionário de Economia*, sob organização de Paulo Sandroni (1999), a concepção de Orçamento Fiscal estaria alicerçada na expressão da política fiscal de um Estado (União, estados e municípios) como ferramenta ou instrumento de intervenção do poder público no conjunto da economia. Dessa maneira, tributação, administração da dívida pública, orçamento fiscal, dentre outras variáveis, estariam atrelados aos mecanismos de controle monetário do crédito que, no entanto, a partir desse controle geral ou parcial favoreceria ou restringiria o crédito para uma determinada atividade econômica, de acordo com Sandroni (1999, p.435).

O orçamento, dentro de uma concepção clássica, estaria atrelado ao conceito de estimativa ou previsão para gastos de natureza pública (receitas e despesas), ou seja, estimativas para a realização de despesas públicas, orçamentos anuais correspondentes a um dado exercício financeiro anual. De acordo com Sandroni (1999), a elaboração de uma proposta orçamentária é de responsabilidade do Poder Executivo, e o papel do Poder Legislativo, nas esferas nacional e subnacional, consiste em propor emendas, tendo como base a redistribuição dos recursos estimados e após sua aprovação volta ao Executivo onde é sancionado, entrando em vigor.

Com relação ao conceito de Orçamento Programa, Sandroni (1999, p.435) aponta que essa modalidade ou técnica orçamentária seria um reflexo da participação do aparelho estatal no conjunto da atividade econômica do poder público, fixando metas e objetivos governamentais, estruturando planos e programas, definido prioridades para a estruturação das finanças públicas.

A ideia de Dotação Orçamentária, por seu turno, estaria alicerçada sobre a noção de toda e qualquer verba prevista como despesa, no corpo de orçamentos públicos, teria, a priori, que ter em si um fim específico, porém qualquer tipo de pagamento cuja verba a ser utilizada não possua uma dotação específica só poderá ser executada mediante a criação de um novo dispositivo de Dotação Orçamentária para suprir tais despesas não previstas Sandroni (1999, p.183).

Outro elemento inerente ao escopo do conceito de Orçamento Público, possui como designação específica a ideia de Orçamentação, ou seja, a noção de estimativa dos custos enquanto identificação, descrição, quantificação e análise dos impactos que determinada previsão de composição de custo ligada a aquisição de materiais, equipamentos, ou mão de obra acarretará para a composição do preço e, por conseguinte, do custo final de um projeto, pela implementação de um programa com impacto orçamentário definido sobre a esfera das estimativas orçamentárias no interior das políticas públicas.

A esfera da Cultura, como parte integrante do campo das políticas públicas municipais, encontra-se circunscrita a aprovação de verbas públicas que fomentem o financiamento do setor, constitui um de nossos intentos nessa pesquisa, visto que se observa valores aprovados pela LOA entre 2005 e 2016 como estimativa para investimentos em Cultura e de outro lado os Dados Consolidados fornecidos pelo Balancete de Gastos anuais, adquirido junto ao setor de Contas da Prefeitura Municipal de Taquaritinga (SP), equivalente ao referido período pesquisado.

A quantidade de verbas disponibilizadas para o setor da Cultura com relação ao orçamento, anualmente observado entre 2005 e 2016, esteve aquém da cifra de 1% no período de recorte desta pesquisa, exceto para o ano de 2009, onde o percentual atribuído à Cultura, a partir de dados fornecidos pelo Setor de Protocolos da Prefeitura Municipal de Taquaritinga (SP) teria atingido cerca de 1,35% do total orçamentário anual, fato destoante registrado no recorte histórico-temporal por nós identificado.

As indeterminações no que se refere à qualidade deste gasto apresentado na LOA quando confrontada com os Dados Consolidados Municipais e aquilo que observamos no panorama cultural municipal, durante o período, move e nos instiga a tentar esmiuçar a natureza da problemática do setor cultural na cidade.

Durante o primeiro mandato do então prefeito José Paulo Delgado Júnior (PFL/DEM) duas mudanças quanto ao status da Cultura foram observadas: entre 2005 e 2007 o setor foi denominado Departamento de Cultura, porém no ano de 2008 passou a ser tratado como Secretaria de Cultura. Após a reeleição, para um segundo mandato do referido prefeito, outras

duas mudanças de nomenclatura foram observadas, ou seja, no período de 2009 a 2011 (Gestão do DEM) o setor esteve atrelado à Secretaria de Educação, voltando ao status de Secretaria da Cultura no último ano da gestão DEM em 2012.

Para o mandato do prefeito Fúlvio Zuppani (2013-2016), eleito pelo Partido dos Trabalhadores (PT) e desfilando-se desta sigla em 2015, observamos um cenário correlacionado ao campo da Cultura e suas instabilidades, com certa similaridade no que se refere às frequentes alterações de nomenclaturas.

Entre 2013 e 2015 a nomenclatura utilizada para o campo da Cultura, no município, foi Secretaria Municipal de Cultura, já para o exercício 2016 encontramos no Balancete Sintético fornecido pela Prefeitura Municipal de Taquaritinga (SP) a terminologia Secretaria Municipal da Cultura, Esporte, Lazer e Turismo (Departamento de Arte e Cultura).

As constantes mudanças de nomenclatura, no que se refere à pasta da Cultura, denotam, a priori, certo equacionamento desse setor à realidade político-administrativa sob controle do Poder Executivo Municipal que sob o fito de contenção de gastos públicos promove fusões da pasta com outras afins como: Lazer, Turismo e Esporte.

No tocante a equipamentos histórico-culturais, o município possui uma Biblioteca Pública Municipal denominada José Paulo Paes (em homenagem ao poeta taquaritinguense de renome nacional), uma Escola Técnica de Arte Musical (ETAM Santa Cecília), fundada em 1932, vinculada à Secretaria da Educação, o Cine São Pedro inaugurado em 1923 que permaneceu funcionando precariamente até 2007 quando foi fechado e em 2011 foi comprado e tombado pela Prefeitura, mas ainda fora de operação, mesmo com previsão de inauguração para janeiro de 2017; e ainda podemos citar como elemento histórico para a cidade, no campo do esporte e lazer, o Clube Atlético Taquaritinga (CAT) fundado em 17 de março de 1942.

Outras tentativas de reduzir as dificuldades enfrentadas pelo setor cultural taquaritinguense, como ação da sociedade civil para regulamentar mecanismos de coparticipação na gestão de propostas, projetos e criação de um arcabouço legal para o Setor da Cultura, permeando a ideia de *accountability* preconizada por Campos (1990) e Pinho e Sacramento (2005), podemos considerar as seguintes ações, tanto em âmbito local quanto regional, com o intento de integração das políticas públicas para a Cultura:

- Elaboração de um Plano Municipal de Cultura para o município de Taquaritinga (SP) como mecanismo e ferramenta de articulação e promoção de políticas públicas para o setor da Cultura além de uma busca por modelos mais democráticos e descentralizados sob fito de busca de padrões de eficiência, eficácia na aplicação

dos poucos recursos para o setor no município, que, no entanto, esbarra em entraves burocráticos;

- Estabelecimento do Consórcio Municipal Culturando (CIC), cuja finalidade extrapola os limites do município pesquisado com perspectiva de integração dos planos de Cultura a nível regional, além do fomento do desenvolvimento de ações no campo da Cultura para incrementar essa esfera das políticas públicas como fonte de desenvolvimento municipal em suas várias instâncias;
- Estruturação do Arranjo Produtivo Caipira (APL Cultural Caipira), criado em setembro de 2014, na cidade de Ribeirão Preto, cujo intento visa integrar e fomentar a produção cultural nos diversos campos do setor. Fazem parte do APL Cultural Caipira os municípios de: Araraquara, Cândido Rodrigues, Jaboticabal, Monte Alto, Ribeirão Preto, São Carlos e Taquaritinga, de acordo com Evandro Camargo, responsável pelo Coletivo Colombina e Coletivo Fora Do Eixo e um dos presidentes do APL Cultural Caipira entrevistado por nós sobre o panorama da Cultura em Taquaritinga entre 2005 e 2016.

A percepção das deficiências no Setor da Cultura tanto no município de Taquaritinga (SP) quanto na região e no país são visíveis, sem pretendermos tecer inferências ou juízos de valor sobre o tema pesquisado. Ao observarmos o contexto local enquanto recorte de pesquisa e constatamos certa ausência entre as ações do Poder Executivo local para o campo da Cultura no período de nossa pesquisa e as defasagens e agendas pretendidas por artistas, em geral, para o fomento de uma política cultural substantiva.

Como exemplo possível de ser aqui introduzido, observa-se a realidade do artesanato local, que, como outros setores culturais, carece de investimentos em infraestrutura para que os artesãos locais exponham o produto de seu trabalho artístico, canais públicos e privados para a divulgação dessa modalidade artístico-cultural e outras ações que possam fomentar e divulgar tanto local quanto regionalmente essa expressão da Cultura taquaritinguense.

Um breve levantamento das possibilidades do âmbito da Cultura no Município de Taquaritinga (SP) nos leva a constatações com relação ao cenário cultural na cidade entre 2005 e 2016, algumas constatações demonstram uma realidade não favorável ao desenvolvimento da Cultura em âmbito local.

O município não possui livrarias (exceto de cunho religioso e um sebo denominado “Casa dos Livros”), centros culturais, que atendam à demanda para esse setor, festivais de música ou dança que supram a formação de mão de obra técnica, visto a cidade possuir uma Escola Técnica de Arte Musical (ETAM) Santa Cecília fundada no ano de 1932 e que passou

ao controle da Prefeitura Municipal a 20 de agosto de 1951, atrelada à Secretaria de Educação Municipal possui, também, corpo técnico que ministra aulas de ballet desde 1957, forma turmas anualmente, na área de música (piano, violão popular e clássico, guitarra, saxofone, flauta, bateria, dentre outros instrumentos), dança e canto coral. As informações por nós apresentados sobre o ETAM “Santa Cecília” estão disponibilizadas em sítio na Internet constante nas referências Bibliográficas desta Dissertação.

Apesar da Escola Técnica de Arte Musical (ETAM) estar vinculada à Secretaria Municipal de Educação e não à pasta da Cultura, chamou-nos atenção os valores majoritariamente superiores estimados na Lei Orçamentária Anual (LOA) para o ETAM com relação à dotação orçamentária e os Gastos Consolidados Municipais relacionados ao setor da Cultura para o mesmo período.

TABELA 3: Total Funcionários lotados na (ETAM) e valores em reais destinados

Ano	Total de funcionários	Valores em reais destinados (Orçados)
2005	6	266.500,00
2006	19	250.000,00
2007	16	499.500,00
2008	17	511.000,00
2009	17	685.400,00
2010	17	872.000,00
2011	16	915.600,00
2012	34	1.180.000,00
2013	34	1.225.000,00
2014	35	1.405.500,00
2015	34	1.478.275,00
2016	33	1.540.206,00

Fonte: Prefeitura Municipal de Taquaritinga (SP). Elaboração Própria

Os elementos contidos na Tabela 3 denotam, a priori, em termos quantitativos, entre 2006 e 2011 um aumento de pessoal com relação a 2005, que no mês de dezembro contava com seis funcionários, ao término do ano letivo. Há uma discreta queda no número de funcionários entre dezessete e dezesseis para os anos de 2007 a 2011 durante a gestão do ex-prefeito José Paulo Delgado Junior (PFL-DEM). Entre 2012 e 2016 (interregno do último ano de mandato do DEM e início da gestão petista) percebe-se um aumento significativo no número de

funcionários da Escola Técnica de Arte Musical “Santa Cecília” (ETAM) que prestavam serviço na Escola Técnica de Arte Municipal “Santa Cecília”.

No que se refere ao pessoal disponibilizado para a instituição aqui analisada e mesmo após constantes visitas de nossa parte aos setores da Prefeitura de Taquaritinga (SP) durante os anos de 2016 e 2017 em busca de subsídios para construirmos um panorama do modelo de gestão orçamentária relacionada ao ETAM, ou seja, requisitamos por meio de protocolo, não só o número de funcionários disponíveis na instituição para as atividades artístico-pedagógicas (aulas de música, dança, dentre outros serviços prestados à comunidade) e os valores disponibilizados para proventos salariais do corpo técnico da escola, mas, também, número de alunos que se formaram nas diversas áreas ofertadas entre 2005 e 2016, porém nesse último quesito citado, nenhuma informação nos foi concedida pela Prefeitura Municipal.

Entre os anos de 2007 e 2011, o número de pessoas disponíveis ao ETAM mantém-se abaixo de vinte funcionários e o valores destinados a manutenção das atividades realizadas pela instituição denotam aumento quantitativo, porém, chama a atenção o aumento no número de funcionários entre os anos de 2012 e 2016 (momento de transição entre a gestão PFL-DEM e o período sobre o controle do PT) quando este duplica e o orçamento para o período também mantêm-se acima dos valores estimados e efetivados para o setor da Cultura durante o mesmo período.

Apesar da referida Escola Técnica de Arte Musical (ETAM) estar vinculada à Secretaria Municipal de Educação e não à pasta da Cultura, chamou-nos atenção os valores majoritariamente superiores estimados na Lei Orçamentária Anual (LOA) para o ETAM com relação à dotação orçamentária e os Gastos Consolidados Municipais relacionados ao setor da Cultura para o mesmo período, sem pretendermos tecer juízos de valor sobre a qualidade desse montante, pois, pelo número de funcionários aferidos, os valores estão longe de ser exorbitantes.

A dotação orçamentária contida na LOA para a Escola Técnica de Arte Municipal (ETAM) só denotou-se inferior ao valor estimado para a Cultura nos anos de 2008 e 2009. Nota-se, a priori, que o número de funcionários do ETAM durante o recorte pesquisado em nossa Dissertação foi superior à pasta da Cultura. No entanto, apesar de existir uma política pública para a formação de músicos e bailarinos na referida Escola, não se nota, a posteriori, ações para o desenvolvimento de atividades que agreguem ou incorporem essa mão de obra formada no ETAM, em atividades cuja a iniciativa seja do Poder Público municipal.

Não se percebe também, no período pesquisado, o desenvolvimento de políticas públicas que contemplem uma cultura de estruturação de festivais anuais de música e dança

perene ou mesmo esporádicos, que quiçá, contribuiriam para formação de público consumidor dessas atividades culturais, fato também observado no que se refere a festivais teatrais, visto a cidade possuir escolas de formação de atores amadores para o campo do teatro tais como: a Associação de Desenvolvimento Social Cultural Artístico (ADESCA), e a Fundação Edmilson ("Semeando Sonhos"), criada em 2006 com atuação em área periférica da cidade, com atuação no campo educativo, cultural e desportivo.

O que podemos observar ao longo de nossa pesquisa, pela análise documental ou mesmo pela impressão de cidadão que convive in loco a problemática da Cultura no município de Taquaritinga (SP) tanto entre 2005 a 2016 quanto anteriormente é uma ausência de clareza quanto à ação do Poder Público instituído no que se refere ao desenvolvimento do Setor da Cultura, não somente como entretenimento, lazer ou eventos destinados à comunidade.

É possível vislumbrar outras noções para a ideia de Cultura como afirma Barros (2009), onde o setor deveria ser reconhecido devido à sua importância e centralidade tanto no desenvolvimento econômico quanto na perspectiva do crescimento humano e social.

Outra pensadora que trabalha a Cultura dentro da ótica de elementos criativos que gerem cidadania e renda é a pesquisadora e doutora em urbanismo e cidades criativas Ana Carla Fonseca Reis (no Programa Pensar e Agir) que se notabilizou por pesquisas na área de Economias e Cidades Criativas.

Essa pesquisadora pontua a relevância do tripé: inovação, conexões entre os vários níveis da economia como fonte de riqueza e cultura como elemento de melhoria dos níveis socioeconômicos no ambiente local.

Nos dados disponibilizados pela Prefeitura Municipal de Taquaritinga (SP) por meio de requerimento, por nós protocolado sob nº 6544/2017, junto à Divisão Técnica de Recursos Humanos, sob um viés quantitativo, percebemos que entre 2005 e 2010 o quadro de funcionários lotados no setor da Cultura se manteve estável e entre 2011 e 2014 ocorreu um aumento no número de pessoas que faziam parte dessa pasta, no entanto, entre 2015 e 2016 se percebe discreta queda no número de funcionários.

A Tabela 4 abaixo, apresentada concede-nos uma visão panorâmica da estruturação do Setor da Cultura com relação aos servidores disponibilizados durante o recorte por nós pesquisado: 2005 a 2016.

TABELA 4: Total de Servidores lotados no Setor da Cultura do Município de Taquaritinga (SP) entre 2005 e 2016.

Ano	Total de funcionários	Cargos Efetivos	Cargos Comissionados
2005	6	2	4
2006	5	3	2
2007	7	4	3
2008	4	3	1
2009	4	3	1
2010	5	3	2
2011	9	4	5
2012	12	8	4
2013	10	7	3
2014	11	8	3
2015	9	7	2
2016	8	6	2

Fonte: Prefeitura Municipal de Taquaritinga. Elaboração Própria.

É possível verificar na Tabela 4, por meio dos dados obtidos, junto aos Setor de Recursos Humanos, que os servidores efetivos lotados na pasta, durante as três administrações pesquisadas, não possuem formação técnica específica em áreas afins ao campo cultural e também se nota um constante aumento e diminuição de servidores, o que pode caracterizar remanejamento de excedentes de outras pastas para esse setor.

Observamos também a primazia de servidores comissionados na ocupação de postos hierárquicos mais elevados, que, a priori, exigiriam conhecimento ou formação técnica em gestão pública, administração de empresas, ou mesmo em economia criativa, artes, dentre outras.

No primeiro quadriênio de mandato do prefeito José Paulo Delgado Junior entre 2005 e 2008 a disposição dos funcionários lotados por função no então Departamento de Cultura ficaram assim distribuídos:

2005: Dos seis funcionários disponíveis para o Departamento de Cultura do Município, dois eram efetivos: um Ajudante de Pavimentação, remanejado para o setor, e um Escrivão, enquanto quatro eram comissionados: dois Assessores Especiais e dois Chefes de Seção.

2006: Estavam lotados no Departamento de Cultura cinco funcionários no setor, Três deles ocupando cargos efetivos: uma Auxiliar de Serviços Gerais, um Ajudante de

Pavimentação e Escriturário. Existiam dois Cargos Comissionados: um Assessor Especial e um Chefe de Seção.

2007: O referido Departamento de Cultura passou a contar com Sete funcionários à sua disposição, sendo Quatro funcionários efetivos: Um Agente de Serviço Municipal, Ajudante de Pavimentação, Escriturário e Auxiliar de Serviços Gerais. Quanto aos cargos comissionados a pasta possuía Três servidores: Um Chefe de Serviços, Assessor Especial e Chefe de Seção.

2008: No último ano do Primeiro mandato do (PFL-DEM) ainda na qualidade de Departamento de Cultura, a pasta passou a contar com Quatro funcionários: Três Efetivos Um Agente de Serviço Municipal, Ajudante de Pavimentação e Um Escriturário, na condição de cargo comissionado Um Assessor Especial.

2009: Após obter a reeleição, agora sob sigla do Democratas (DEM), ou seja, segundo quadriênio do prefeito José Paulo Delgado Júnior, a pasta da Cultura, de acordo com o Balancete de Despesas para esse ano, esteve atrelada à secretaria de Educação, contando com Quatro Funcionários nos mesmos cargos e funções do ano anterior.

2010: De acordo com o Documento concedido pela Divisão Técnica de Recursos Humanos o Setor da Cultura municipal dispunha de Cinco Funcionários, três deles efetivos: Ajudante de Pavimentação, Escriturário e Professor de Educação Básica I, no que tange aos cargos comissionados é interessante observar a presença de Um Secretário Municipal de Cultura, mesmo a pasta estando atrelada à Secretaria de Municipal de Educação e Um Diretor de Departamento.

2011: Nesse ano a Pasta da Cultura se torna, pela primeira vez na série pesquisada (2005-2016), Secretaria Municipal de Cultura contando com Nove funcionários, quatro deles Cargos Efetivos: Escriturário, Ajudante de Pavimentação, Auxiliar de Serviços Gerais, Professor de Educação Básica I. Com relação aos cargos de natureza comissionada é possível visualizar a presença, para esse ano, de Dois Secretários de Cultura, Dois Diretores de Departamento, Assessor.

2012: Último ano da gestão do Democratas (DEM) a Secretaria Municipal de Cultura contava em seus quadros com Doze Servidores: Inspetor de Alunos, Telefonista, Auxiliar de Desenvolvimento Infantil, Ajudante de Pavimentação, Duas Auxiliares de Serviços Gerais, Escriturário, Professor de Educação Básica I, totalizando Oito servidores públicos efetivos lotados na Cultura. Quanto aos cargos comissionados, a pasta contava com Quatro servidores estando assim dispostos: Secretário de Cultura, Dois Diretores de Departamento e Assessor.

2013: No primeiro ano do Quadriênio da gestão Fúlvio Zuppani (eleito pelo Partido dos Trabalhadores-PT- 2013-2016) com o status de Secretaria Municipal de cultura, o setor contava

com Sete funcionários efetivos: Uma Inspetora de Alunos, Uma Telefonista, Duas Auxiliares de Serviços Gerais, Um Escrivão, Um Ajudante de Pavimentação, Uma Auxiliar de Desenvolvimento Infantil. Quanto aos cargos comissionados, a Secretaria da Cultura possuía Três servidores: Secretário de Cultura, Diretor de Departamento e Assessor.

2014: A Secretaria Municipal de Cultura contava com Onze servidores lotados nesse setor, oito deles efetivos: Um Inspetor de Alunos, Telefonista, Auxiliar de Desenvolvimento Infantil, Dois Escrivãos, Ajudante de Pavimentação, Auxiliar de Serviços Gerais, Agente de Endemias. Quanto aos cargos comissionados, o Setor possuía Três servidores lotados nesse setor: um Secretário de Municipal de Cultura, Chefe de Setor, Chefe de Divisão.

2015: No referido ano, a Secretaria Municipal de Cultura contava com um corpo de servidores que totalizava Nove pessoas sete Efetivos: um Agente de Serviço Municipal A, Auxiliar de Desenvolvimento Infantil, Ajudante de Pavimentação, Escrivão, Auxiliar de Serviços Gerais e um Inspetor de Alunos. O quadro de servidores comissionados possuía Dois servidores: Um Secretário Municipal de Cultura e Um Chefe de Divisão.

2016: No último ano da gestão, Fúlvio Zuppani que, por motivos alegados à falta de apoio do Governo Federal e a crise que se abatera sobre o Partido dos Trabalhadores (PT) se desfilou desta legenda, passando a incorporar os quadros do Partido Popular Socialista (PPS). Ocorreu uma fusão na então Secretaria Municipal de Cultura que foi renomeada, Secretaria Municipal de Cultura, Esporte, Lazer e Turismo (Diretoria de Arte e Cultura).

O quadro de servidores da Pasta de Cultura ficou assim definida: O Total de servidores efetivos perfazia um número de seis: um Agente Municipal, Auxiliar de Desenvolvimento Infantil, Ajudante de Pavimentação, Inspetor de Alunos, Auxiliar de serviços Gerais e um Escrivão. Quanto aos cargos comissionados para o referido ano totalizou um número de Dois: Um Secretário Adjunto de Cultura, Chefe da Central de Apoio Administrativo.

A análise do recorte temporal de 2005 a 2016, sob um foco de análise qualitativa, sem, no entanto, termos a pretensão de inferências precipitadas, ou juízos de valor terminantes, possibilita-nos observar que na Pasta da Cultura, entre os servidores efetivos em exercício durante o período, não está lotado nenhum funcionário, cuja formação profissional tenha ligação com o campo da Cultura, a priori, e também nota-se nas três gestões, objeto desta pesquisa, um forte remanejamento de profissionais oriundos de outras áreas da administração Pública Municipal, para o Setor da Cultura e entre os anos de 2005 e 2010 o número de efetivos ser pequeno com relação ao período de 2011 a 2016.

Quanto aos cargos comissionados percebemos alterações discretas quanto ao número de servidores durante o período, já nos anos de 2005 e 2012 esse número se manteve em Quatro

servidores com Cargos de Comissão e no ano de 2011 foi criado um posto a mais totalizando Cinco servidores nessa condição. Mas se observa que os postos com maior nível hierárquico junto à administração pública são ocupados por cargos comissionados, fato não percebido para outros postos da Pasta da Cultura, cujo grau hierárquico exige menor qualificação.

Outro elemento passível de análise na tabela pode ser visualizado nos anos de 2008 e 2009, quando a pasta da Cultura teve seu menor número de funcionários, ou seja, Quatro servidores para cada ano citado, enquanto nos anos de 2011, 2012, 2013 e 2014 houve um aumento no número de servidores lotados para a área da Cultura do município sendo respectivamente Nove, Doze, Dez e Onze funcionários destacados para o setor.

3.2 Desembolsos com Cultura em Taquaritinga (SP) entre 2005 e 2016

Problematizando sobre os gastos públicos municipais encontramos em Nogueira (1998) um ponto importante de reflexão sobre a democratização e uma maior participação do cidadão no processo decisório, ou seja, devem ser mais autônomos e quanto à sociedade civil organizada, esta deve cobrar resultados mais contundentes, por meio de uma fiscalização mais efetiva dos atos impetrados ou implementados pelo poder público.

A partir de uma análise panorâmica em nível macroestrutural, ou seja, como autores analisam a estruturação das políticas públicas em nível nacional e subnacional, dentro da perspectiva analítica organizada dentro do espectro de limites e possibilidades do Federalismo brasileiro, passemos a vislumbrar como se comportam os gastos públicos, em geral, no Município de Taquaritinga, mas tendo no campo da cultura nosso escopo de atenção particular.

Partimos de um universo de análise contida no Plano Plurianual (PPA) gerador de todo um conjunto de ações e intervenções do poder público em nível municipal e que estrutura a necessidade de aprovação da Lei de Diretrizes Orçamentárias que se situa no espectro da previsão de gastos para o ano subsequente à sua aprovação e o gasto efetivamente concretizado dentro da Lei Orçamentária Anual, que por ser uma peça jurídica específica sobre o quanto efetivamente o poder público se dispõe a gastar nas mais variadas áreas da administração pública.

A estruturação ou até mesmo a previsão de dotação orçamentária nos remete a dados quantitativos brutos, como os contidos na tabela abaixo onde se percebe, a priori, um relativo aumento dos gastos públicos entre os anos de 2005 e 2009, com uma discreta queda entre os anos de 2010 e 2012, com retomada dos investimentos entre 2013 e 2015 com uma brusca queda nos valores no ano de 2016.

Os números apresentados obtidos através de dados obtidos junto à Prefeitura Municipal trazem consigo possibilidades quanto ao espectro analítico de sua natureza, a priori, quantitativa. Ao observarmos os valores talvez sejamos ilusoriamente cooptados a acreditar que o montante apresentado na tabela foi efetivamente aplicado em estruturas relacionadas à Cultura, em âmbito municipal.

São necessárias as devidas correções monetárias para uma visão aproximada de quanto cada administração teria investido em cultura em suas respectivas gestões, ou seja, entre 2005 e 2008 (PFL) e sua concomitante reeleição, já sob a sigla DEMOCRATAS (DEM), para o quadriênio 2009-2012 e a eleição do Partido dos Trabalhadores (PT) para o período de 2013-2016 sem, contudo, obter a aprovação nas urnas para uma reeleição.

Dentro de mecanismos de análise quantitativo-qualitativa percebemos ao enveredarmos no universo das estimativas contidas na Lei Orçamentária Anual (LOA), no campo dos repasses de verbas originárias da União e do Governo do Estado de São Paulo, gastos públicos consolidados no Balancete de Despesas Municipais, dentre outras possibilidades, principalmente, quando nos referimos ao setor da Cultura uma realidade difícil, onde os números analisados, denotam cifras muito aquém do que outras áreas da Administração Pública gerenciadas pelo Poder Executivo Municipal durante o período por nós analisado.

A presença de ideologias de direita ou esquerda preconizada por Bobbio (2001), não pode ser facilmente constatada em suas disparidades nem no âmbito político-ideológico no município de Taquaritinga (SP) visto que existe um intenso amálgama de coligações partidárias para eleições majoritárias (para Prefeito) ou proporcionais (para vereador), nem após os três processos eleitorais ao qual nosso recorte de pesquisa trabalha, onde se “ocultam” tendências ideológico-partidárias quanto aos vereadores na Câmara Municipal (Poder Legislativo) visto que os arranjos político e pessoais no decorrer dos três mandatos concebem ao prefeito ou chefe do Poder Executivo, a maioria na Câmara Municipal durante o recorte pesquisado.

O Balancete de Despesas Consolidadas para o período de 2005 a 2016 não apresenta com clareza, em nenhuma das três gestões pesquisadas no recorte histórico-temporal por nós estudado, diferenças ideológico-partidárias significativas quanto ao incremento de valores para o setor da Cultura. Os valores investidos na área mantiveram-se estagnados durante o recorte produto dessa pesquisa.

O modelo político-partidário adotado no período trabalhado em Taquaritinga (SP), ou seja, com uma configuração mais “conservadora” representada teoricamente na figura do antigo Partido da Frente Liberal (PFL) atual DEMOCRATAS (DEM) entre 2005 e 2012 e hipoteticamente uma postura mais “progressista” entre 2013 e 2016 (governo do Partido dos

Trabalhadores- PT) não pôde ser constatado na prática, quando o parâmetro analisado é o Setor da Cultura e especificamente o gasto com a área cultural.

A Tabela 5 apresenta valores disponíveis no Quadro de Dados Contábeis Consolidados Municipais para o Setor da Cultura durante os anos do recorte analisado neste trabalho, sendo utilizada para a correção do valor corrente ano a ano no recorte trabalhado a Calculadora do Cidadão a partir da correção monetária estimada pelo IGP-M (FGV) e o IPC-A (IBGE). Os valores numéricos contidos na Tabela 5 estão assim discriminados:

TABELA 5: Quadro de Dados Contábeis Consolidados Municipais para o Setor da Cultura (Balanço Orçamentário com valores atualizados)¹

Ano	Valor Corrente	Valor Corrente corrigido pelo IGP-M (FGV)	Valor Corrente corrigido pelo IPC-A (IBGE)
2005	72.909,36	145.148,65	146.750,62
2006	64.295,52	126.481,40	122.445,99
2007	396.745,44	751.555,96	732.556,61
2008	514.421,84	904.412,39	909.305,32
2009	868.561,65	1.390.669,52	1.449.724,68
2010	645.889,98	1.052.161,88	1.033.496,57
2011	671.884,89	983.190,86	1.015.107,95
2012	530.867,22	739.154,88	753.079,74
2013	767.270,94	990.903,79	1.028.394,80
2014	901.157,14	1.102.872,24	1.140.437,07
2015	1.109.479,92	1.309.696,22	1.319.524,66
2016	1.065.634,04	1.137.949,14	1.145.150,37
TOTAL	7.609.117,94	10.634.196,93	10.795.974,38

Fonte: Prefeitura Municipal de Taquaritinga. Elaboração Própria.

Os dados quantitativos presentes na Tabelas 5 denotam valores que, com relação à LOA ou aos Gastos Consolidados Municipais, se mantêm estáveis e baixos quando observamos as verbas públicas aplicadas no campo da Cultura nas três gestões pesquisadas.

¹ Quadro de Dados Contábeis Consolidados Municipais (Balanço Orçamentário) tendo como fonte a Prefeitura Municipal de Taquaritinga, onde os valores da época foram corrigidos pelos índices IGP-M (FGV) e IPC-A (IBGE), com data início o mês de janeiro de cada ano do repasse e data final o mês de abril de 2017.

A Tabela 6 abaixo retratada, nos permite questionar quantitativamente essa discrepância entre o orçamento geral tanto na LOA quanto nos Dados Consolidados Municipais e o investimento no Setor da Cultura efetivamente defasados com relação ao valor geral.

A porcentagem relativa aos gastos efetivados no Setor da Cultura denota expressões numéricas, majoritariamente abaixo de 1% quanto a valores estimados contidos na LOA e corroborados pelos Gastos Consolidados no Quadro de Dados Contábeis Municipais.

TABELA 6: Dados Primários sem Correção Monetária Relativos a Valores Orçamentários Contidos na LOA, no Balancete de Gastos Consolidados Municipais, Gastos com Cultura e a Porcentagem do Investimento em Cultura entre 2005 e 2016.

Ano	Orçamento Municipal Previsto na LOA em R\$	Balancete de Despesas Efetivadas	Gastos com Cultura em R\$	% com Relação às Despesas Efetivadas
2005	55.108.500,00	52.320.547,00	72.909,36	0,13
2006	51.024.225,00	47.825.049,64	64.209,52	0,13
2007	56.309.786,00	58.954.300,00	396.745,44	0,67
2008	72.500.300,00	66.430.537,77	514.421,84	0,77
2009	79.144.149,00	65.917.439,12	868.565,65	1,31
2010	84.610.300,00	74.370.753,75	645.889,98	0,86
2011	89.020.308,00	83.896.647,17	671.884,89	0,80
2012	108.116.727,00	95.605.551,53	530.867,22	0,55
2013	135.704.250,00	125.807.428,47	767.270,94	0,60
2014	141.408.188,00	143.534.509,60	901.157,14	0,62
2015	142.464.577,00	136.857.082,84	1.109.479,92	0,81
2016	151.000.000,00	153.288.836,01	1.065.634,04	0,69

Fonte: Prefeitura Municipal de Taquaritinga. Elaboração Própria.

O Balanço de Dados Contábeis, acima exposto na Tabela 6, nos concede indícios sobre a destinação primária de verbas públicas para o setor Cultura no Município de Taquaritinga (SP) entre 2005 e 2016. Ao observarmos sua discriminação, sob prisma quantitativo tendo como norte o investimento municipal em Cultura, percebemos valores que se mantiveram estagnados.

A partir de um olhar panorâmico sobre os valores nela contidos aparecem alguns indícios sobre a destinação de verbas no campo da Cultura como um todo. A análise dos montantes contidos no documento elaborado pela Prefeitura Municipal, nos permite observar, durante os dois mandatos (Partido da Frente Liberal PFL e posteriormente denominado Democratas-DEM), como se aplicaram verbas públicas no setor cultural por parte dessa gestão.

No ano de 2005, o primeiro da referida gestão, temos como norte de análise alguns padrões para o comportamento quantitativo dos valores aferidos pela gestão municipal, no entanto no ano de 2006 a pasta da Cultura teve uma sensível queda nos valores numéricos a ela aferidos, com retomada, dentro dos padrões de investimento para o setor cultural, na série histórica pesquisada, entre 2007, 2008, 2009 com outra queda acentuada em 2010, retomada lenta em 2011 e nova queda em 2012, ano eleitoral, onde o Democratas é derrotado no pleito eleitoral do referido ano.

O período de 2013 a 2016 sob governo do Partido dos Trabalhadores no aspecto quantitativo de observação da relação entre orçamento estimado e gasto efetivado com o setor da Cultura os índices contidos na Tabela 6 denotam, para o período, um aumento no orçamento previsto na LOA para os quatro anos dessa gestão, fato que pode ser observado no Balancete de Despesas efetivadas para o quadriênio estudado.

O gasto em Cultura, por sua vez, cresceu em números absolutos, mas, isso não significa que o percentual aplicado sofreu alterações qualitativas, visto que em comparação com o orçamento projetado e os gastos consolidados no Balancete de Despesas Efetivadas os valores se mantiveram majoritariamente inferiores a 1% do total de recursos disponibilizados por setor da administração pública durante todo o período de nossa pesquisa, independente da agremiação partidária à frente do Poder Executivo.

No entanto, quando os gastos públicos com Cultura em Taquaritinga (SP) entre 2005 e 2016 é confrontado com os valores aplicados pela União dentro de uma perspectiva comparativa percebe-se que o Governo Federal investiu cifras percentuais ainda mais preocupantes nos doze anos do recorte trabalhado.

De acordo com o Portal da Transparência utilizado como padrão de comparação para os investimentos em nível federal, no ano de 2005 o total de gastos federais com Cultura alcançaram 0,049% dos gastos diretos, 2006 (0,043%), 2007 (0,045%), 2008 (0,064%), 2009 (0,071%), 2010 (0,071), 2011 (0,073), 2012 (0,078%), 2013 (0,087%), 2014 (0,067), 2015 (0,088%) e em 2016 (0,11%).

Outro elemento quantitativo que nos causou estranhamento possui ligação com o investimento per capita aferido pelo sítio Transparência Cultura contido em:

<<http://www.transparenciacultura.sp.gov.br>> obtido entre os anos de 2010 e 2016 sendo que para 2010 na Secretaria de Estado da Cultura o valor por pessoa no Estado de São Paulo teria alcançado R\$ 21,12, para o ano de 2011 esse montante decresceu para R\$ 19,34, 2012 trouxe em seu bojo a cifra de R\$ 19,34, em 2013 o valor investido anualmente atingiu a cifra de R\$ 19,73, em 2014, por seu turno, o montante aplicado per capita teria sido de R\$ 21,10, 2015 trouxe consigo um investimento estimado na ordem de R\$ 21,31 e finalmente em 2016, o valor teria decrescido para a ordem de R\$ 18,38 per capita, no estado de São Paulo.

É importante salientarmos o descompasso entre estimativas orçamentárias, valores consolidados e, a priori, o modelo de gasto público com o setor cultural quando observamos os investimentos em Cultura *in loco* no município.

A Tabela 7 demonstra o Quadro de Dados Contábeis, obtida a partir da LOA, entre 2004 e 2015 (esse documento projeta a estimativa de gastos para o ano fiscal subsequente) traz em seu conteúdo a estimativa orçamentária para o período por nós utilizado como recorte de análise.

TABELA 7: Quadro de Dados Contábeis Obtidos a partir de Análise da LOA e Corrigidos entre 2005 e 2016.

Ano	Estimativa Orçamentária a partir da LOA	Estimativa Orçamentária corrigida a partir da LOA IGP-M (FGV)	Estimativa orçamentária corrigida a partir da LOA IPC-A (IBGE)
2005	55.108.500,00	109.710.530,84	104.160.247,24
2006	51.024.225,00	100.374.263,54	94.080.882,90
2007	56.309.786,00	106.667.779,66	111.677.289,67
2008	72.500.300,00	127.463.814,18	116.792.478,41
2010	84.610.300,00	137.831.109,41	121.150.775,94
2011	89.020.308,00	130.266.292,05	122.768.873,67
2012	108.116.727,00	150.536.714,06	133.116.678,16
2013	135.704.250,00	175.257.329,94	162.475.928,35
2014	141.408.188,00	173.061.010,94	175.663.288,58
2015	142.464.577,00	168.173.677,58	161.554.257,27
2016	151.000.000,00	161.247.026,10	163.671.185,04
Total	1.087.267.161,00	1.540.589.548,30	1.572.653.470,34

Fonte: Prefeitura Municipal de Taquaritinga. Elaboração Própria.

A observação da estimativa orçamentária contida na LOA para o período de 2005 a 2016 (lembrando que para o período pesquisado, a Lei Orçamentária Anual tem sua análise e

aprovação por parte do Poder Legislativo entre 2004 e 2015) permite visualizar uma pequena queda no valor apenas entre os anos de 2005 para 2006 uma diminuição gradativa no valor estimado, mas denota crescimento entre 2006 e 2011, período que compreendeu as duas gestões do Democratas, partido que controlou o Poder Executivo local, e um salto orçamentário estimado de matriz quantitativa para o último ano do segundo mandato dessa agremiação partidária no controle da máquina executiva. Entre 2012 e 2013, transição das duas gestões do PFL/DEM para o primeiro ano da gestão petista, ocorreu uma elevação na estimativa orçamentária prevista na LOA na ordem de aproximadamente 25.5%.

O recorte entre 2013 e 2016, sob gestão do Partido dos Trabalhadores, manteve a tendência de aumento na estimativa orçamentária prevista na LOA, com uma manutenção progressiva nos valores aferidos ano a ano.

A Tabela 8 abaixo apresentada serve de referencial para análise quantitativa dos gastos públicos apresentados pela prefeitura Municipal de Taquaritinga (SP) para o recorte histórico-temporal proposto no estudo aqui realizado:

TABELA 8: Quadro de Dados Contábeis - Balanço de Despesas (2005 e 2016)

Ano	Despesas Orçamentárias Consolidadas	Despesa Orçamentária Consolidada corrigida a partir IGP-M (FGV)	Despesa Orçamentária Consolidada corrigida a partir IPC-A (IBGE)
2005	52.320.547,00	110.921.347,80	105.309.834,30
2006	47.825.049,65	97.171.804,59	91.079.215,40
2007	58.954.300,00	103.971.216,62	108.854.086,15
2008	66.430.537,77	128.153.400,79	117.424.332,47
2009	65.917.439,12	132.100.266,79	110.023.437,03
2010	74.370.753,75	135.385.990,20	119.001.565,27
2011	83.396.647,17	134.495.094,96	126.754.083,21
2012	95.605.511,53	150.536.714,06	135.624.448,97
2013	125.807.428,47	181.888.219,56	168.623.231,57
2014	143.534.509,60	178.955.625,40	181.646.538,97
2015	136.857.082,84	169.435.714,28	162.766.619,42
2016	153.288.836,01	162.267.438,80	164.727.065,01
Total	1.087.267.161,00	1.685.282.833,85	1.591.834.457,77

Fonte: Prefeitura Municipal de Taquaritinga. Elaboração Própria.

O corpo do Quadro de Dados Contábeis- Balanço de Despesas Consolidadas entre 2005 e 2016 denota um aumento nos gastos públicos durante o período do recorte analisado. Na

Tabela 8, encontramos para os anos de 2005 e 2006 ligeira queda nas despesas consolidadas na ordem de aproximadamente 9,6%. Para o ano de 2007 ocorreu um aumento de cerca de 23% nos gastos consolidados.

Essa perspectiva de aumento manteve-se nos gastos consolidados entre 2009 e 2012 segundo mandato do PFL/DEM. Em 2013, primeiro ano de mandato do Partido dos Trabalhadores, ocorreu um incremento das despesas consolidadas na ordem de aproximadamente 31,5%. Para o ano de 2014 ocorreu novo aumento em porcentagem aproximada a 14,2%, o ano de 2015 trouxe uma queda nos gastos municipais próxima a 4,8% e para o ano de 2016 (último ano do quadriênio “petista”) a Tabela 8 traz um incremento nos gastos públicos municipais próximo a 12%.

Os valores disponíveis na Tabela 8 na qualidade de Despesas Efetivadas no Balancete de Despesas Consolidadas pelo Município de Taquaritinga (SP), para os doze anos do recorte pesquisado, possuem em Secretarias como: Educação, Saúde, Serviços Municipais, Administração e Contabilidade, importantes beneficiárias do gasto consolidado para o período de nossa pesquisa.

O gasto público consolidado durante o período manteve-se, na maioria do recorte pesquisado, superavitário fato também constatado, quando observamos a Lei Orçamentária Anual LOA enquanto previsão de orçamento fiscal para o período. No entanto, no que se refere aos gastos públicos em Cultura, tanto estimados quanto consolidados, apesar de um aumento discreto nos valores absolutos verificados percentualmente, esse quadro não alterou substancialmente o investimento no setor no aspecto qualitativo.

Não se pode afirmar, a priori, que a perspectiva partidária, ou seja, o Partido da Frente Liberal- Democratas (PFL-DEM) cuja orientação político-ideológica está historicamente mais atrelada com o condutas políticas conservadoras e que esteve no comando do Poder Executivo no período 2005-2012, ou que o Partido dos Trabalhadores, a seu turno, com tendências ideológicas historicamente associadas a posturas “progressistas”, e que esteve à frente do Poder Executivo do município entre 2013 e 2016, foi decisiva para a configuração de um modelo de gasto público em Cultura principalmente sob viés quantitativo-qualitativo.

Na perspectiva da *accountability*, preconizada por Campos (1990), observamos, a priori, o distanciamento do Poder Público do Município de Taquaritinga (SP) nos doze anos pesquisados, com relação a definição de uma política pública para a Cultura

3.3 Análise dos desembolsos com Cultura em Taquaritinga (SP), entre 2005 e 2016

Em nossa pesquisa organizamos dados quantitativos para problematizarmos o campo do modelo de gastos públicos com Cultura no Município de Taquaritinga (SP) entre os anos de 2005 e 2016. Ao observarmos os dados fornecidos pelos gestores municipais, sob ótica quantitativa relativa à natureza desses gastos, percebemos indícios sobre o comportamento desses gastos, no recorte temporal por nós escolhido.

A análise da Tabela 5, especificamente, dentro da perspectiva da Lei de Acesso à Informação (LAI) de 2011², nos permite observar o comportamento quantitativo dos gastos públicos com Cultura no município, entre 2005 e 2016 e esses dados apontam para um discreto aumento dos investimentos no setor entre os anos de 2007 e 2011, com discreta queda no ano de 2012 e novo aumento entre os anos de 2013 e 2016.

A correção monetária que incide sobre os valores quantitativos corrigidos pela inflação do período e, medida tanto pelo Índice Geral de Preços do Mercado (IGP-M) sobre responsabilidade da Fundação Getúlio Vargas (FGV) aponta discreto aumento no investimento municipal entre os anos de 2005 e 2016, fato também observado a partir da estimativa de variação inflacionária medida pelo Índice de Preços ao Consumidor-Amplio (IPCA/IBGE) no recorte temporal desta pesquisa.

A utilização da Lei nº 12527 que versa sobre o Acesso à Informação (LAI/2011) concernente ao acesso relativo aos dados sobre os gastos públicos municipais no campo da Cultura constitui ferramenta importante para a elaboração do panorama dos investimentos de verbas públicas no município de Taquaritinga (SP) e obtivemos os dados preliminares contidos nessa pesquisa, por meio do uso dessa prerrogativa legal de busca de transparência nos investimentos de verbas públicas pelo gestor municipal.

Os problemas relativos à arrecadação de impostos e a concomitante aplicação de recursos sob perspectiva dos gestores públicos (a União, os vinte e seis Estados da Federação, o Distrito Federal e os 5570 municípios), compõem um quadro de diversas possibilidades analíticas em relação aos gastos da máquina pública, a qual sedimenta e concede aporte para

² A Lei de Acesso à informação ou Lei 12.527 de 18 de novembro de 1990 e se destina, a priori, em assegurar o direito à informação e sua publicidade em meios de comunicação, fomentando uma cultura de transparência na gestão pública. Os dados contidos nas Tabelas constantes foram obtidos junto ao setor de Protocolos da Prefeitura Municipal de Taquaritinga (SP) e na Câmara Municipal entre os anos de 2016 e 2017 ao qual efetuamos o levantamento dos dados presentes na pesquisa.

questionamentos que devido à sua complexidade e amplitude escapam ao escopo desta pesquisa.

A ação do poder público enquanto instância decisória, encontra na perspectiva de Nogueira (1998), um olhar crítico, quando se referindo ao papel do gestor público, o autor pondera sobre o papel disseminador e ao mesmo tempo centralizador da gestão de pessoas e resultados, questionando o papel do Estado como indutor de políticas públicas e que essa instância do poder público mantenha canais abertos com a sociedade e com o cidadão.

A análise contida em Nogueira (1998, p.189) pontua que:

O gestor público de que se necessita hoje, em suma, precisa ser um profissional da articulação, competente para negociar com atores mais desagregados e fragmentados, mais carentes e solicitantes, mais excluídos e mais cientes de seus direitos. E seu trabalho terá tanto mais relevo quanto mais colaborar para que se rompa categoricamente o hiato entre técnica e política, quanto mais ajudar a desmontar a imagem da técnica como coisa neutra, autônoma, fatal e invencível, quanto mais compreender que as soluções por ele buscadas dependem de um devir coletivo complexo.

A análise do pensamento de Nogueira (1998), Campos (1990), Arretche (2012) e Kerbauy (2014) nos fornece subsídios para pensarmos a realidade municipal a partir de pressupostos tais como: transparência, eficiência e análise dos dados correlacionados ao campo das políticas públicas com Cultura no município de Taquaritinga (SP) entre os anos de 2005 e 2016. Os autores analisam a natureza do modelo político-administrativo em nível nacional e subnacional fato este que nos possibilita questionarmos no campo teórico-metodológico a realidade local.

A necessidade do Estado prestar contas à sociedade sobre seus atos institucionais, relacionados ao bom uso dos recursos públicos e efetivamente transformados em políticas públicas tem na perspectiva do que Campos (1990), denominou como *accountability*, ou a prestação de contas ao tecido social sobre a gestão de recursos oriundos do pagamento de tributos, uma tônica em tempos conturbados tanto na esfera política quanto no espectro da confiança com relação ao uso dos recursos de natureza pública por parte do Estado.

Quanto às especificidades do modelo de gasto público aferido para o setor cultural na cidade de Taquaritinga (SP) entre os anos de 2005 e 2016 percebemos que alguns investimentos no setor da Cultura são mais evidenciados que outros, no plano da análise quantitativa da aplicação de verbas públicas em áreas específicas do setor cultural no município.

No corpo do documento conseguido junto ao setor de Protocolo da Prefeitura Municipal de Taquaritinga (SP) no ano de 2016, ou seja, no Quadro de Dados Contábeis Consolidados

Municipais Balanço Orçamentário aparecem referências a terminologias genéricas e ou pouco elucidativas para o entendimento de como se configuraram ou se comportaram em sentido mais claro os investimentos em Cultura para ano de 2005 e 2006 e aqui nos atemos ao vago conceito de Difusão Cultural no valor de R\$ 21.000,00, dentre outros termos presentes no documento.

No ano de 2007, segundo o Balanço de Dados Contábeis, foi investido na festa popular do Carnaval, uma tradição no Município, o valor de R\$ 143.550,00, sem especificação de cifras absolutas para cada subárea desse investimento no setor cultural, em Difusão Cultural foi apresentado o montante ou cifra de R\$ 40.779,12 (um expressivo aumento com relação ao ano de 2006 nesse campo particular, mas novamente desprovido de clareza quanto ao destino da verba pública consumida nesta área); Despesas com a Festa da Cidade o montante de R\$ 52.230,00, Material de Consumo (também inespecífico ou pouco elucidativo) cujo valor é de R\$ 6.229,34.

Em 2008, último ano da primeira gestão do então Partido da Frente Liberal (PFL) a Festa da Cidade teve como verba destinada o montante de R\$ 117.391,00; as Despesas com Carnaval totalizaram um montante de R\$ 156.391,00; e a já citada Difusão Cultural em aplicações gerais atingiram a somatória de R\$ 42.000,00.

O segundo mandato do então prefeito José Paulo Delgado Jr (2009-2012) agora registrado no DEMOCRATAS inicia-se em 2009 com um montante de cerca de R\$ 869.561,65 para a Cultura. O Carnaval contou com um montante de R\$ 119.887,00 e para a Festa da Cidade foram investidos cerca de R\$ 85.000,00 enquanto à denominada subárea de difusão cultural foram destinados cerca de R\$ 13.353,13.

No período seguinte (2010-2011-2012) ocorre discreta queda no investimento em Cultura observado na análise da Tabela de Dados Contábeis, ou seja, em nível geral houve retração dos gastos públicos com Cultura, mas, no entanto, no ano de 2010 o investimento na festa do Carnaval atingiu R\$ 169.681,56, despesas com a Festa da Cidade atingiram R\$ 189.767,00 e a inespecífica Gestão em Cultura atingiu a cifra de R\$ 95.638,69, para o ano de 2010 o investimento total em Cultura atingiu o montante de R\$ 645.889,98.

O Exercício de 2011 manteve certa “coerência” quanto ao investimento geral em Cultura ocorrendo discreta queda quanto ao gasto com a Festa do Carnaval, ou seja, R\$ 153.350,70, enquanto na Festa na Cidade foi investido o montante R\$ 223.000,00 e a tabela aponta um valor de R\$ 671.884,89.

Enquanto no último ano da gestão do DEM 2012 o elemento Gestão em Cultura totalizou R\$ 165.802,13, os gastos efetivos com Carnaval tiveram uma brusca queda totalizando

o montante de R\$ 20.000,00 e a Festa da Cidade atingiu uma cifra ainda mais baixa, ou seja, R\$ 18.300,22.

Entre 2013 e 2016 já no quadriênio do governo do Partido dos Trabalhadores sob o mandato do prefeito Fúlvio Zuppani os dados obtidos são ainda mais genéricos apenas sendo possível vislumbrar o montante de R\$ 768.552,76 para o ano de 2013; o total geral de R\$ 940.470,11 para o exercício de 2014; para 2015 obtivemos o valor de R\$ 1.194.490,39 sem detalhes mais contundentes sobre suas particularidades e o último ano da gestão petista o montante reduzido de R\$ 466.486, 34. O documento obtido não especifica os gastos com Cultura.

Podemos analisar, a priori, dentro da ótica de um modelo de política pública voltado para a área da Cultura no Município de Taquaritinga (SP) entre 2005 e 2016, ou seja, durante duas gestões do PFL-DEM (2005 a 2012) e na gestão do Partido dos Trabalhadores (PT), que independente da gestão que esteve à frente do Poder Executivo, ou seja, PFL/DEM 2005 a 2012, ou PT 2013-2016 os investimentos em Cultura mantiveram-se estáveis (frequentemente abaixo de 1%) com relação ao orçamento estimado e efetivado dentro do recorte de nossa pesquisa.

Ainda sobre a perspectiva dos gastos públicos municipais com o setor da Cultura em Taquaritinga (SP) entre 2005 e 2016, analisaremos o processo de reforma e revitalização do Cine São Pedro, como “parte integrante” do modelo de políticas públicas no setor cultural durante o período citado, em busca de elementos que colaborem tanto em escala quantitativa quanto qualitativamente com o enriquecimento da temática dos gastos públicos com a Cultura no recorte pesquisado.

3.4 Revitalização do Cine São Pedro como um elemento para o estudo de caso

Inaugurado no ano de 1923 e fechado nos anos 1990, com breve funcionamento de 2002 a 2007 e foi fechado novamente por problemas estruturais graves, devido ao teto que ameaçava ruir.

O Cine São Pedro foi adquirido pela Prefeitura Municipal, junto a Família Curti, antiga proprietária, em 43 parcelas (no período de 2008 a 2012) que totalizaram o valor de R\$1.300.000,00, e, de acordo com fontes ligadas à referida gestão do então prefeito José Paulo Delgado Junior, a quantia escalonada a partir de 2008 teve sua quitação efetuada no ano de 2012.

Com Processo de Revitalização iniciado a partir de acordo firmado entre Poder Executivo Municipal (via Secretaria da Cultura) no governo do prefeito Fúlvio Zuppani (2013-

2016) e o Ministério da Cultura (MinC), com obras iniciadas no ano de 2015, com previsão de entrega em 05 de janeiro de 2017 e até a presente data, com obras paralisadas e prazo indeterminado para a entrega à comunidade.

FOTO 1: Prédio do Cine São Pedro



Fonte: Próprio autor. 05 jul. 2017

Como um elemento outrora importante para do setor cultural taquaritinguense, o Cine São Pedro inaugurado, de acordo com Peria (2016), em 15 de maio de 1923, provido de traços arquitetônicos do período neoclássico, continua em um processo lento de revitalização, na área central da cidade e cujo investimento inicialmente previsto, chegando à cifra de R\$ 1.339.260,04 com resultados ainda inconclusos no que se refere ao funcionamento desse espaço de arte e cultura para o município de Taquaritinga (SP).

Dentro de uma perspectiva histórica, sobre as origens do cinema municipal e de acordo com Peria (2016, p. 273), o Cine São Pedro de Taquaritinga, na época de propriedade da Família Curti, inaugurado em 1923 com um espetáculo apresentado pela Companhia Theatral Carrara.

Na gestão do ex-prefeito Milton Nadir (1989-1992), foi promulgada a Lei Municipal nº 2.486, de 15 de dezembro de 1992, onde foi autorizado ao Poder Executivo Municipal o tombamento do prédio do Cine São Pedro, considerado patrimônio histórico do município.

No entanto, a análise mais específica da situação atual do Cine São Pedro, fechado há uma década, nos concede elementos de suporte teórico para problematizarmos esse espaço relativo à Cultura no município de Taquaritinga (SP) entre 2005 e 2016.

A política de Cultura na cidade, ao longo do período concernente a esta pesquisa denota, a priori, lacunas sobre os investimentos do poder público municipal, no setor cultural, durante as três gestões sob análise neste estudo, independente do grupo político que esteve no controle do Poder Executivo.

Sob perspectiva de um modelo que prima pela transparência no uso dos recursos de natureza pública e de um modelo de gestão onde o cidadão deveria ser sujeito agente do processo de elaboração, implementação e fiscalização quanto aos investimentos de verbas públicas e a concomitante prestação de contas à sociedade, notamos, a priori, deficiências nessa perspectiva por parte do Poder Executivo taquaritinguense no que tange a canais de aproximação entre Estado e cidadão.

A partir dessa premissa norteadora, buscamos referências no conceito de *accountability* preconizado por Campos (1990) e Abrucio (1997) e percebemos certo distanciamento da população em geral, e, do cidadão em particular, quanto ao processo decisório, ou seja, criação, implementação e fiscalização das políticas públicas cujo beneficiário seria o próprio munícipe.

De acordo com o cientista político Marco Antonio Carvalho Teixeira, no Programa “Um Brasil” disponível no Youtube em: www.youtube.com/watch?V=HL2a8Q5X1GQ, o universo de fiscalização e controle da administração pública, em municípios brasileiros de pequeno e médio porte, ainda é precário e complexo, até mesmo para os gestores públicos, devido à ausência de mecanismos internos e externos à administração voltados não só para ter um papel punitivo e policialesco, mas, sobretudo, como indutor de eficiência e transparência da administração pública municipal quanto ao investimento de verbas públicas.

O caso da revitalização do Cine São Pedro compõe uma peça, a ser avaliada, quanto à definição de uma política pública por parte dos gestores municipais para a área da Cultura, pois se percebe que o referido processo perpassou quase uma década, com desembolso de recursos públicos sem, contudo, apresentar uma solução para a questão do Cine São Pedro, que permanece desativado.

O projeto arquitetônico de revitalização do antigo cinema de Taquaritinga (SP) perpassou desde seu início em 2011 com a compra do prédio por parte da Prefeitura Municipal, ainda na gestão do DEM, junto aos antigos proprietários, pois o antigo Cine São Pedro não fazia parte do patrimônio público municipal, à posterior busca de parceria junto ao MinC para que a obra fosse concluída dentro do governo do então prefeito Fúlvio Zuppani (já desfilado do Partido dos Trabalhadores).

Sobre a realidade da Cultura no município de Taquaritinga (SP) no período desta pesquisa percebemos que a sociedade civil organizada se mantém, a priori, distanciada de

processos que envolvem a aplicação de verbas públicas em empreendimentos como a revitalização do Cine São Pedro enquanto componente do setor da cultural de Taquaritinga (SP).

De concreto o Poder Público Municipal disponibilizou, via requerimento junto ao Setor de Protocolo da Prefeitura Municipal de Taquaritinga (SP), Documento discriminando a utilização de um total orçamentário firmado junto ao MinC no valor de R\$ 1.339.260,04 com início das obras em 2015 e previsão de término para 05 de janeiro 2017.

O referido documento traz, em sua essência, as etapas da obra concluídas no processo de revitalização do Cine São Pedro e aqui citamos os seguintes dados discriminados:

Serviços Preliminares R\$ 18.284,00; Reparos e Recuperação Estrutural R\$ 198.594,76; Demolições R\$ 73.577,48; Infraestrutura R\$ 77.237,78; Superestrutura R\$ 71.237,78; Caixa de Elevador de 02 paradas R\$ 92.529,64; Cobertura R\$ 167.960,70; Instalações Hidráulicas R\$ 45.158,40; Instalações Elétricas R\$ 45.589,95; Revestimentos R\$ 216.333,02; Esquadrias de Madeira R\$ 291.471,07; Piso R\$ 291.471,07; Sistema de Proteção Contra Incêndios R\$ 41.438,00, Pintura R\$ 75.247,33; Serviços Complementares R\$ 14.813,11; Vidro R\$ 17.202,72; Forro, Isolamento e Divisórias R\$ 47.160,96.

A observação dos valores aplicados no processo de Revitalização do Cine São Pedro nos remete a questionamentos relativos ao papel que o setor da Cultura desempenhou, durante o período ao qual está inserido este estudo. Os números apresentados constituem valores de matriz quantitativa e por si, constituem um complexo quadro de gastos de verbas públicas que, a priori, denotam certa ausência de sintonia entre a ação do Poder Executivo enquanto executor de políticas públicas e o papel fiscalizador e controlador do Poder Legislativo taquaritinguense.

De acordo com a prestação de contas dos serviços terceirizados que executaram as obras foram consumidas nestas etapas de Revitalização do Cine São Pedro o valor de R\$ 1.139.260,04. Apesar do montante gasto com o processo de Revitalização das Instalações do Cine São Pedro a partir do projeto inicial da arquiteta Dagmar Bizzinoto Ribeiro, o que se observa cotidianamente no prédio uma obra, temporariamente paralisada por falta de verbas para sua conclusão e, em contrapartida, uma significativa massa de gastos públicos consumidos para a execução da referida obra sem, no entanto, produzir respostas e resultados apropriados por parte do Poder Executivo Municipal quanto ao término da reforma.

A atual Gestão 2017- 2020 alega não possuir recursos para a conclusão das obras devido à crise econômica-político-institucional vivida pelo país e da própria Prefeitura Municipal. Quando questionado sobre o andamento das obras, por um veículo de mídia televisiva regional, o atual Prefeito Municipal, mediante suposição, alegou que para o término e inauguração de um

espaço cultural tão relevante para o Município, como Cine São Pedro, o poder público necessitaria de uma verba próxima aos R\$ 2.000.000,00 de reais, algo impensável, na atual conjuntura das contas públicas municipais.

FOTO 2: Placa da obra do Cine São Pedro



Fonte: Próprio autor. 05 jul. 2017

Em destaque na placa relativa à obra encontra-se a suposta data de conclusão sobre o processo de Modernização do Cine São Pedro, iniciado em 2015 e inconcluso até a presente data. Resta saber se o Cine São Pedro, enquanto um espaço difusor de Cultura, é prioridade para o poder público municipal e para a própria comunidade taquaritinguense.

Passaram-se cerca de oito anos e não se concluíram as obras, mas também, não se nota, a priori, por outro lado, pressões da sociedade para a conclusão ou que o Poder Executivo local venha à público expor a situação real do processo de revitalização do Cine São Pedro. O impasse sobre a questão do cinema municipal continua, sem previsão para resolução do problema por parte do poder público local.

O modelo de desenho de políticas públicas para o setor cultural no município de Taquaritinga (SP) entre 2005 e 2016 e nesse bojo está contido o processo de revitalização do Cine São Pedro enquanto elemento constituinte nos aproxima da problematização concernente a elaboração, implementação e análise das políticas públicas na cidade e se aproxima daquilo que Arretche (2012) considerou como predominância da União enquanto definidora de prioridades no campo das políticas públicas e aos outros entes subnacionais o papel de executores de modelos elaborados na esfera federal.

Porém, não se pode atribuir pura e simplesmente, a um modelo excessivamente centralizado na União, a falta de critério na aplicação de verbas no campo da Cultura em âmbito municipal.

É de domínio público que os recursos destinados ao setor cultural nas três esferas que compõem o estado brasileiro (União, estados e municípios) são insuficientes, mas o que constatamos, a priori, a partir da análise documental a nós disponibilizada pelo setor público, foi que os valores nominais investidos em Cultura, nas três gestões que compuseram essa pesquisa, mantiveram-se “estáveis”, independentemente do grupo político que ocupou o Executivo no período retratado, ou seja, apesar dos valores serem baixos com relação ao orçamento projetado e efetivado os gastos aferidos não denotam clareza sobre sua destinação.

Buscamos ao longo desse trabalho por elementos substanciais e embasados em dados contábeis e documentais que nos permitissem entender, ainda que preliminarmente, a realidade do campo da Cultura e como se processou o investimento de verbas relacionadas a esse setor no município para o recorte trabalhado.

Percebemos, no entanto, que no período pesquisado, ou seja, em um recorte de doze anos, que o setor da Cultura teria sido utilizado, pela administração pública municipal, independente do grupo político que esteve à frente do Executivo, como mecanismo de propagação e promoção de eventos culturais pontuais, e não, dentro da concepção do ideário de percepção dessa área das políticas públicas como difusora de cidadania e renda para os munícipes, além de servir como ferramenta para divulgação do potencial turístico e cultural do município de Taquaritinga (SP).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho em nível de Dissertação de Mestrado Profissional para o Programa Planejamento e Análise de Políticas Públicas da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” campus Franca (SP) tem como escopo estruturante uma análise quantitativo-qualitativa dos gastos públicos com o setor da Cultura no município de Taquaritinga (SP) entre 2005 e 2016.

No que tange à prestação quanto ao acesso às fontes oficiais de dados sobre a gestão pública que a partir da Lei 12.527/2011 concede a possibilidade do cidadão ter acesso a informações de origem oficial, percebemos morosidade por parte dos órgãos públicos municipais quanto ao fornecimento de dados por nós requisitados para essa pesquisa, o que contradiz nesse quesito, o conceito de *accountability* preconizado por Campos (1990) sobre transparência e agilidade na prestação de contas sobre atos da administração pública em geral. O munícipe taquaritinguense ainda encontra dificuldades na obtenção de informações por parte dos poderes locais instituídos e no bojo desta pesquisa, durante o período de 12 anos.

Analizamos a massa documental fornecida pelo Setor de Protocolos da Prefeitura Municipal de Taquaritinga (SP) para o recorte temporal proposto e também utilizamos como suporte analítico o texto da Lei Orçamentária Anual a nós fornecida pela Câmara Municipal de Taquaritinga (SP) para o período, levando em consideração que a LOA é aprovada no ano anterior a sua implementação enquanto previsão orçamentária e diretriz para gastos públicos, servindo como parâmetro para aplicação de recursos públicos no ano subsequente à sua aprovação.

O investimento do Poder Público de Taquaritinga (SP) no campo da Cultura, durante o recorte histórico-temporal da pesquisa, esteve majoritariamente abaixo de um por cento (1%) do orçamento público anual tanto projetado quanto no efetivado, o que aproxima a realidade local dos gastos públicos com Cultura às percentagens de investimento praticadas pela administração pública estadual e pela União, conforme análise das estimativas de gastos projetados e efetivados nas três esferas da administração pública brasileira.

No Primeiro Capítulo trouxemos uma breve discussão sobre aspectos relacionados à estruturação do campo da política no Brasil contemporâneo e suas implicações para a adoção de políticas públicas cuja concepção contrapõe o poder de agenda do Executivo Federal em detrimento de executivos tanto em âmbito estadual quanto na esfera municipal, elementos pontuados por: Bresser Pereira (1996), Abrucio (1997), Nogueira (1998), Kerbauy (2002 e 2014), Arretche (2012), dentre outros nomes pesquisados.

A realidade dos partidos políticos, em âmbito municipal, concentra em si peculiaridades de ambientes políticos de pequenos municípios, quanto à estruturação de coligações eleitorais durante o recorte dessa pesquisa, segue dinâmicas, em muitos casos diferenciadas das configurações estaduais e federais, pois não se configuram claramente alianças de matriz ideológico-partidárias na busca pelo cargo de prefeito, contrariando Bobbio (2001) quando esse pontua as diferenças ideológicas entre direita e esquerda dentro de elementos de matriz programática e ideológica. Nos pleitos cobertos por esse recorte histórico-temporal, percebemos coligações heterogêneas no aspecto político e uma intensa mudança de siglas partidárias por parte dos candidatos a prefeito (eleição majoritária) e a vereadores (eleição proporcional) e alguns casos de perda de mandato na Câmara Municipal por “Infidelidade partidária”.

As denominações de matiz ideológico-partidárias, ou seja, partidos mais conservadores ou progressistas no caso específico de suas relações com o Setor da Cultura Municipal, no recorte pesquisado, poucas alterações em nossa percepção, a priori, trouxeram para o panorama Cultural local, visto que Taquaritinga (SP) possui poucas opções para o munícipe usufruir de uma vida cultural ativa, ou seja, a cidade não dispunha, durante o período dessa pesquisa, de uma sala de cinema (só recentemente foi inaugurado uma sala com nome fantasia de Cinemec), teatro, centro cultural, festivais de música, de dança e outros mecanismos na área da Cultura.

Em âmbito municipal, o Poder Legislativo, enquanto estrutura político-administrativa, esteve em consonância aos interesses do Executivo devido à construção de maiorias na Câmara Municipal, nas três gestões cobertas por essa pesquisa, fato este que corrobora com os estudos de Kerbauy (2014) e Arretche (2012) quando as autoras pontuam certa primazia do Executivo enquanto instância não só executora, mas definidora de agendas e modelos de políticas públicas frente ao Legislativo que, no entanto, recupera lentamente seu poder de controlar e fiscalizar as ações do Executivo.

Dentro da perspectiva de Arretche (2012) ocorre no Brasil, especificamente em extratos municipais, um fenômeno denominado por ela como “Paroquialismo”, ou seja, onde o Executivo Municipal define as políticas públicas locais devido a seu poder de agenda e “convencimento” sobre o Poder Legislativo por meio da construção de maiorias na Câmara de vereadores que atendam, a posteriori, os interesses do prefeito perante ao legislativo e a opinião pública.

As relações entre os poderes acontecem no bojo da Lei Orgânica do Município e o Legislativo, a seu turno, não possui atribuição de propor leis que gerem gastos aos cofres

públicos, sob pena de “Vício de Iniciativa”, o que limita a ação dessa “Casa de Leis” colocando-a, em muitos casos, na posição de fiscal da aplicação da lei por parte do Executivo.

A correlação de forças pró-Executivo e seu poder de agenda, como ponderado por Arretche (2012), é parcialmente quebrada a partir da criação de dispositivos ou emendas à Lei Orgânica Municipal que possibilitam a ocorrência das denominadas Emendas Impositivas que, na inércia do Executivo, concedem ao Poder Legislativo municipal a possibilidade de vetar parcial ou totalmente leis oriundas do Executivo.

O Segundo Capítulo traz em seu conteúdo uma análise do conjunto de leis orçamentárias que servem de parâmetro para os gastos públicos municipais no recorte temporal proposto em nossa pesquisa. É importante destacar que peças orçamentárias, tal qual a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e, principalmente, a Lei Orçamentária Anual (LOA), que é aprovada no período anterior à sua vigência (em nossa pesquisa utilizamos estimativas e dados contidos na LOA relacionados ao recorte temporal de 2004 a 2015), servem de modelo orçamentário, enquanto estimativa, tendo o Poder Executivo a prerrogativa do cumprimento literal ou não dos valores estimados nesse conjunto de documentos.

No Terceiro Capítulo realizamos uma discussão acerca do campo da Cultura tendo nos gastos públicos do município de Taquaritinga (SP) um elemento norteador.

Percebemos, no entanto, que a realidade da área da Cultura municipal encontra-se em consonância com a realidade tanto estadual quanto nacional, ou seja, podemos visualizar uma realidade preocupante quanto a ação ou omissão do Poder Público Municipal, nesse espaço das ações humanas, ainda menosprezado em seu potencial de geração de riquezas e como espaço de cidadania e socialização de parcelas importantes de populações marginalizadas e distantes do modelo de *accountability* preconizados por Campos (1990) e Abrucio (1997).

Foi observado em nossa pesquisa, especificamente sobre o setor da Cultura local que não existe, no recorte pesquisado, nenhum profissional de carreira lotado no setor da Cultura. Observamos, porém, que nas três gestões pesquisadas ocorreram significativos remanejamentos de funcionários públicos de outros setores da administração municipal para a pasta da Cultura, apesar do setor pesquisado contar com um número pequeno de funcionários efetivos e ou comissionados, no entanto, sem a priori, formação técnica para a atuação na área.

Outro elemento que nos chamou a atenção foram as mudanças sistemáticas quanto à própria nomenclatura utilizada para o Setor da Cultura sendo esse denominado como Departamento de Cultura, Secretaria de Cultura, ou em alguns períodos chegando a estar atrelado à Secretaria de Educação, ou desmembrada em Secretaria de Esporte, Cultura, Lazer e Turismo e atualmente Secretaria de Cultura e Turismo, denotando, a priori, certa ausência de

clareza quanto ao papel que o setor da Cultura desempenha no campo das políticas públicas municipais.

A partir da riqueza de possibilidades dentro das manifestações da cultura na cidade, em suas várias nuances e, aqui citamos: poesia, artes plásticas, teatro, fotografia, grupos de leitura e especificamente neste ponto pretendemos problematizar a ausência de políticas públicas específicas para música e dança, cuja formação regular de músicos e bailarinas/os acontece na Escola Técnica de Arte e Música (Santa Cecília) fundada em 1932.

Segundo o Balancete de Despesas Municipais Consolidadas, os gastos com a Escola Técnica de Arte Musical (ETAM) estaria vinculada à Secretaria Municipal da Educação. Porém, não observamos no setor da Cultura municipal, um modelo de política pública clara e sistemática voltada para a promoção de atividades culturais (festivais, por exemplo) que absorvam esses profissionais formados anualmente na ETAM e outros projetos que tenham como foco ações para o desenvolvimento da Cultura em toda sua riqueza de possibilidades.

Não observamos, no período pesquisado, em nenhuma das três gestões que perfazem o recorte por nós trabalhado, uma clareza quanto ao destino dos investimentos ou uma discriminação do gasto qualitativo por setor da Cultura no município de Taquaritinga (SP). As denominações quanto à discriminação dos gastos do orçamento municipal disponibilizado para o setor da Cultura em todos os anos do recorte foram vagas ou inespecíficas e para o recorte 2013-2016 tornaram-se ainda mais sintéticas e de difícil abordagem para a extração de dados que permitam uma análise mais substancial desse gasto.

No aspecto quantitativo-qualitativo nota-se dotações orçamentárias com valores nominais baixos destinados ao Setor da Cultura e disponibilizados nas Tabelas 5 e 6 contidas no corpo do estudo, por isso utilizamos como suporte de análise dados estatísticos contidos na Lei Orçamentária Anual (LOA) e no Balanço de Gastos Consolidados Municipais, tendo como ponto de comparação o quanto se estima e se aplica das verbas disponíveis à administração anualmente, nos setores como Educação, Saúde, Transportes, dentre outros. Sem entrar no mérito ou relevância dos investimentos em setores da administração pública municipal isoladamente, ou em conjunto, tais como: saúde, educação, transporte, dentre outros, os gastos com o setor da Cultura denotaram-se extremamente baixos e inespecíficos em sua aplicação nos doze analisados em nossa pesquisa.

Sob perspectiva qualitativa observamos, a priori, ainda que de forma fragmentada, que eventos de maior porte como Carnaval e Festa da Cidade possuem valores mais significativos sem, contudo, podermos afirmar que constituem cifras exorbitantes para sua realização e esses eventos ocorreram ano a ano, durante o recorte dessa pesquisa, constituindo-se elementos de

visibilidade para a Prefeitura Municipal de Taquaritinga (SP) no campo daquilo que pode ser denominado como cultura espetáculo.

Os documentos pesquisados demonstram-se vagos e ou inespecíficos, até mesmo quanto à aplicação de verbas destinadas a eventos culturais de maior envergadura como a Festa da Cidade ou Carnaval, pois é apresentado apenas o total geral supostamente ligado a gastos nas referidas festividades quanto a outras áreas do setor da Cultura tais como: música, dança, teatro, artesanato e outras manifestações artístico-culturais, que devido a sua presença histórica no contexto da localidade poderiam ser melhor explorados pelo Poder Público como fonte de renda e cidadania para seus praticantes sequer são mencionados nos referidos documentos.

O recorte histórico-temporal de doze anos por nós utilizado para essa pesquisa em nível de Dissertação de Mestrado Profissional demonstrou, a priori, que independente do grupo político que esteve no controle do Poder Executivo, ou seja, duas gestões do PFL/DEM (2005 a 2012) e uma do PT (2013-2016) o setor da Cultura, por sua vez, recebeu montantes de verbas públicas aquém da importância que esse campo das políticas públicas em nível municipal possui enquanto espaço de manifestação da individualidade e da coletividade daqueles que se propõem a produzir arte e a cultura na cidade.

A realidade dos investimentos em Cultura praticados no município de Taquaritinga (SP) no recorte de nossa pesquisa, infelizmente, não destoa da realidade do setor cultural dos cerca de 5570 municípios brasileiros, onde essa área da gestão pública está presente e, observamos, a partir da análise de massa documental fornecida por órgãos públicos do Executivo e do Legislativo, que os desembolsos com o setor cultural, em seus vários matizes, denotou-se insuficiente para o desenvolvimento de uma política pública em Cultura que promovesse o desenvolvimento da área, somando-se a essa realidade a ausência de clareza para a destinação das verbas constitui mais um elemento complicador para o preocupante quadro relativo aos desenhos de políticas públicas em âmbito municipal no que tange à Cultura.

O insuficiente número de salas de cinema, teatro, museus, bibliotecas ou Sistemas Municipais de Cultura catalogados no Brasil, demonstram uma realidade preocupante sobre a situação das políticas públicas no campo da Cultura, seus gargalos e suas potencialidades em tempos de crise vivenciados nos vários estratos da República Federativa no Brasil hodiernamente.

Por sua vez, o município de Taquaritinga (SP) não destoa dessa situação em nível federal e estadual, ou seja, denotando certo descompasso entre investimentos sublocados e necessidades reais apresentadas pelo setor; falta de clareza sobre aplicação dos recursos disponíveis; visão da Cultura enquanto espetáculo para promoção pessoal de chefes do Poder

Executivo; ausência de atuação mais ostensiva de um Conselho de Cultura no município, enquanto proponente e fiscalizador dos atos do poder público na esfera da Cultura, entre outras situações relacionadas à temática, que nos afasta do conceito de responsabilidade social por parte do poder público e da sociedade.

Os resultados obtidos pelo setor da Cultura no município de Taquaritinga (SP) durante o recorte proposto em nossa pesquisa, corroboram com dados estatísticos constantes em publicações tais como: Perfil dos Estados e Municípios Brasileiros – Cultura 2014 produzido IBGE no ano de 2015 com dados do ano anterior e outras informações sobre o ambiente da cultura nacional contidas na publicação do Sistema Nacional de Informações e Indicadores Culturais (SNIIC) do ano de 2016.

Como produto, dentro da perspectiva de conclusão do Mestrado Profissional na área de Políticas Públicas para a Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” UNESP Campus Franca-SP, (2016-2018) onde analisamos os gastos públicos em Cultura no município de Taquaritinga (SP) entre 2005 e 2016, pretendemos trabalhar os resultados obtidos com essa pesquisa em sala de aula no Instituto Federal Campus Matão (IFSP), onde exercemos a atividade docente tanto no Ensino Médio quanto em nível Graduação.

Creemos ser viável associar no âmbito da Disciplina de História, área de nossa atuação, a realidade da Cultura local e sua problemática de baixos níveis de investimento em Taquaritinga (SP) no recorte desse trabalho e suas ligações com a perspectiva tanto estadual quanto nacional que se denotam também insuficientes, ou seja, abaixo de 1% nos três níveis do Poder Executivo pesquisado.

Nota-se a importância de que o poder público municipal crie canais de aproximação com o cidadão, para a tentativa de resolução de problemas detectados nesse estudo e que o setor da Cultura receba, não apenas um incremento orçamentário quantitativo e uma distribuição mais equitativa de valores destinados à pasta, dentro dos vários nichos das atividades artístico-culturais existentes no município, mas, também, que se crie mecanismos de valorização de espaços subutilizados como praças, por exemplo, para a divulgação da produção cultural local, enquanto fonte geradora de renda e cidadania, para aqueles que se dedicam a atividades relacionadas ao campo cultural colaborando, a posteriori, para a quebra do paradigma da Cultura vista como espetáculo.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABRUCIO, F. L. **O Impacto do Modelo Gerencial na Administração Pública**. Um breve estudo sobre a experiência internacional recente. Brasília: Cadernos ENAP, n.10, 1997.

ARRETCHE, M. T. S. **Federalismo e Políticas Sociais no Brasil**: problemas de coordenação e autonomia. São Paulo em Perspectiva, v.18 (2), p. 17-26, 2004.

_____. **Democracia, federalismo e centralização no Brasil**. Rio de Janeiro: Editora FGV; Editora Fiocruz, 2012. 232 p.

BARROS, A.J.S. **Quinto Encontro de Estudos Multidisciplinares em Cultura-V ENECULT**- de 27 a 29 de maio de 2009. Faculdade de Comunicação/ UFBA Salvador Bahia. Disponível em: <www.cult.ufba.br/enecult2009/19557-3.pdf>. Acesso em: 1 nov. 2017.

BECK, U. **Liberdade ou Capitalismo**. São Paulo, Ed. UNESP, 2003.

BOBBIO, N.; MATTEUCCI, N.; PASQUINO, G. **Dicionário de Política**, 4. ed. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1998.

_____. **Direita e Esquerda**. Razões e significados de uma distinção política. São Paulo: Ed. UNESP, 2. ed., 2001.

BRANT, L. **Mercado Cultural**. São Paulo: Escrituras Editora, 2001.

_____. Org. **Diversidade Cultural. Globalização e Culturas Locais**: Dimensões, efeitos e perspectivas. São Paulo: Escrituras Editora, Instituto Pensarte, 2005.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil (1988): promulgada em 5 de outubro de 1988. Organização do texto por Juarez de Oliveira. 4. ed. São Paulo: Saraiva, 1990 (Série Legislação Brasileira).

_____. Lei Complementar n. 62, de 28 de dezembro de 1989. Estabelece normas sobre o cálculo, a entrega e o controle das liberações dos recursos dos Fundos de Participação e dá outras providências. Brasília, DF, 28 dez. 1989. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/LCP/Lcp62.htm>. Acesso em: 16 nov. 2017.

_____. Lei Complementar n. 131, de 27 de maio de 2009. Acrescenta dispositivos à Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, que estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências, a fim de determinar a disponibilização, em tempo real, de informações pormenorizadas sobre a execução orçamentária e financeira da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios. Brasília, DF, 27 maio de 2009. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/LCP/Lcp131.htm>. Acesso em: 29 maio 2016.

_____. Lei 1881 de 28 de agosto de 1981. Altera a Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966, cria a Reserva do Fundo de Participação dos Municípios - FPM e dá outras providências. Diário Oficial, Brasília, DF, 28 ago. 1981. Disponível em: <

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/1965-1988/Del1881.htm>. Acesso em: 21 dez. 2017.

_____. Lei n. 4320, de 4 de maio de 1964. Estatui Normas Gerais de Direito Financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal. Diário Oficial, Brasília, DF, 4 de maio de 1964. Disponível em: <<https://www12.senado.leg.br/orcamento/documentos/legislacao/lei-no-4320/view>>. Acesso em: 20 dez. 2017.

_____. Lei n. 5172, de 25 de outubro 1966. Dispõe sobre o Sistema Tributário Nacional e institui normas gerais de direito tributário aplicáveis à União, Estados e Municípios. Brasília, DF, 25 out. 1966. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L5172.htm>. Acesso em: 20 dez. 2017.

_____. Lei n. 12.527, de 18 de novembro de 2011. Regula o acesso a informações previsto no inciso XXXIII do art. 5º, no inciso II do § 3º do art. 37 e no § 2º do art. 216 da Constituição Federal; altera a Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990; revoga a Lei nº 11.111, de 5 de maio de 2005, e dispositivos da Lei nº 8.159, de 8 de janeiro de 1991; e dá outras providências. Brasília, DF, 18 nov. 2011. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/lei/112527.htm>. Acesso em: 29 maio 2017.

_____. Lei de Responsabilidade Fiscal nº 101 de 4 de maio de 2000. Brasília, DF, Senado Federal, Subsecretaria de Edições Técnicas, 2005. Disponível em: <<https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/70313/738485.pdf?sequence=2>>. Acesso em: 25 maio 2017.

BRESSER-PEREIRA, L. C. **Da administração Pública Burocrática à Gerencial**. Brasília: Revista do Serviço Público, n.47, 1996.

_____. **Reforma do Estado para a Cidadania**. A Reforma Gerencial Brasileira na Perspectiva Internacional. Brasília, DF: ENAP, Editora 34,1. ed. 1998.

CADEIRA EACH- USP/ UM BRASIL. **Desafios e Boas Práticas na Gestão Pública**. Aula 3. Fiscalização, Controle e Transparência. Entrevista com Marco Antonio Carvalho Teixeira, 20 de maio de 2017. Disponível em: <<http://www.youtube.com/watch?V=HL2a8Q5X1GQ>> Acesso em: 20 dez.2017.

CAETANO, B. **Executivo e Legislativo na Esfera Local**. Novos Estudos CEBRAP, n.71, mar. de 2005, p.191-125

CALCULADORA DO CIDADÃO. Disponível em:<<https://www3.bcb.gov.br/CALCIDADAO/publico/exibirFormCorrecaoValores.do?method=exibirFormCorrecaoValores&aba=1>>. Acesso em: 24 jun. 2017.

CAMPELLO, C. S. G.; ARAUJO, C. F. S. **Responsabilidade Fiscal: Adequação Orçamentária e Financeira da Despesa**. Brasília-DF: Revista do TCU, n.107, jan./dez. 2006. Disponível em:<<http://revista.tcu.gov.br/ojsp/index.php/RTCU/issue/view/26/showToc>>. Acesso em: 10 jul. 2017.

CAMPOS, A. M. **Accountability**: Quando poderemos traduzi-lo para o português? Revista de Administração Pública, Rio de Janeiro, fev./abr.1990.

CARVALHO, J. M. **Mandonismo, Coronelismo, Clientelismo**: Uma Discussão Conceitual. In: Dados, v.40, nº 2, Rio de Janeiro, 2011. Disponível em: <<https://pt.scribd.com/document/254396705/Mandonismo-Coronelismo-Clientelismo-Uma-Discussao-Conceitual-Jose-Murilo-de-Carvalho>>. Acesso em: 26 maio 2017.

CASTRO, C. L. F.; GONTIJO, C. R. B.; NORONHA, A. E. **Dicionário de Políticas Públicas**. Barbacena: EdUEMG, 2012. Disponível em: <<http://eduemg.uemg.br/arquivos/2012%20-20DICCIONARIO%20DE%20POLITICAS%20PUBLICAS%20VOL%201.pdf>>. Acesso em: 12 jun. 2017.

CERRONI, U. **Teoria do Partido Político**. São Paulo: Livraria Editora Ciências, 1.ed. 1982.

CHAUÍ, M. **Cultura e Democracia**: O Discurso Competente e Outras Falas. 13. ed. São Paulo: Cortez Editora, 2008.

CHEIBUB, J.A; FIGUEIREDO, A.; LIMONGI, F. **Partidos Políticos e Governadores** como Determinantes do Comportamento Legislativo na Câmara dos Deputados, 1988-2006. Rio de Janeiro: Dados- Revista de Ciências Sociais, v.52, n.2, 2009, p.266 a 299.

COUTINHO, C. N. **Gramsci**: Um Estudo sobre seu Pensamento Político. 3.ed., Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007. 320 p.

DA MATTA, R. **Carnavais, Malandros e Heróis**. Para Uma Sociologia do Dilema Brasileiro. 5. ed., Rio de Janeiro, 1990.

DEMO, P. **Saber Pensar**. São Paulo: Cortez Editora, 7. ed., 2011.

DUMAZEDIER, J. **Lazer e Cultura Popular**. Tradução de Maria de Lourdes Santos Machado. São Paulo: Perspectiva, 1973.

DUVERGER, M. **Os partidos políticos**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1970.

EAGLETON, T. **A Ideia de Cultura**. São Paulo: Editora UNESP, 2005. Disponível em: <<file:///D:/Documents/downloads/437-847-1-SM.pdf>>. Acesso em: 27 set. 2017.

ELIAS, N.; DUNNING, E. **A busca da excitação**. Tradução: Maria Manuela Almeida da Silva. Lisboa: Difel, 1992.

FLEISCHER, D. **As Eleições Municipais no Brasil**: uma análise comparativa (1982-2000). Campinas: Opinião Pública, vol. VIII, n.1, 2002, p.80-105.

FRASER, M. T. D.; GODIM, S. M. G. **Da Fala do Outro ao Texto Negociado**: Discussão sobre a Entrevista na Pesquisa Qualitativa. Salvador: Paidéia, 14 (28), 139-152, 2004.

GIDDENS, A. **O Mundo em Descontrole**. Rio de Janeiro: Record, 2005.

SÃO PAULO. Secretaria da Fazenda do Estado de São Paulo. Repasses da Secretaria da Fazenda do Estado de São Paulo. Comunicado DA, nº 86, de 16 de dezembro de 2010. São

Paulo-SP, 16 dez. 2010. Disponível em:<
<https://www.fazenda.sp.gov.br/RepassConsulta/Consulta/repass.aspx>>. Acesso em: 12 jun. 2017.

GRAMSCI, A. **Cadernos do Cárcere, vol.1**. Introdução ao estudo da filosofia. A Filosofia de Benedetto Croce. Edição Carlos Nelson Coutinho com tradução de Marco Aurélio Nogueira e Luiz Sergio Henriques. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999.

GRUPPI, L. **O conceito de hegemonia em Gramsci**. Tradução: Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: Ed. Graal, 1978.

HOLANDA, S.B. **Raízes do Brasil**. Prefácio de Antônio Cândido. Rio de Janeiro: Ed. José Olympio, 9.ed.,1976.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Cidades/ Dados Municipais/ Taquaritinga-SP. Estimativas de população para 1º de julho de 2015. Rio de Janeiro: IBGE, 2015. Disponível em: https://ww2.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/estimativa2015/estimativa_tcu.shtm>. Acesso em: 20 dez. 2017.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Índice de Desenvolvimento Humano. Rio de Janeiro: IBGE, 2017. Disponível em:<
<https://cidades.ibge.gov.br/>>. Acesso em: 29 dez. 2017.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Perfil dos Estados e dos Municípios Brasileiros: Cultura: 2014/IBGE. Coordenação de População e Indicadores Sociais. - Rio de Janeiro: IBGE, 2015. 106 p. Disponível em:<
<https://ww2.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/perfilmunic/2014/>>. Acesso em: 23 out. 2016.

JORNAL CIDADES. Câmara de Taquaritinga Implanta Parlamento Jovem. Jaboticabal, 03 de jul.2015. Disponível em: < <http://jornalcidadesonline.com.br/site/2015/07/camara-de-taquaritinga-implanta-o-parlamento-jovem/>>. Acesso em: 21 out. 2017.

KERBAUY, M.T. M. **Sistemas Tributários e decisões Políticas Locais**. Revista Perspectivas, São Paulo: Ed. UNESP, v.4, 1981.

_____. **Descentralização, Formulação e Implementação de Políticas Públicas**. In: Encontro Nacional da Associação Brasileira de Ciência Política (ABPC), n.3, Niterói- RJ, 2002.

_____. **As Câmaras Municipais Brasileiras: Perfil de Carreira e Percepção sobre o Processo Decisório**. Campinas: Opinião Pública, v. XI, n.2, out., p.337-365, 2005.

_____. **As Câmaras Municipais na Arena Eleitoral**. IX Congresso Internacional BRASA. Mesa Electoral Politics, Tulane University, New Orleans, Louisiana, EUA, 27 a 29 de mar. de 2008.

_____. **Organização Partidária e Elites Partidárias Municipais**. BRASA XII (Brazilian Studies Association). Sessão: Política Local no Brasil, Padrões de Votação, Elites Políticas e Organização Partidária. 20 a 23 de ago. King' College Londres, 2014.

Disponível em:

<http://www.brasa.org/wordpress/Documents/BRASA_XII/Proceedings/Maria%20Teresa%20Miceli%20Kerbaury%20%20Organiza%C3%A7%C3%A3o%20Partid%C3%A1ria%20e%20Elites%20Parlamentares%20Municipais.pdf>. Acesso em: 31 jul. 2017.

KINZO, M. D.; e Braga, M. S. **Sistema Eleitoral**: Competição Partidária e Representação Parlamentar nos Legislativos Estaduais. (In: Eleitores e representação partidária no Brasil. São Paulo: Ed. Humanitas, p.159-177, 2007.

JOHNSON, A. G. **Dicionário de Sociologia**. Guia Prático da Linguagem Sociológica. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora, 1997.

LAMOUNIER, B. **A Ciência Política nos anos 1980**. Brasília: Ed. UNB, 1982.

LEAL, V. N. **Coronelismo, Enxada e Voto**: O Município e o Regime Representativo no Brasil. Rio de Janeiro: Ed. Nova Fronteira, 3. ed., 1997.

MARTINS, E. C. R. **Cultura e Poder**. São Paulo: Saraiva 2007, p.33.

_____. **Cultura, História, Cultura Histórica**. Uberlândia: Artcultura, v.14, n.25, p.63-82, jul./ dez. 2012.

MICHELS, R. **Sociologia dos Partidos Políticos**. Trad. de Arthur Chaudon. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1982, 243 p. (Coleção Pensamento Político, nº 53). Disponível em: <http://aprender.ead.unb.br/pluginfile.php/3312/mod_resource/content/1/Michels_-_Sociologia_dos_Partidos.PDF>. Acesso em: 14 dez. 2016.

MINISTÉRIO DA FAZENDA. Secretaria do Tesouro Nacional- STN. O que você Precisa Saber sobre as Transferências Constitucionais e Legais. Brasília, DF, jun. de 2013.

Disponível em:

<http://www.tesouro.fazenda.gov.br/documents/10180/329483/pge_cartilha_fpm.pdf>.

Acesso em: 20 dez. 2017.

MINISTÉRIO DA TRANSPARÊNCIA E CONTROLADORIA- GERAL DA UNIÃO. Portal da Transparência. Governo Federal. Brasília, DF, 2016. Disponível em:

<<http://sp.transparencia.gov.br/tem/municipios?letra=T>>. Acesso em: 10 dez. 2017.

NOGUEIRA, M. **As possibilidades da Política**: Ideias para a Reforma Democrática do Estado. São Paulo: Paz e Terra, 1998.

PAES, J. P. **Poesia Completa**. São Paulo: Companhia das Letras, 2008. Disponível em:

<<http://www.posfacio.com.br/2012/07/11/poesia-completa-jose-paulo-paes/>>. Acesso em: 12 dez. 2017.

PAULA, A. P. P. **Administração pública Brasileira**. Entre o Gerencialismo e a Gestão Social. Campinas- SP: RAE-Debate, vol.45, n. 1, jan./mar. UNICAMP, 2005.

PERIA, M. A. **Taquaritinga – História e Memória**. Disponível em:

<http://www.camarataquaritinga.sp.gov.br/livro_memorias_taquaritinga.pdf>. Acesso em: 10 maio 2017.

PINHO, J.A.G.; SACRAMENTO, A. R. S. **Accountability**: já podemos traduzi-lo? Rio de Janeiro: Revista de Administração Pública FGV EBAPE, nº 43 (6): 1343-1368 nov./dez. 2009.

PINTO JUNIOR, O. G. **Orçamento Público e Cidadania**. São Paulo: LF Editorial, 2012. Disponível em: <<https://marialuizalevi.files.wordpress.com/2016/06/livro-odilonguedes.pdf>>. Acesso em: 13 abr. 2017.

PRAÇA, S. e GARCIA, J. **Formação de Governo no Nível Municipal**: O Caso dos Municípios Paulistas. Caxambu- MG. In: 35º Encontro Anual da AMPOCS. Anais, GT 10- Estudos Legislativos, 2011.

TAQUARITINGA. Balancete de Despesas 2005 a 2016.

_____. Escola Técnica de Arte Musical Santa Cecília. Taquaritinga-SP, 2017. Disponível em: <www.etamstacecilia.com.br/index.php?op=historia>. Acesso em: 20 dez. 2017.

_____. Lei nº 2486, de 15 de dezembro de 1992. Autoriza o Executivo Municipal de Taquaritinga a Tombar o Imóvel Especifica e da Outras Providências. Taquaritinga-SP, 15 dez. 1992. Disponível em: <http://legislacao.camarataquaritinga.sp.gov.br/pysc/download_norma_pysc?cod_norma=3217&texto_original=1>. Acesso em: 14 out. 2017.

_____. Lei nº 3.771, de 19 de agosto de 2009. Dispõe sobre o Plano Plurianual para o quadriênio de 2010/2013 e dá outras providências. Taquaritinga-SP, 19 ago., 2009. Disponível em: <<http://www.taquaritinga.sp.gov.br/struttura/upload/public13092010120858.pdf>>. Acesso em: 31 maio 2017.

_____. Lei n. 4017, de 24 de abril de 2013. Institui o Conselho Municipal de Política Cultural, oficializa a Conferência Municipal de Política Cultural e dá outras providências. Taquaritinga-SP, 24 abr. 2013. Disponível em: <<http://www.camarataquaritinga.sp.gov.br/legislacao/leis/4017.pdf>>. Acesso em: 23 dez. 2017.

_____. Lei nº 4287, de 01 de outubro de 2015. Dispõe sobre as Diretrizes Orçamentárias para o Exercício 2016 e dá outras providências. Taquaritinga-SP, 01 out. 2015. Disponível em: <<http://www.informacaomunicipal.com.br/taquaritinga/camara/leis/ldo.pdf>>. Acesso em: 31 maio 2017.

_____. Lei Complementar nº 3345, de 18 de dezembro de 2003. Consolida o Sistema Tributário do Município de Taquaritinga-SP e da outras Providências. Taquaritinga-SP, 18 dez. 2003. Disponível em: <<https://leismunicipais.com.br/codigo-tributario-taquaritinga-sp>>. Acesso em: 12 dez. 2017.

_____. Pedido de informações sobre o número de funcionários e verbas destinadas ao ETAM entre 2005 e 2016. Taquaritinga, 15 de janeiro de 2018.

_____. Processo Administrativo nº 4053/2017, 30 de maio de 2017. Informações sobre os Gastos Públicos em Cultura. Taquaritinga-SP. 30 maio 2017.

_____. Lei Ordinária n. 4041/2013, de 09 de setembro de 2013. Dispõe sobre o Plano Plurianual do Município de Taquaritinga-SP para o Período de 2014 a 2017. Taquaritinga-SP, 9 set. 2013. Disponível em: <http://legislacao.camarataquaritinga.sp.gov.br/consultas/norma_juridica/norma_juridica_mostrar_proc?cod_norma=5043>. Acesso em: 11 dez. 2017.

_____. Lei n. 4312, de 01 de fevereiro de 2016. Altera dispositivos que especifica das Leis nº 4.287, de 01/10/2015, que dispõe sobre as diretrizes orçamentárias para o exercício de 2016 e nº 4.801, de 16/12/2015, que estima a receita e fixa a despesa para o exercício de 2016 e dá outras providências correlatas. Diário Oficial, Taquaritinga, SP, 1º de fevereiro de 2016. Taquaritinga, 01 fev. 2016. Disponível em: <http://www.informacaomunicipal.com.br/taquaritinga/prefeitura/cadastro_anexo/arquivos_agenda/Lei-4312-2016.pdf>. Acesso em: 10 out. 2016.

_____. Lei Orgânica Municipal de 1990. Taquaritinga-SP, 14 de julho de 1990. Disponível em: <http://www.camarataquaritinga.sp.gov.br/home/leiorganica.pdf> >Acesso em: 15 maio 2017.

_____. Quadro de Dados Contábeis Consolidados Municipais Balanço Orçamentário – Despesas por Função 2005-2016. Taquaritinga, 2016.

_____. Resultado das Eleições 2004 em Taquaritinga-SP. Disponível em: <<https://eleicoespolitica.net/candidatos-a-prefeito-2004/taquaritinga-sp/>>. Acesso em: 12 dez. 2016.

_____. Resultado das Eleições 2008 em Taquaritinga-SP. Disponível em: <<https://eleicoespolitica.net/candidatos-a-prefeito-2008/taquaritinga-sp/>>. Acesso em: 12 dez. 2016.

_____. Resultado das Eleições 2012 em Taquaritinga-SP. Disponível em: <<http://www.eleicoesbrasil.org/eleicoes/taquaritinga-sp/>>. Acesso em 13 dez. 2016.

REIS, A.C.F. **Programa Pensar e Agir**, 2012. Disponível em <<http://www.youtube.com/watch?v=wWAccrCn36c>>. Acesso em: 01 nov. 2017

RODRIGUES, G. **Democracia e Partidos Políticos: Os Gastos Públicos Municipais como Instrumentos de Análise Política Ideológica**. Caxambu- MG: ANPOCS, 2006.

SAFATLE, V. **A Esquerda que não tem vergonha de dizer seu nome**. São Paulo: Três Estrelas, 2012.

SAMPAIO, J. R. **A Pesquisa Qualitativa entre a Fenomenologia e o Empirismo Formal**. São Paulo: Revista de Administração, v.36, n.2, p. 16-24, abr./ jun. 2001.

SANDRONI, P. **Novíssimo Dicionário de Economia**. São Paulo: Ed. Best Seller, 1999. Disponível em: <inus.org.br/2014/wp-content/uploads/2013/11/FMI.BMNovissimo-Dicionario-de-Economia.pdf>. Acesso: 31 out. 2017.

SANTOS, B.S. **Para uma Sociologia Ausências e uma Sociologia das Aparências**. Revista Crítica de Ciências Sociais, n.63, 2002. Disponível em: <file:///C:/Users/Windows%2010/Downloads/rccs-1285.pdf>. Acesso: 30 set. 2017.

SEGÓVIA, R. **As perspectivas da cultura**: identidade regional versus homogeneização global. In: Brant, Leonardo. Diversidade Cultural. Globalização e culturas locais: dimensões, efeitos e perspectivas (p: 83-90). São Paulo: Escrituras, 2005.

SEVERINO, A. J. **Metodologia do Trabalho Científico**. 23.ed. São Paulo: Cortez Editora, 2015.

SILVA, B. S. **Partidos Políticos e Processo Decisório em Araraquara-SP (1997-2007)**, 2013. 94 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) - Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Araraquara, 2013.

SILVA, F. A. B. **Os gastos Culturais dos Três Níveis de Governo e a Descentralização**. Brasília: IPEA Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, abr. de 2002.

SINGER, A.V. **Os Sentidos do Lulismo**. Reforma Gradual e Pacto Conservador. São Paulo: Ed. Companhia das Letras, 2012.

WEBER, M. **Parlamentarismo e Governo na Alemanha Reconstruída** (Uma Contribuição à Crítica Política do Funcionalismo e da Política Partidária). Os Pensadores. São Paulo: Abril Cultural, 1980, p.40.

ANEXOS

ANEXO A – LEI Nº 2.486, DE 15 DE DEZEMBRO DE 1.992



Prefeitura Municipal de Taquaritinga

ESTADO DE SÃO PAULO

LEI nº 2.486, de 15 de dezembro de 1.992.

AUTORIZA O EXECUTIVO MUNICIPAL DE TAQUARITINGA A TOMBAR O IMÓVEL QUE ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O SENHOR MILTON ARRUDA DE PAULA EDUARDO, Prefeito Municipal de Taquaritinga, Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições legais, FAZ SABER que a Câmara Municipal de Taquaritinga decreta e ele promulga a seguinte Lei:-

ARTIGO 1º - Fica o Executivo Municipal autorizado a tombar o imóvel em que se localiza o Cine "São Pedro", eis que referido local representa a história e cultura de nossa população, trazendo insita, imemoráveis lembranças.

ARTIGO 2º - As restrições necessárias à utilização e conservação dos bens, serão especificados por Decreto regulamentador.

ARTIGO 3º - As despesas decorrentes com a execução da presente Lei, correrão por conta de verbas próprias do orçamento, suplementadas se necessário.

ARTIGO 4º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE TAQUARITINGA, aos 15 de dezembro de 1.992.

*MILTON ARRUDA DE PAULA EDUARDO
- Prefeito Municipal -*

Registrada e publicada na Secretaria da Prefeitura, na data supra.

**ANEXO B – DOCUMENTOS FORNECIDO PELA PREFEITURA DE
TAQUARITINGA COM INFORMAÇÕES SOBRE GASTOS PÚBLICOS COM
CULTURA DE 2005 A 2016**

AO PROTOCOLO

ENTREGAR CÓPIA ANEXA NA CONTRACAPA AO REQUERENTE.

Processo Administrativo 4053/2017


Requerente: Antonio Marcos Martins

Objetivo: Informações sobre os Gastos Públicos em
Cultura

Exercício	Despesa Empenhada	Despesa Liquidadada	Despesa Paga
2005		72.909,36	
2006	64.295,52	64.295,52	64.295,52
2007	402.349,53	397.268,39	396.745,44
2008	519.731,03	519.731,03	514.421,84
2009	868.561,65	868.561,65	868.561,65
2010	657.704,36	645.889,98	645.889,98
2011	687.799,33	671.884,89	671.884,89
2012	536.515,82	536.515,92	530.867,22
2013	768.552,76	768.552,76	767.270,94
2014	940.470,11	940.470,11	901.157,14
2015	1.194.490,39	1.194.490,39	1.109.479,92
2016	1.082.071,70	1.082.071,70	1.065.634,04

OBS: Para apuração dos valores acima, foram consideradas as despesas registradas na função de governo "13" (cultura).

Taquaritinga/SP, aos 30/05/2017


Carlos Henrique Enge
Contabilidade

**ANEXO C – DOCUMENTO FORNECIDO PELA PREFEITURA DE TAQUARITINGA
COM INFORMAÇÕES SOBRE O NÚMERO DE FUNCIONÁRIOS E VERBAS
DESTINADAS AO ETAM ENTRE 2005 E 2016**



Prefeitura Municipal de Taquaritinga
ESTADO DE SÃO PAULO

AO PROTOCOLO

Ref: Pedido de informações sobre o número de funcionários e verbas destinadas ao Etam entre 2005 e 2016.

Em atendendo a solicitação, encaminhamos referidas informações a saber:

I – Verbas Destinadas ao “ETAM” (valores consignados na LOA):

Exercício Financeiro	Valor Destinado (Orçado)	Número Lei Orçamentária
2005	266.500,00	3423/2004
2006	250.000,00	3507/2005
2007	499.500,00	3587/2006
2008	511.000,00	3666/2007
2009	685.400,00	3730/2008
2010	872.000,00	3784/2009
2011	915.600,00	3865/2010
2012	1.180.000,00	3933/2011
2013	1.225.000,00	3977/2012
2014	1.405.500,00	4088/2013
2015	1.478.275,00	3174/2014
2016	1.540.206,00	4301/2015



Prefeitura Municipal de Taquaritinga

ESTADO DE SÃO PAULO

II – Quantidade de Funcionários do “ETAM” (quantidades mensais apurada pelo setor de RH):

Período	2005	2006	2007	2008	2009	2010
Jan	22	23	18	16	18	17
Fev	22	23	17	16	18	17
Mar	23	23	18	16	19	17
Abr	23	22	18	16	19	16
Mai	22	22	17	16	19	16
Jun	22	21	17	16	19	16
Jul	23	21	17	16	19	16
Ago	23	21	17	16	19	17
Set	23	21	17	16	19	17
Out	21	19	17	16	18	17
Nov	22	19	17	17	17	17
Dez	6	19	16	17	17	17

Período	2011	2012	2013	2014	2015	2016
Jan	17	17	34	36	34	32
Fev	20	32	33	36	34	32
Mar	20	32	33	36	33	32
Abr	20	32	33	35	34	32
Mai	19	33	33	35	34	34
Jun	20	33	34	35	33	34
Jul	19	33	33	35	33	34
Ago	19	33	35	35	33	33
Set	18	33	35	35	33	33
Out	17	34	35	35	33	32
Nov	16	34	34	35	33	34
Dez	16	34	34	35	34	33



Prefeitura Municipal de Taquaritinga

ESTADO DE SÃO PAULO

Sendo só para o momento, finalizo, ficando à disposição para eventuais esclarecimentos.

Fornecer cópia acostada na contracapa ao requerente.

Taquaritinga/SP, 15/01/2018

Att.

Cesar Augusto de Lima Gomes
Setor de Contabilidade